

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DIREITO

Libertas – Faculdades Integradas

2014

SUMÁRIO

1. – A INSTITUIÇÃO

1.1 - IDENTIFICAÇÃO

1.2 - HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

1.3 - IDENTIDADE CORPORATIVA.....

1.3.1- Missão

1.3.2 - Visão

1.3.3 – Valores.....

1.3.4 – Princípios

1.3.5 - Políticas de Ensino

1.4 - INSERÇÃO REGIONAL

2 - O CURSO.....

2.1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA Erro! Indicador não definido.

2.1.1 - Administração Acadêmica: coordenação de curso.....

2.1.1.1 - Atuação do coordenador

2.1.1.2 - Formação do coordenador

2.1.1.3 - Efetiva dedicação à administração e à condução do curso

2.1.1.4 - Articulação da gestão do curso com a gestão institucional

2.1.2 - Administração Acadêmica: colegiado de curso e NDE.....

2.1.2.1 - Composição e funcionamento do colegiado de curso e do NDE

2.1.3.3 - Perfil do egresso

2.1.4 - Projeto Pedagógico de curso – PPC: currículo

2.1.4.1 - Coerência do currículo com os objetivos do curso **Erro! Indicador não definido.**

2.1.4.2 - Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso

2.1.4.3 - Coerência do currículo com as DCN

2.1.4.4 - Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso

2.1.4.5 - Coerência dos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem com a concepção do curso

2.1.4.6 - Inter-relação das unidades de estudo

2.1.4.7 - Estrutura curricular (matriz)

2.1.4.8 - Planos das disciplinas

2.1.4.9 - Estágios supervisionado

2.1.4.9.1 - Estágio profissionalizante em empresas

2.1.4.10 - Trabalho de Curso

3 - CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

3.1 - POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO

3.2 - PLANO DE CARREIRA.....

3.3 - POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO

3.4 - CORPO DOCENTE DO CURSO: FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA

3.5 – CONDIÇÕES DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

3.6 - CORPO DOCENTE DO CURSO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS ÚLTIMOS 3 ANOS	
3.7 - CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DO CURSO	
4 - INFRAESTRUTURA	
4.1 - INSTALAÇÕES GERAIS	
4.1.1 – Salas de Aula	
4.1.2. Biblioteca	
4.1.2.1 - Serviços prestados	
4.1.2.2 - Política de renovação do acervo	
4.1.2.3 - Recursos Humanos disponíveis na biblioteca	
4.1.2.4 - Infraestrutura física da biblioteca	
4.1.2.5 – Acervo específico.....	
4.1.3 - Laboratórios	
5 - ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	
5.1 - ATENDIMENTO PSICO-PEDAGÓGICO	
5.2 - POLÍTICA DE BOLSA	
5.3 - POLÍTICA DE INTERCÂMBIO	
5.4 - PROGRAMAS DE NIVELAMENTO.....	
6 - Política de Avaliação	
6.1 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
6.2 - AVALIAÇÕES DO CURSO JÁ REALIZADAS PELO MEC OU OUTROS ÓRGÃOS REGULADORES.....	
7 - ANEXOS	

1. – A INSTITUIÇÃO

1.1 - IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: FECOM – Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso

CNPJ: 24.903.999/0001-47 Inscrição Estadual: Isento

Endereço: Av. Wenceslau Brás, 1.018

Bairro: Lagoinha

Cidade: São Sebastião do Paraíso UF: MG CEP: 37950-000

Fone: 0800 283 2400 Fax: (35)3531-1998

e-mail: libertas@libertas.edu.br

Sítio: www.libertas.edu.br

A FECOM - Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso, sucessora da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de São Sebastião do Paraíso, criada por Autorização da Lei Estadual nº 5.430 de 21 de maio de 1970, e instituída pelo Decreto Estadual nº 12.743, de 12 de junho de 1970, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e se rege por estatuto.

DIRIGENTES

Presidente do Conselho Diretor: José Carlos Marinzeck

Formação Acadêmica: Químico Industrial

Presidente do Conselho Curador: Luiz Wagner Salgado

Formação Acadêmica: Pós-graduado em Gestão de Empresas

Diretor Executivo – Marcos Antonio dos Santos

Mantida: Libertas – Faculdades Integradas

Telefone: (35) 3531.1998 – 0800 283 2400

e-mail: libertas@libertas.edu.br

Endereço: Av. Wenceslau Brás, 1.018

Bairro: Lagoinha

Cidade: São Sebastião do Paraíso

UF: MG CEP: 37950-000

Ato Legal: Aprovada pelo Conselho Estadual de Educação através do Processo nº 36109 - Parecer nº 1.185/07 de 25/09/2007, Homologação Ofício Gabinete SECTES. 446/2008 de 11/06/2008.

DIRIGENTE:

Diretor Acadêmico: Davidson Scarano

1.2- HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A ***Libertas – Faculdades Integradas***, é uma instituição de ensino superior, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais, através do Processo nº 36109, Parecer nº 1185/07 de 25 de setembro de 2007, Homologação OF.SECTES.GAB 446/2008 de 11 de junho de 2008.

Os cursos de graduação oferecidos pela Libertas estão descritos na tabela abaixo.

Tabela 1: Cursos oferecidos pela Libertas – Faculdades Integradas, vagas oferecidas, duração e documento de autorização ou reconhecimento.

INÍCIO CURSO	Cursos	CÓD.	Vagas/ Período	Duração	Portaria Autorização/ Reconhecimento
1987	Administração	1	75	8 semestres	A autorização e reconhecimento do MEC conforme Decreto nº. 93.927 de 14/01/1987, e Portaria nº. 1.416, de 23/09/1994, sendo a renovação de reconhecimento estabelecida pela Portaria nº 520 MEC em 15/10/2013.
1970	Ciências Contábeis	2	62	8 semestres	579 de 12/11/2013
2004	Direito	3	90	10 semestres	Decreto CEE-MG S/N de 22/04/2004, publicado em 23/04/2004 reconhecido pelo artigo 63 da portaria Normativa MEC nº 40, 12/12/2007.
2008	Enfermagem	9	50	10 semestres	Parecer 98 de 2007 e pelo Decreto S/N do CEE-MG de 06/08/2007 reconhecido pelo artigo 63 da portaria Normativa MEC nº 40, 12/12/2007.
2004	Sistemas de Informação	4	40	8 semestres	Decreto CEE-MG S/N 21/12/2007 e publicado em 22/12/2007 reconhecido pelo artigo 63 da portaria Normativa MEC nº 40, 12/12/2007.

1.3- IDENTIDADE CORPORATIVA

1.3.1- Missão

“Fomentar o desenvolvimento socioeconômico das pessoas e da comunidade, através do crescimento pessoal e profissional, disponibilizando recursos, condições e orientação geradores de habilidades e competências.”

1.3.2 Visão

“Estar entre as principais IES do mercado regional e ser referência de excelência em serviços educacionais”.

1.3.3 Valores

Pessoas

As relações entre a empresa e os empregados estão respaldadas no respeito, transparência e no comprometimento mútuos. O desempenho dos empregados está otimizado à medida que forem tratados e respeitados como indivíduos capazes de crescer e assumir responsabilidades. Nossos valores humanos essenciais são a participação e o trabalho em equipe. Valorizando o empenho, o entusiasmo, a criatividade e a competência para alcançar a excelência através do esforço conjunto. Nossa empresa reconhece aquelas pessoas e equipes que contribuem para os resultados da empresa. A performance dos empregados será eficaz quando focalizada em metas claramente definidas e previamente acordadas. O crescimento pessoal e profissional exige que cada um tenha a capacidade de conduzir o seu próprio desenvolvimento. A empresa deve atuar enquanto parceiro, disponibilizando recursos, criando condições e orientando o profissional, desde que haja convergência com os objetivos da organização.

Meio Ambiente

Nossa organização tem um forte compromisso com o meio ambiente, para tanto, a nossa conduta tem de ser socialmente responsável, gerando respeito pela contribuição positiva em relação à natureza.

Qualidade

A qualidade é nossa prioridade como viabilizadora de resultados. Temos que nos orientar para excelência em tudo o que fazemos.

1.3.4 – Princípios

Para atender às suas finalidades, a Libertas – Faculdades Integradas orienta suas ações dentro dos seguintes princípios:

Acadêmicos:

- Produzir conhecimento resultante de linhas de pesquisa e extensão que considerem a realidade brasileira e sua inserção no cenário regional e nacional, favorecendo a evolução cultural, científica e tecnológica do país;

- Estimular atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Instituição e da sociedade;

- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país; e

- Criar mecanismos que possibilitem adequar as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) aos dispositivos estabelecidos pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96.

De Gestão:

- Estimular a participação e o comprometimento do corpo social da IES em todo o processo de planejamento, organização e gestão institucional;

- Desenvolver uma política de recursos humanos que garanta a capacitação e o treinamento do corpo social, visando aprimorar os instrumentos e as estratégias de atuação no processo do trabalho;

- Viabilizar a informatização, em rede, para modernizar os processos de geração, captação e sistematização da informação, visando à sua divulgação e utilização em ações de planejamento acadêmico e institucional;

- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas como um dos pilares da melhoria da qualidade;

- Aprimorar o sistema de geração, captação e sistematização dos dados acadêmicos e administrativos, permitindo assim o planejamento organizacional, bem como a avaliação continuada dos produtos e processos.

De Assistência:

- Oferecer cursos de extensão voltados para o atendimento mais qualificado à comunidade;

- Participar das políticas públicas municipais;

- Fortalecer as ações voltadas para a saúde e a prevenção da doença;

- Discutir e aprofundar o perfil do profissional da IES, tendo em vista o atual cenário de desenvolvimento científico e tecnológico.

Sociais:

- Estimular propostas, projetos e ações que visem maior participação da comunidade no campo da cultura, da arte, da ciência e da tecnologia; e
- Desenvolver parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais objetivando a operacionalização de programas e projetos voltados à produção do conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico.

1.3.5 Políticas de Ensino

Os princípios norteadores da Libertas embasam o estabelecimento de uma política de ensino superior que estabelece:

- a) A avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas é permanente e servem como um dos pilares da melhoria da qualidade;
- b) A educação superior oferecida pela Libertas preza pela indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, pela regionalidade, pela comunicação dialogal e pela qualidade do “fazer” educativo, que se concretizam pela ação integrada entre teoria e prática profissional; pela otimização dos currículos; pela titulação e qualificação dos docentes; e pelo tempo efetivo de dedicação dos docentes às atividades acadêmicas;
- c) São adotados mecanismos especiais que evitam a evasão e a repetência e que possibilitam os avanços dos estudantes que demonstrem efetiva competência acadêmica;
- d) O ensino de graduação é generalista e pluralista, admitindo, todavia, ênfases profissionais específicas e considerando que a base da atuação profissional deve assentar-se em sólidos conhecimentos fundamentais das diversas áreas do saber, relacionadas com cada profissão. Também são estimuladas atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Instituição e da sociedade;
- e) O currículo pleno dos cursos evita sua vinculação a uma única linha de pensamento, já que a busca da verdade é incompatível com uma única linha teórica ou ideológica;

f) O perfil dos cursos ofertados, orientado pelo seu Projeto Pedagógico, assegura consonância com as diretrizes curriculares nacionais, favorecendo a formação de profissionais com uma visão ampla e crítica da realidade regional, garantindo o estímulo à investigação científica, cultural e tecnológica, com vistas a uma ação transformada da realidade e com o efetivo compromisso com um modelo sustentado de desenvolvimento de São Sebastião do Paraíso e região.

A Libertas entende a formação como um processo contínuo, autônomo e permanente, dentro da concepção de que nunca há um fim para a educação. Sendo assim, seus estudantes recebem uma formação básica aliada a uma formação profissional fundamentada nas competências teórico-práticas, de acordo com o perfil de um formando adaptado às novas e emergentes demandas. As concepções curriculares atendem também à constatação de que a graduação deixou de ser a etapa terminal da formação de nível superior, como ocorria em um passado ainda recente.

A organização didático-pedagógica dos cursos da Libertas – Faculdades Integradas mantém adequada articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, sendo que as políticas institucionais para o curso constantes no PDI são implementadas.

Através dos órgãos colegiados e executivos superiores previstos, as ações desenvolvidas no âmbito do curso são direcionadas e fundamentadas numa política de gestão institucional bem explícita, com reflexos na gestão do curso e participação dos Coordenadores dos Cursos na sua elaboração. A articulação ocorre através da participação de Coordenadores e Docentes nos órgãos colegiados e na interação da Coordenação de Curso com a gestão institucional, através de reuniões com a Direção, visando à resolução de problemas operacionais que surgem no dia-a-dia. O Conselho de Curso é órgão colegiado do Curso, deliberativo e de assessoramento em matéria didático-científica no âmbito do Curso. Além do Conselho de Curso, o NDE possui também atuação efetiva, pois, é o órgão consultivo responsável pela concepção do PPC, tendo por finalidade a implantação do mesmo, bem como sua atualização periódica. As instâncias de deliberação do curso previstas nos documentos oficiais da instituição têm constituição e atribuições que lhes conferem funcionamento, representatividade e adequada importância nas decisões sobre assuntos acadêmicos, além do referencial mínimo de qualidade.

1.4– INSERÇÃO REGIONAL

Os cursos mantidos pela FECOM são concebidos num contexto maior de mudanças no modo de vida atual da humanidade, permeado cada vez mais pelas marcas de ciências e tecnologia e pelos desafios de conduzi-las e não ser conduzida por elas. Em consequência, a educação em todos os seus níveis, passa a ser depositária da esperança de formar cidadão/profissionais emancipados, capazes de enfrentar novos desafios e construir soluções.

As novas realidades mundiais, sobretudo as referentes à globalização e suas consequências, trazem para o país uma complexidade de problemas cujo enfrentamento depende de elevados graus de comprometimento de seus membros, sobretudo daqueles que têm a oportunidade de trilharem uma formação de nível superior. As funções do ensino superior não podem seguir alienadas em relação às questões nacionais. Dele, e de todos os seus membros, se espera a canalização da inteligência, do conhecimento e do pensamento superiores para reflexão e ações em direção aos problemas da sociedade brasileira, buscando soluções compatíveis com nossa cultura e civilização.

Deve-se compreender também, que os cursos superiores não podem pretender ter características únicas em todo o país, considerando a grande diversidade cultural e regional, de tal forma que se facilite o encontro dos saberes produzidos pela comunidade e pela instituição de ensino superior, onde a relação universidade/escola exerce-se no foco local e regional.

A Região Sudoeste do Estado de Minas Gerais, de que faz parte o município de São Sebastião do Paraíso, está localizada próxima aos principais mercados do país, entre São Paulo, Rio de Janeiro, e Belo Horizonte. As atividades predominantes nessa região são a agricultura, pecuária (agronegócios), indústria e turismo. Com uma população de 64.980 (IBGE, 2010) a economia do município é tradicionalmente ligada ao campo. Nos últimos anos a economia do município tem se diversificado também no setor de serviços, comércio e indústria.

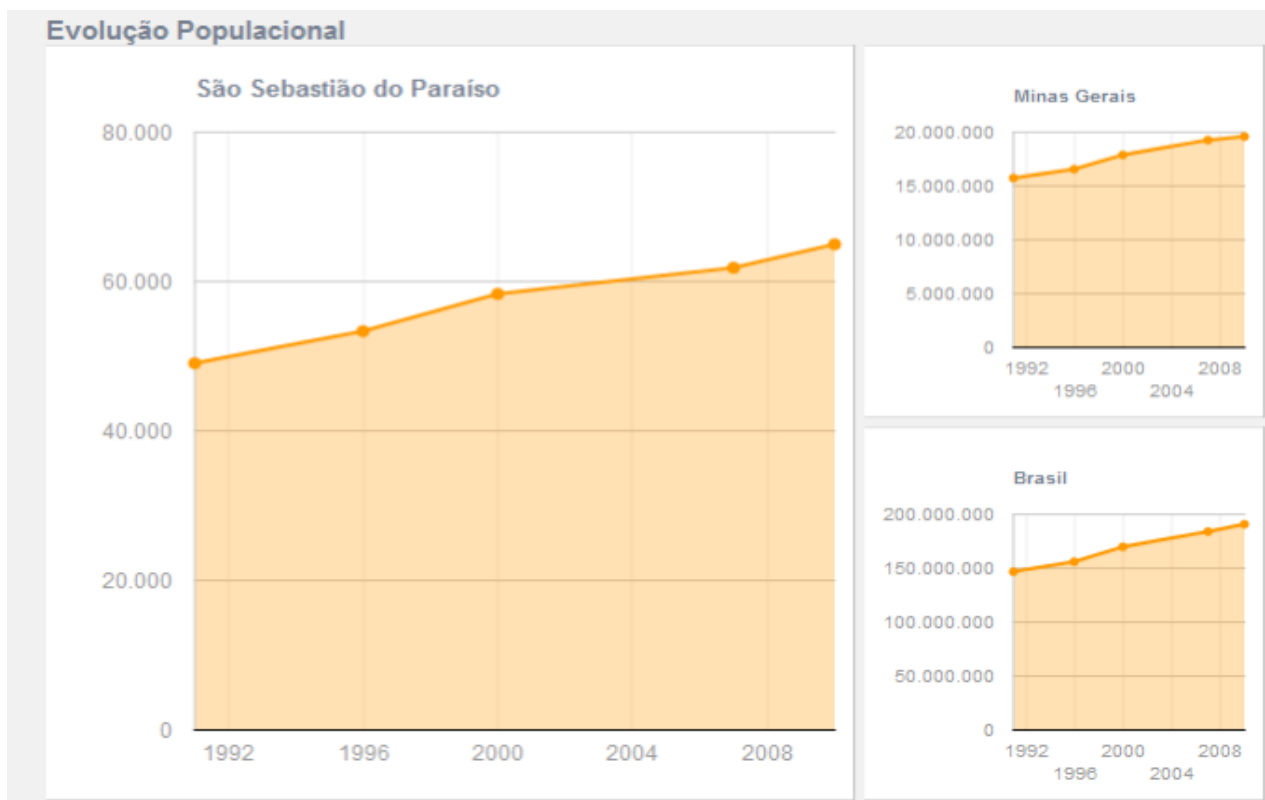


Figura 1: Evolução populacional de São Sebastião do Paraíso, MG; Minas Gerais e Brasil. Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

Também funcionam na cidade na área do judiciário quatro varas da justiça estadual, uma vara da justiça do trabalho e uma vara da justiça federal, o que gera uma forte demanda de profissionais da área e serviços indiretos.

O comércio oferece uma gama diversificada de empresas que atraem compradores das cidades circunvizinhas interessados nos mais variados produtos e preços convidativos. Nos últimos anos São Sebastião do Paraíso tem se destacado como polo industrial principalmente em 3 (três) atividades:

- Material Cirúrgico;
- Confeção (principalmente Lingerie);
- Setor de couros, desde curtumes até as fábricas de calçados,

empregando milhares de pessoas que geram desenvolvimento maior do nosso comércio.

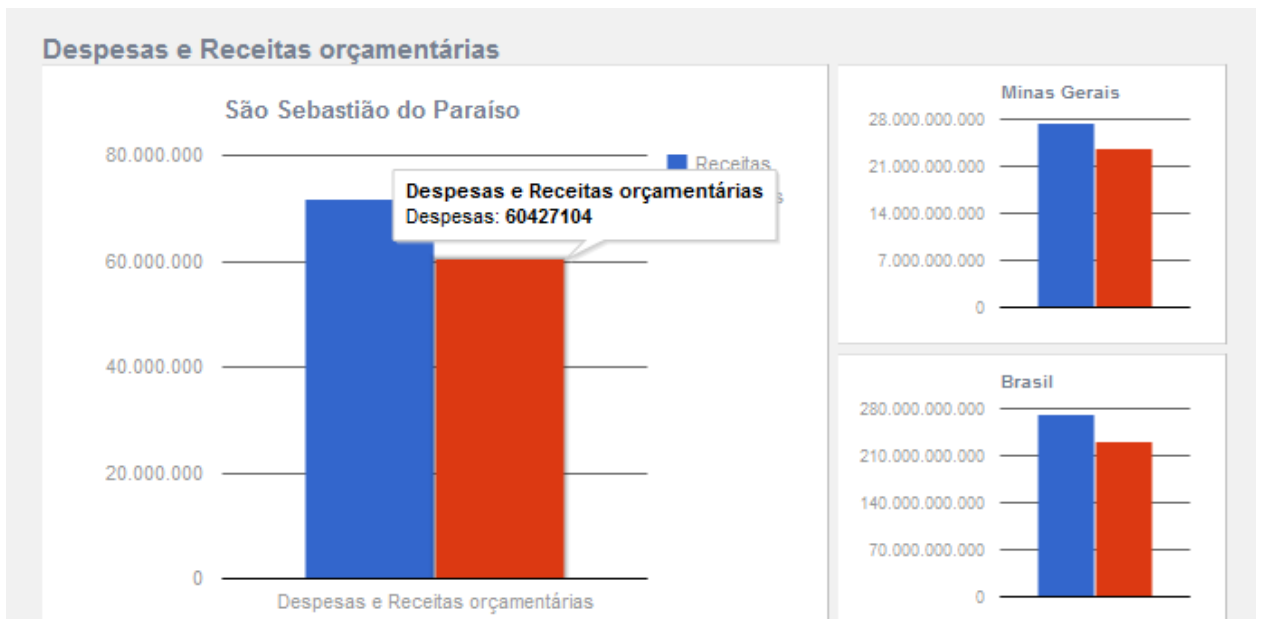


Figura 2: Despesas e Receitas orçamentárias do município de São Sebastião do Paraíso, MG; Minas Gerais e Brasil. Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.

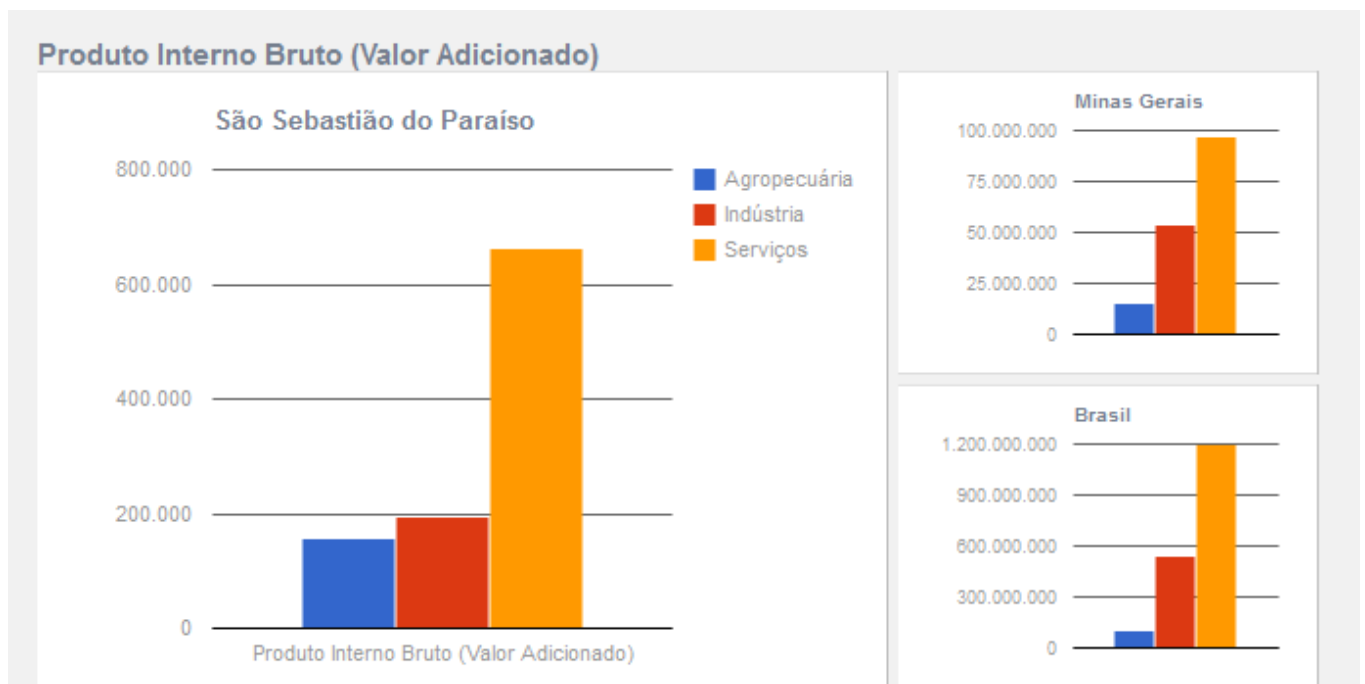


Figura 3: Produto Interno Bruto do município de São Sebastião do Paraíso, MG; Minas Gerais e Brasil. Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.

Além de uma posição estratégica, a região vem registrando crescentes índices de desenvolvimento, desde a década de setenta. Inserido neste

contexto, o município de São Sebastião do Paraíso desponta pela atividade exportadora de produtos agrícolas, em que se sobressai a comercialização de café no mercado externo. A industrialização, cujo início data de mais de setenta anos, tornou-se atividade de peso na cidade e região, devido, sobretudo ao seu parque industrial e exportador coureiro/calçadista, confecções, fios cirúrgicos e derivados de leite.

Por seu turno, a FECOM, através da atividade educacional, desde seu nascedouro, busca participar do enfrentamento de todos os desafios que se opõem ao desenvolvimento pleno e amplo da comunidade paraisense e, compreendendo as novas perspectivas da ação universitária, imbui-se cada vez mais, da preocupação de aumentar os seus laços comunitários, incrementando a pesquisa, o ensino e a extensão sob a égide da responsabilidade social e sustentabilidade.

2 – O CURSO

O curso de graduação em Direito é oferecido na modalidade bacharelado, no endereço Avenida Wenceslau Brás, n. 1018/1038, Bairro Lagoinha, São Sebastião do Paraíso-MG. O curso foi autorizado pelo Parecer CEE/MG nº 88 de 17 de fevereiro de 2004, homologado pela Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologias em 03 de março de 2004. O curso começou a ser oferecido em julho de 2004, tendo formado a primeira turma em julho de 2009. Formou-se mais uma turma em dezembro de 2009, e desde então uma turma forma-se anualmente. Até o momento, seis turmas foram formadas no curso de Direito da Libertas – Faculdades Integradas.

O curso recebeu visita *in loco* da Comissão de Avaliação do MEC nas datas de 01 a 04 de dezembro de 2010, tendo sido emitido o conceito final 3, conforme Parecer nº 5143 de 06/06/2011.

O curso de Direito oferece 90 vagas anuais. A carga horária total do curso é de 3700 horas, distribuídas em 10 semestres, compreendo os seguintes componentes curriculares: disciplinas (3000h), trabalho de curso (40h), estágio (380h) e atividades complementares (280h). O corpo docente é formado por quinze professores, sendo dois deles doutores e treze mestres.

Quadro – Evolução estatística do Curso

HISTÓRICO	PERÍODOS LETIVOS										2009
	2014		2013		2012		2011		2010		
	1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM	
Processo Seletivo											
Número de Vagas	45		45		45		45		45		45
Inscritos no processo seletivo	219		131		133		85		65		69
C / V: relação candidatos/vaga	4,86		2,91		2,95		1,88		1,44		1,53
Alunos Matriculados											
Ingressos por processo seletivo	45		45		45		45		38		43
Transferências vindas de outras IES (menos <i>ex-officio</i>)					3		1		5		1
Transferência <i>ex-officio</i>			1				1				
Reabertura de matrícula					2		5		8		5
Matrículas renovadas											
Total de Matrículas	45		46		50		52		51		49
Trancamentos					2		5		8		
Perdas de alunos											
Desligados / desistentes			1		4		11		13		24
Total de perdas			1		6		16		21		24
Alunos concluintes				26		25		29		31	43
Matrículas ativas no final do semestre											
Matrículas ativas no final do semestre	211		191	190	176	170	169	170	161	161	162
Número de Turmas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Alunos / Turmas	42,2		38,2	38	35,2	34	33,8	34	32,2	32,2	32,4

2.1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Para a elaboração do Projeto Pedagógico do curso são considerados:

I - as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96;

II - as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de formação específica, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação;

III - o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Libertas –

Faculdades Integradas;

IV - os objetivos e fins do Curso; e,

V - as demais normas legais aplicáveis, tais como Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE).

2.1.1 – Administração Acadêmica: coordenação de curso

A Coordenação de Curso é um órgão executivo, subordinado ao Diretor Acadêmico. O Coordenador de Cursos é escolhido pelo Diretor Acadêmico, que o designará “ad referendum” do Conselho Superior e Acadêmico e Conselho Diretor da Mantenedora da Libertas – Faculdades Integradas.

2.1.1.1 – Atuação do coordenador

Compete ao Coordenador de Curso:

I - participar, com direito a voz e voto, do Conselho Superior e Acadêmico;

II - representar o Colegiado de Curso junto à Diretoria Acadêmica;

III - superintender todo o serviço administrativo do Colegiado de Curso, e promover a execução das decisões do Colegiado;

IV - executar e fazer executar as decisões do Conselho Superior e Acadêmico e da Diretoria Acadêmica, aplicáveis ao Colegiado de Curso;

V - orientar, coordenar e fiscalizar todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito do Colegiado de Curso;

VI - cooperar com os demais setores na organização, orientação e fiscalização das atividades de ensino e pesquisa de interesse comum;

VII - supervisionar, no âmbito do Colegiado de Curso, a publicação de trabalhos didáticos e científicos;

VIII - exercer, no âmbito do Colegiado de Curso, a ação disciplinar;

IX - pronunciar-se sobre questões suscitadas pelos Corpos Docente e Discente do Colegiado de Curso, encaminhando ao Diretor as informações e pareceres relativos aos assuntos atinentes e cuja solução transcenda sua competência;

X - apresentar relatório anual das atividades do Colegiado de Curso, ao Diretor Acadêmico, com as análises e considerações que, a respeito, julgar procedentes.

2.1.1.2 – Formação e experiência do coordenador

Experiência acadêmica: A Profa. Ms. Michele Cia possui graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004), especialização em Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Americana (2008) e mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008). Atualmente é Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (ingresso em 2013).

Experiência não acadêmica: É advogada (OAB/SP 238179) e membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. É pesquisadora do Núcleo de Estudos da Tutela Penal dos Direitos Humanos (NETPDH) e parecerista da Revista de Estudos Jurídicos da UNESP, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESP. É membro do Grupo de Pesquisa Criminologia e Vitimologia, ligado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da PUC-SP.

2.1.1.3 – Efetiva dedicação à administração e à condução do curso

A atual Coordenadora está no curso, enquanto professora, desde 2007, tendo assumido a Coordenação em 2010. O curso atualmente exige 20 horas de efetivo trabalho de coordenação, horas estas dedicadas ao cumprimento das funções descritas no item 2.1.1.1.

2.1.1.4 – Articulação da gestão do curso com a gestão institucional

Na realização de seus trabalhos, o curso conta com órgãos de apoio administrativos e suplementares, identificados no Regimento. O Conselho Superior e Acadêmico e os Colegiados de Curso são os órgãos colegiados da Libertas - Faculdades Integradas, funcionando e deliberando com a presença da

maioria de seus membros, e decidindo por maioria de votos, ressalvados os casos previstos neste Regimento. Dentre as articulações previstas podem-se mencionar alguns exemplos: encaminhar proposta à mantenedora, de modificações na estrutura institucional, em qualquer plano; aprovar convênios, acordos e contratos, para encaminhamento; aprovar os regulamentos da biblioteca, da secretaria geral, da assistência aos estudantes e sugerir prêmios conferidos pela Libertas - Faculdades Integradas; aprovar o programa anual de atividades no campo do ensino, da pesquisa e da extensão; aprovar os currículos plenos dos cursos observados as exigências legais e o disposto neste Regimento sobre planos gerais; aprovar o Calendário Escolar e fiscalizar o seu cumprimento; aprovar os planos dos cursos de aperfeiçoamento e especialização; aprovar os planos específicos dos cursos extraordinários, seus programas e indicação de professores; acompanhar o desenvolvimento do projeto didático, especialmente no tocante à sua coordenação, cumprimento de programas aprovados e atividades de pesquisa; aprovar o plano de atividades, incluídos ensino e pesquisa, para realização entre os períodos livres, dentre outros.

A estrutura funcional da Libertas – Faculdades Integradas compreende os seguintes órgãos:

I - Órgãos Colegiados:

- a) Conselho Superior e Acadêmico;
- b) Colegiado de Curso.

II – Órgãos executivos:

- a) Direção Acadêmica;
- b) Coordenação de Cursos.

2.1.2 – Administração Acadêmica: colegiado de curso e NDE

2.1.2.1 – Composição e funcionamento do colegiado de curso e do NDE

Colegiado de Curso

Os Colegiados de Curso têm por finalidade a execução das atividades de ensino e extensão e a promoção da pesquisa, nas diferentes especialidades culturais, técnicas e científicas.

O Colegiado de Curso é constituído:

I - pelo Coordenador do Curso;

II - pelos docentes do curso, em exercício; e

III - por 1 (um) representante do Corpo Discente, designado pelo órgão de representação estudantil dentre os alunos regularmente matriculados.

Incumbe a cada Colegiado de Curso:

I - executar as tarefas de ensino e extensão e promover a pesquisa;

II - manifestar-se, em parecer ou informação, acerca de assuntos sobre os quais tenha sido consultado pelo Conselho Superior e Acadêmico ou pela Diretoria Acadêmica;

III - manifestar-se sobre pedidos de afastamento, licença e disponibilidade de seu pessoal docente;

IV - colaborar com o Conselho Superior e Acadêmico na organização dos planos gerais de ensino e no exame de processos de transferência, adaptações, aproveitamento de estudos e dispensa de componentes curriculares;

V - organizar, rever e aprovar, periodicamente, os programas de ensino, encaminhando-os ao Conselho Superior e Acadêmico;

VI - opinar a respeito de candidatos ao exercício do magistério, com observância do disposto nos Artigos 111 a 113 do regimento;

VII - aprovar a indicação de professores visitantes;

VIII - aprovar a participação de seus representantes em congressos e demais certames científicos e culturais, fixando a respectiva representação, dentro das disponibilidades financeiras específicas;

IX - sugerir ao Diretor Acadêmico os nomes que devam compor bancas examinadoras de concursos;

X - elaborar a proposta orçamentária relativa às despesas do Colegiado de Curso, com as respectivas justificações;

XI - fixar o plano de aplicação de verbas, com base em proposta orçamentária aprovada pela mantenedora;

XII - conhecer dos recursos de alunos contra atos de professores, assim como de outros recursos que lhe sejam concernentes.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo, vinculado ao Conselho de Curso, responsável pela concepção e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e tem, por finalidade, a implantação do mesmo.

As atividades desenvolvidas pelo NDE são:

I – participar da elaboração do Projeto Pedagógico, definindo sua concepção e fundamentos, bem como atualizá-lo periodicamente;

II – estabelecer o perfil profissional do egresso;

III – conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, a ser aprovado no Colegiado de Curso, sempre que necessário;

IV – supervisionar e acompanhar as formas de avaliação do curso;

V – analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

VI – promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico;

VII – acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;

VIII – exercer outras atribuições que se fizerem necessárias ao aprimoramento do curso.

2.1.2.2 – Articulação do colegiado de curso com conselho superior e acadêmico

A administração da Libertas - Faculdades Integradas é exercida pelos seguintes órgãos: Conselho Superior e Acadêmico, Diretoria Acadêmica e Colegiado de Curso. As decisões do Colegiado do Curso de Direito são levadas para o Conselho Superior e Acadêmico através do Coordenador do Curso e do representante do corpo docente do curso de Direito, pois ambos integram a composição do Conselho Superior e Acadêmico (art. 20, III e IV do Regimento interno). Ademais, das decisões do Colegiado de Curso cabe recurso dirigido ao Conselho Superior e Acadêmico, nos termos do artigo 24, X, do Regimento Interno.

2.1.3 – Projeto Pedagógico de Curso – PPC: concepção do curso

O curso de Direito é composto de 10 semestres, com carga horária total de 3700 horas, compreendo os seguintes componentes curriculares: disciplinas (3000h), trabalho de curso (40h), estágio (380h) e atividades complementares (280h).

A oferta do curso de Direito no âmbito de São Sebastião do Paraíso é importante na medida em que possibilita a formação de bacharéis em Direito aptos a contribuir para o acesso à justiça da comunidade local e regional, assim como viabiliza aos bacharéis a efetiva participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, através do desenvolvimento de sua cidadania e do acesso aos mais diversos concursos públicos.

As instituições concorrentes, em um raio de oitenta quilômetros, que oferecem o curso de Direito, são:

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)	Franca – SP
Faculdade de Direito de Franca (FDF)	Franca – SP
Universidade de Franca (Unifran)	Franca – SP
Faculdades Integradas do Sudoeste Mineiro (FESP)	Passos – MG
Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (Unifeg)	Guaxupé – MG

Note-se uma predominância de instituições paulistas, o que indica a necessidade de fortalecer a educação superior mineira, oferecendo o curso de Direito, com qualidade, para que os estudantes mineiros não precisem se deslocar para outro Estado. Ademais, a formação do aluno pela Libertas – Faculdades Integradas possibilita a preparação adequada para que trabalhe em São Sebastião do Paraíso e região, favorecendo sua colocação no mercado de trabalho municipal e regional, assim como propicia os instrumentais necessários para que se prepare para os principais concursos públicos municipais, regionais ou nacionais.

2.1.3.1 – Articulação do PPC com o Projeto Institucional – PPI e PDI

O PPC do curso de Direito articula-se com o PPI e com o PDI na medida em que atende a política da Instituição para os cursos superiores, que se caracteriza por:

- a) Inserção regional
- b) Princípios gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição
 - i. Perfil do egresso
 - ii. Processo seletivo
 - iii. Seleção de conteúdos
 - iv. Princípios metodológicos
 - v. Processos de avaliação
 - vi. Atividades prática profissional, complementares e de estágio
 - 1 Estágio supervisionado
 - 2 Trabalho de conclusão de curso
 - 3 Atividades complementares
- c) Políticas de Ensino
 - i. Ensino de graduação
 - ii. Ensino de pós-graduação
- d) Políticas de pesquisa
- e) Políticas de extensão
- f) Políticas de gestão
- g) Responsabilidade social da instituição
- h) Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.

2.1.3.2 – Objetivos do curso

O objetivo geral do curso é contribuir para a formação de profissionais na área do Direito, habilitando-os para inserção nos setores profissionais locais e regionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo o ensino através do desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo.

Os objetivos específicos do curso são:

- desenvolver a leitura, a compreensão e a elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a utilização adequada das normas técnico-jurídicas;
- desenvolver a pesquisa e a utilização de legislação, de jurisprudência, de doutrina e de outras fontes do Direito;
- desenvolver a interpretação e aplicação do Direito, de forma crítica e reflexiva;
- fomentar adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- estimular a correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- desenvolver o raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- desenvolver a capacidade de adequado julgamento e de tomada de decisões;
- propagar o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- fomentar pesquisas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da região.

2.1.3.3 – Perfil do egresso

O egresso do curso de Direito da Libertas – Faculdades Integradas apresentará consistente formação geral, humanística e axiológica, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de análise, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura ética e a uma visão crítica e reflexiva aptas a fomentar a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania. O egresso apresentará, além de referida formação generalista, significativo conhecimento nas áreas do Direito Empresarial, Direito Ambiental e Direito do Agronegócio, tendo em vista o atendimento das necessidades empresariais locais e regionais.

2.1.4 – Projeto Pedagógico de Curso – PPC: currículo

2.1.4.1 – Coerência do currículo com os objetivos do curso

Objetivos do curso	Atividades Acadêmicas
contribuir para a formação de profissionais na área do Direito, habilitando-os para inserção nos setores profissionais locais e regionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo o ensino através do desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo	Todos os componentes curriculares.
desenvolver a leitura, a compreensão e a elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a utilização adequada das normas técnico-jurídicas	Linguagem Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Metodologia de Pesquisa Científica, Direito Civil I, Direito Penal I, Teoria Geral do Processo, Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Estágio VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Estágio VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Estágio IX, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado

	<p>e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito</p>
<p>desenvolver a pesquisa e a utilização de legislação, de jurisprudência, de doutrina e de outras fontes do Direito</p>	<p>Introdução ao Estudo do Direito, Metodologia de Pesquisa Científica, Atividades Complementares I, Direito Civil I, Direito Penal I, Teoria Geral do Processo, Atividades Complementares II, Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, Atividades Complementares III, Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Atividades Complementares IV, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Atividades Complementares V, Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Estágio VI, Atividades Complementares VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Atividades Complementares VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Orientação de Monografia, Estágio VIII, Atividades Complementares VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Trabalho de Curso, Estágio IX, Atividades Complementares IX, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática</p>

	Processual Penal, Estágio X, Atividades Complementares X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito
desenvolver a interpretação e aplicação do Direito, de forma crítica e reflexiva	Antropologia Geral e Jurídica, Ciência Política, Sociologia Geral, Economia Aplicada ao Direito, Filosofia Geral e Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Direito Civil I, Direito Penal I, História do Pensamento Jurídico, Teoria Geral do Processo, Psicologia Jurídica, Teoria Geral do Estado, Sociologia Jurídica, Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Ética Profissional e Estatuto da OAB, Estágio VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Estágio VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Estágio IX, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito
fomentar adequada atuação técnico-jurídica, em	Linguagem Jurídica, Estágio I, Teoria Geral do Processo, Estágio II, Direito

<p>diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos</p>	<p>Processual Civil I, Estágio III, Direito Processual Civil II, Estágio IV, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Estágio V, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Ética Profissional e Estatuto da OAB, Estágio VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Estágio VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Estágio VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Processual do Trabalho, Estágio IX, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos</p>
<p>estimular a correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito</p>	<p>Linguagem Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Atividades Complementares I, Direito Civil I, Direito Penal I, Teoria Geral do Processo, Atividades Complementares II, Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, Atividades Complementares III, Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Atividades Complementares IV, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Atividades Complementares V, Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Estágio VI, Atividades Complementares VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Atividades Complementares VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Orientação de Monografia, Estágio VIII, Atividades Complementares VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I,</p>

	<p>Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Trabalho de Curso, Estágio IX, Atividades Complementares IX, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Atividades Complementares X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito</p>
<p>desenvolver o raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica</p>	<p>Antropologia Geral e Jurídica, Ciência Política, Sociologia Geral, Economia Aplicada ao Direito, Filosofia Geral e Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Estágio I, Direito Civil I, Direito Penal I, História do Pensamento Jurídico, Teoria Geral do Processo, Psicologia Jurídica, Teoria Geral do Estado, Sociologia Jurídica, Estágio II, Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, Estágio III, Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Estágio IV, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Estágio V, Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Ética Profissional e Estatuto da OAB, Estágio VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Estágio VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Estágio IX, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do</p>

	Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito
desenvolver a capacidade de adequado julgamento e de tomada de decisões	Antropologia Geral e Jurídica, Sociologia Geral, Filosofia Geral e Jurídica, Atividades Complementares I, Psicologia Jurídica, Sociologia Jurídica, Atividades Complementares II, Atividades Complementares III, Atividades Complementares IV, Atividades Complementares V, Ética Profissional e Estatuto da OAB, Atividades Complementares VI, Estágio VII, Atividades Complementares VII, Orientação de Monografia, Estágio VIII, Atividades Complementares VIII, Trabalho de Curso, Estágio IX, Atividades Complementares IX, Estágio X, Atividades Complementares X, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos
propagar o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito	Linguagem Jurídica, Metodologia de Pesquisa Científica, Atividades Complementares I, Estágio II, Atividades Complementares II, Estágio III, Atividades Complementares III, Atividades Complementares IV, Estágio V, Atividades Complementares V, Atividades Complementares VI, Estágio VII, Atividades Complementares VII, Orientação de Monografia, Estágio VIII, Atividades Complementares VIII, Trabalho de Curso, Estágio IX, Atividades Complementares IX, Estágio X, Atividades Complementares X, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito
fomentar pesquisas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da região	Ciência Política, Sociologia Geral, Economia Aplicada ao Direito, Metodologia de Pesquisa Científica, Teoria Geral do Estado, Sociologia Jurídica, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Empresarial IV, Direito Penal VI, Orientação de Monografia, Trabalho de

	Curso, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Novos Direitos, Direito do Consumidor
--	---

2.1.4.2 – Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso

Perfil do Egresso	Atividades Acadêmicas
formação geral, humanística e axiológica	Antropologia Geral e Jurídica, Ciência Política, Sociologia Geral, Economia Aplicada ao Direito, Filosofia Geral e Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Atividades Complementares I, Direito Civil I, Direito Penal I, História do Pensamento Jurídico, Teoria Geral do Processo, Psicologia Jurídica, Teoria Geral do Estado, Sociologia Jurídica, Atividades Complementares II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Atividades Complementares III, Atividades Complementares IV, Atividades Complementares V, Ética Profissional e Estatuto da OAB, Atividades Complementares VI, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Atividades Complementares VII, Direito Financeiro, Atividades Complementares VIII, Direito Internacional Público, Atividades Complementares IX, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito Ambiental, Atividades Complementares X, Direitos Humanos
consistente domínio de conceitos e da terminologia jurídica	Linguagem Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Atividades Complementares I, Direito Civil I, Direito Penal I, Teoria Geral do Processo, Atividades Complementares II, Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, Atividades Complementares III, Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Atividades Complementares IV, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Atividades

	<p>Complementares V, Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Estágio VI, Atividades Complementares VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Atividades Complementares VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Orientação de Monografia, Estágio VIII, Atividades Complementares VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Trabalho de Curso, Estágio IX, Atividades Complementares IX, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Atividades Complementares X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito</p>
<p>capacidade de análise e adequada argumentação</p>	<p>Antropologia Geral e Jurídica, Ciência Política, Sociologia Geral, Economia Aplicada ao Direito, Filosofia Geral e Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Estágio I, Direito Civil I, Direito Penal I, História do Pensamento Jurídico, Teoria Geral do Processo, Psicologia Jurídica, Teoria Geral do Estado, Sociologia Jurídica, Estágio II, Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, Estágio III, Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Estágio IV, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Estágio V,</p>

	<p>Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Ética Profissional e Estatuto da OAB, Estágio VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Estágio VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Estágio IX, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito</p>
<p>interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais</p>	<p>Antropologia Geral e Jurídica, Ciência Política, Sociologia Geral, Economia Aplicada ao Direito, Filosofia Geral e Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Estágio I, Atividades Complementares I, Direito Civil I, Direito Penal I, História do Pensamento Jurídico, Teoria Geral do Processo, Psicologia Jurídica, Teoria Geral do Estado, Sociologia Jurídica, Estágio II, Atividades Complementares II, Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, Estágio III, Atividades Complementares III, Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Estágio IV, Atividades Complementares IV, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Estágio V, Atividades Complementares V, Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual</p>

	<p>Penal II, Ética Profissional e Estatuto da OAB, Estágio VI, Atividades Complementares VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Atividades Complementares VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Orientação de Monografia, Estágio VIII, Atividades Complementares VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Trabalho de Curso, Estágio IX, Atividades Complementares IX, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Atividades Complementares X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito</p>
postura ética	<p>Filosofia Geral e Jurídica, Atividades Complementares I, Psicologia Jurídica, Sociologia Jurídica, Atividades Complementares II, Atividades Complementares III, Estágio IV, Atividades Complementares IV, Atividades Complementares V, Ética Profissional e Estatuto da OAB, Atividades Complementares VI, Estágio VII, Atividades Complementares VII, Estágio VIII, Atividades Complementares VIII, Estágio IX, Atividades Complementares IX, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Atividades Complementares X, Direitos Humanos</p>
visão crítica e reflexiva	<p>Antropologia Geral e Jurídica, Ciência Política, Sociologia Geral, Economia Aplicada ao Direito, Filosofia Geral e Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Estágio I, Atividades Complementares I, Direito Civil I, Direito Penal I, História do</p>

	<p>Pensamento Jurídico, Teoria Geral do Processo, Psicologia Jurídica, Teoria Geral do Estado, Sociologia Jurídica, Estágio II, Atividades Complementares II, Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, , Estágio III, Atividades Complementares III Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Estágio IV, Atividades Complementares IV, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Estágio V, Atividades Complementares V, Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Ética Profissional e Estatuto da OAB, Estágio VI, Atividades Complementares VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Atividades Complementares VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Estágio VIII, Atividades Complementares VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Estágio IX, Atividades Complementares X, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito</p>
<p>capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica</p>	<p>Introdução ao Estudo do Direito, Metodologia de Pesquisa Científica, Atividades Complementares I, Direito Civil I, Direito Penal I, Teoria Geral do Processo, Atividades Complementares II,</p>

	<p>Direito Civil II, Direito Penal II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Direito Processual Civil I, Atividades Complementares III, Direito Civil III, Direito Penal III, Direito Constitucional II, Direito Empresarial II, Direito Processual Civil II, Atividades Complementares IV, Direito Civil IV, Direito Penal IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal I, Atividades Complementares V, Direito Civil V, Direito Penal V, Direito Empresarial IV, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal II, Estágio VI, Atividades Complementares VI, Direito Civil VI, Direito Penal VI, Direito Processual Civil V, Direito Processual Penal III, Direito Administrativo I, Direito do Trabalho I, Estágio VII, Atividades Complementares VII, Direito Civil VII, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Processual Penal IV, Direito Administrativo II, Direito do Trabalho II, Direito Financeiro, Orientação de Monografia, Estágio VIII, Atividades Complementares VIII, Direito Civil VIII, Direito Processual Civil VII, Direito Administrativo III, Direito Tributário I, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Trabalho de Curso, Estágio IX, Atividades Complementares IX, Direito Tributário II, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Direito Previdenciário, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Estágio X, Atividades Complementares X, Novos Direitos, Direitos Humanos, Criminologia, Direito do Consumidor, Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, Tópicos Especiais de Direito</p>
<p>significativo conhecimento nas áreas do Direito Empresarial, Direito Ambiental e Direito do Agronegócio</p>	<p>Sociologia Geral, Economia Aplicada ao Direito, Atividades Complementares I, Psicologia Jurídica, Sociologia Jurídica, Estágio II, Atividades Complementares II, Direito Constitucional I, Direito Empresarial I, Estágio III, Atividades Complementares III, Direito Constitucional</p>

	II, Direito Empresarial II, Atividades Complementares IV, Direito Constitucional III, Direito Empresarial III, Estágio V, Atividades Complementares V, Direito Empresarial IV, Atividades Complementares VI, Direito Penal VI, Atividades Complementares VII, Orientação de Monografia, Atividades Complementares VIII, Trabalho de Curso, Atividades Complementares IX, Direito Internacional Privado e Comércio Internacional, Direito do Agronegócio, Direito Ambiental, Atividades Complementares X, Novos Direitos, Direito do Consumidor
--	--

2.1.4.3 – Coerência do currículo com as DCN's

DCN	PPC
Perfil do Formando	descrito no item 2.1.3.3 – Perfil do egresso
Competências e habilidades	descrito no item 2.1.4.1 – Coerência do currículo com os objetivos do curso
Conteúdos curriculares	descrito no item 2.1.4.7 – Estrutura curricular (matriz)
Estágio curricular supervisionado	descrito no item 2.1.4.9 – Estágio Supervisionado
Atividades complementares	descrito no item 2.1.4.11 – Atividades Complementares
Sistema de avaliação e formas de avaliação do ensino e da aprendizagem	descrito no item 2.1.4.5 – Coerência dos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem com a concepção do curso
Trabalho de curso	descrito no item 2.1.4.10 – Trabalho de Curso
Regime acadêmico de oferta do curso e duração do curso	descrito no item 2 – O Curso
Concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções Institucional, política, geográfica e social	descrito no item 2.1.3 – Projeto Pedagógico de Curso – PPC: concepção do curso

Condições objetivas de oferta e a vocação do curso	descrito nos itens 2.1.3 – Projeto Pedagógico de Curso – PPC: concepção do curso e 2.1.3.2 – Objetivos do curso
Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso	descrito no item 2.1.4.7 – Estrutura curricular (matriz)
Formas de realização da interdisciplinaridade	descrito no item 2.1.4.6 – Inter-relação das unidades de estudo
Modos de integração entre teoria e prática	descrito no item 2.1.4.6 – Inter-relação das unidades de estudo
Incentivo à pesquisa e à extensão	descrito nos itens 2.1.3.2 – Objetivos do curso e 7 – Anexos
Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica	descrito no item 7 – Anexos
Concepção e composição das atividades complementares	descrito no item 7 – Anexos

2.1.4.4 – Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso

As estratégias de ensino-aprendizagem compreendem aulas expositivas, aulas dialogadas, aulas práticas, seminários, estudos de caso, estudos dirigidos, painéis, fóruns e vídeo-aulas. As atividades de estágio compreendem visitas orientadas, estudos teórico-práticos, relatórios, processos simulados e atividades reais. As atividades complementares contemplam palestras, simulados, discussões, participação em congressos e cursos, apresentações de trabalho científico, publicações de artigo científico, participações em grupos de estudos, monitorias, participações em projeto de extensão e realizações de trabalho voluntário.

Para a efetiva realização da metodologia são utilizados os seguintes recursos: computador, datashow, internet, lousa, laboratório e vídeos.

2.1.4.5 – Coerência dos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem com a concepção do curso

O sistema de avaliação é baseado na diversificação das atividades, compreendendo: avaliações, trabalhos individuais e em grupo, seminários, resenhas, resumos, fichamentos e atividades em sala de aula. Uma das avaliações é necessariamente realizada na denominada “semana de provas”, sendo chamada de avaliação bimestral. As datas e a distribuição das avaliações na “semana de provas” são definidas pelo Colegiado de Curso, ouvido o Diretor Acadêmico. As avaliações bimestrais mesclam questões objetivas e questões dissertativas, e buscam o desenvolvimento da interpretação e da aplicação crítica e reflexiva do Direito.

As notas são divididas em bimestres, sendo que em cada bimestre no mínimo duas atividades avaliativas são aplicadas, por disciplina. Entende-se que a avaliação deve ser progressiva, e por isso realizada em diferentes momentos e através de diferentes estratégias.

As estratégias avaliativas diagnosticam se os seguintes objetivos foram atingidos: desenvolvimento da leitura, da compreensão e da elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos; desenvolvimento da pesquisa e da utilização de legislação, de jurisprudência, de doutrina e de outras fontes do Direito; desenvolvimento da interpretação e da aplicação do Direito, de forma crítica e reflexiva; uso da correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; desenvolvimento do raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; desenvolvimento da capacidade de adequado julgamento e de tomada de decisões. A nota tenderá ao máximo quando o aluno apresentar referidas competências e habilidades.

Conforme o artigo 99 do Regimento Interno, o rendimento escolar do aluno, em cada componente curricular, é verificado em função de assiduidade e eficiência nos estudos, ambas eliminatórias por si mesmas. Em cada componente curricular, são distribuídos cem pontos por bimestre, e a nota mínima para aprovação é setenta. Entende-se por eficiência o grau de aplicação do aluno nos estudos e sua verificação se faz por avaliações específicas - cujo

número, valor e natureza estão identificados no plano de ensino respectivo -, e por uma prova final, cujo valor é de trinta pontos - a que tem direito os alunos que obtiveram entre 40 e 69 pontos -. A assiduidade mínima é de setenta e cinco por cento.

A avaliação das atividades de estágio, das atividades complementares e do trabalho de curso segue regulamentações específicas (em anexo). Além dos objetivos anteriormente descritos, a avaliação desses componentes curriculares também objetiva diagnosticar se os seguintes elementos foram alcançados: adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito; desenvolvimento de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da região.

2.1.4.6 – Inter-relação das unidades de estudo

As disciplinas de conteúdo básico, além da abordagem geral, tratam da respectiva projeção na ciência do Direito. Todas essas disciplinas são contextualizadas na área jurídica, como se pode notar: Antropologia Geral e Jurídica, Economia Aplicada ao Direito, Sociologia Geral e Sociologia Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica, Linguagem Jurídica, História do Pensamento Jurídico, Psicologia Jurídica e Ética Profissional e Estatuto da OAB. Tal enfoque permite que referidas disciplinas auxiliem efetivamente a condução das disciplinas de conteúdo específico, de modo a estarem bem conectadas com todos os outros componentes curriculares. Ademais, as disciplinas específicas mantêm em sua abordagem um diálogo com as disciplinas de conteúdo básico e com outras disciplinas de conteúdo específico, de modo a contribuir para a construção da interdisciplinariedade. Essa inter-relação pode ser notada no item 2.1.4.8 – Planos das disciplinas.

As atividades relativas ao estágio contemplam não apenas atividades profissionalizantes, mas também as reflexões próprias das disciplinas de formação geral, contribuindo para uma prática profissional crítica, ao invés de

mecânica. Do mesmo modo, as atividades complementares buscam a integração entre esses diversos conteúdos.

O curso articula teoria e prática de diversas formas: a) nas disciplinas teóricas, através de exercícios envolvendo questões práticas, como redação de petições e acompanhamento de processos simulados; b) nas disciplinas voltadas especialmente à prática, como Prática Processual Civil e Prática Processual Penal, em que são revisadas as questões teóricas pertinentes às atividades práticas desenvolvidas; c) através do Estágio, em que são exigidas, além de outras atividades, a resolução de questionamentos teóricos envolvendo a solução judicial ou extrajudicial de conflitos, a elaboração de relatórios críticos de autos findos e a elaboração de relatório final detalhado de estágio. Tais atividades de estágio só podem ser cumpridas através da articulação entre teoria e prática.

2.1.4.7 – Estrutura curricular (matriz)

Período	Atividades de Ensino - Aprendizagem	CARGA HORÁRIA				
		Disciplina	TCC	Estágio	AC	Total
1º	Antropologia Geral e Jurídica	30				30
	Ciência Política	30				30
	Sociologia Geral	30				30
	Economia Aplicada ao Direito	30				30
	Filosofia Geral e Jurídica	60				60
	Introdução ao Estudo do Direito	60				60
	Linguagem Jurídica	30				30
	Metodologia de Pesquisa Científica	30				30
	Estágio I			20		20
	Atividades Complementares I				20	20
	Subtotal	300		20	20	340
2º	Direito Civil I	60				60
	Direito Penal I	60				60
	História do Pensamento Jurídico	30				30
	Teoria Geral do Processo	30				30

	Psicologia Jurídica	30				30
	Teoria Geral do Estado	60				60
	Sociologia Jurídica	30				30
	Estágio II			20		20
	Atividades Complementares II				20	20
	Subtotal	300		20	20	340
3º	Direito Civil II	60				60
	Direito Penal II	60				60
	Direito Constitucional I	60				60
	Direito Empresarial I	60				60
	Direito Processual Civil I	60				60
	Estágio III			30		30
	Atividades Complementares III				20	20
	Subtotal	300		30	20	350
4º	Direito Civil III	60				60
	Direito Penal III	60				60
	Direito Constitucional II	60				60
	Direito Empresarial II	60				60
	Direito Processual Civil II	60				60
	Estágio IV			30		30
	Atividades Complementares IV				20	20
	Subtotal	300		30	20	350
5º	Direito Civil IV	60				60
	Direito Penal IV	30				30
	Direito Constitucional III	30				30
	Direito Empresarial III	60				60
	Direito Processual Civil III	60				60
	Direito Processual Penal I	60				60
	Estágio V			30		30
	Atividades Complementares V				30	30
	Subtotal	300		30	30	360
6º	Direito Civil V	60				60
	Direito Penal V	60				60
	Direito Empresarial IV	60				60
	Direito Processual Civil IV	60				60
	Direito Processual Penal II	30				30
	Ética Profissional e Estatuto da OAB	30				30

	Estágio VI			30		30
	Atividades Complementares VI				30	30
	Subtotal	300		30	30	360
7º	Direito Civil VI	60				60
	Direito Penal VI	30				30
	Direito Processual Civil V	60				60
	Direito Processual Penal III	60				60
	Direito Administrativo I	30				30
	Direito do Trabalho I	60				60
	Estágio VII			50		50
	Atividades Complementares VII				30	30
	Subtotal	300		50	30	380
8º	Direito Civil VII	30				30
	Direito Penal VII	30				30
	Direito Processual Civil VI	30				30
	Direito Processual Penal IV	60				60
	Direito Administrativo II	30				30
	Direito do Trabalho II	60				60
	Direito Financeiro	30				30
	Orientação de Monografia	30				30
	Estágio VIII			50		50
	Atividades Complementares VIII				30	30
	Subtotal	300		50	30	380
9º	Direito Civil VIII	30				30
	Direito Processual Civil VII	30				30
	Direito Administrativo III	60				60
	Direito Tributário I	60				60
	Direito Processual do Trabalho	60				60
	Direito Internacional Público	60				60
	Trabalho de Curso		40			40
	Estágio IX			60		60
	Atividades Complementares IX				40	40
	Subtotal	300	40	60	40	440
10º	Direito Tributário II	60				60
	Direito Internacional Privado e Comércio Internacional	30				30
	Direito do Agronegócio	30				30
	Direito Ambiental	30				30

Direito Previdenciário	30				30
Prática Processual Civil	30				30
Prática Processual Penal	30				30
Disciplina Optativa I	30				30
Disciplina Optativa II	30				30
Estágio X			60		60
Atividades Complementares X				40	40
Subtotal	300		60	40	400
Total Geral	3000	40	380	280	3700

Disciplinas Optativas I e II	CH
Novos Direitos	30
Direitos Humanos	30
Criminologia	30
Direito do Consumidor	30
Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos	30
Tópicos Especiais de Direito	30

2.1.4.7.1 - Disciplina optativa de Libras (Dec. N. 5.626/2005)

No curso de Direito da Libertas – Faculdades Integradas a disciplina de Libras é prevista como opcional, além das disciplinas do curso, atendendo ao Decreto nº 5.626/2005. Além da disciplina, outras atividades complementares podem ser desenvolvidas possibilitando o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências complementares relacionadas à Língua Brasileira de Sinais.

2.1.4.7.2 - Educação das Relações Étnico-Raciais (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004)

A educação das Relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito ao assunto, está incluída em atividades curriculares do curso Direito da Libertas – Faculdades Integradas de forma transversal presentes em todos os períodos de forma contínua e permanente.

O conteúdo é abordado nos seguintes componentes curriculares: Sociologia Jurídica, Direito Constitucional II, Direito Penal IV, Direito Penal VII, Criminologia, Direitos Humanos e Atividades Complementares I a X. Nas

atividades complementares, aborda-se o tema através da obrigatoriedade de leitura e discussão de obras relativas ao assunto (por ex., o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana). Com relação à metodologia de ensino, os professores da instituição tem uma prática antirracista e antidiscriminatória, destacando-se inclusive a preocupação em contribuir para que os alunos desenvolvam uma ética firme no sentido do respeito às diferenças étnicas, de modo a contribuir eficazmente no desenvolvimento do respectivo conteúdo. Os funcionários administrativos e os diretores também tem a mesma postura antirracista. Trata-se de questão sutil e culturalmente enraizada, de modo que todo cuidado é pouco, para que a instituição consiga prevenir e, se for o caso, punir qualquer conduta racista. Regimentalmente há instrumento adequado para punir condutas discriminatórias (art. 154, II, art. 158 e art. 164, II do Regimento Interno). Não existe cotas raciais ou outras ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros, negras e indígenas, pois as bolsas da instituição atendem apenas a critérios sócio-econômicos.

2.1.4.7.3 - Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)

A educação ambiental é tema tratado em todas as disciplinas de forma transversal, contínua e permanente. De forma mais específica o tema é tratado nas seguintes disciplinas: Antropologia Geral e Jurídica, Economia Aplicada ao Direito, Direito Civil III, Direito Civil V, Direito Administrativo III, Direito Penal VI, Direito Internacional Público, Direito Tributário II, Direito do Agronegócio e Direito Ambiental. Não existe disciplina específica para a Educação Ambiental, em conformidade com o art. 10, § 1º, da Lei nº 9.795: “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”.

A instituição de ensino tem preocupação concreta com a educação ambiental, e por isso tem participação ativa no Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). Além disso, possui dois membros integrantes do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande (GD7), o qual possui 64 conselheiros (titulares e suplentes). Na maioria das vezes a instituição

de ensino sedia as reuniões mensais do mencionado comitê, que abrange dezoito sedes municipais, somando uma população total estimada de 291.874 habitantes. O objetivo primordial do comitê é promover a gestão das águas de sua bacia, conforme dados do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Cite-se ainda o Projeto TI Verde, que capta, separa, recicla ou garante destinação final correta para o lixo eletrônico.

2.1.4.7.4 - Educação dos Direitos Humanos (Resolução CNE/CP N° 1, de 30 de maio de 2012)

A educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacional e planetário.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 8/2012, duas são as estratégias de abordagem da educação em Direitos Humanos: “pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade”. Combinam-se as duas estratégias: a) há a abordagem transversal do tema nas seguintes disciplinas: Sociologia Jurídica, Teoria Geral do Estado, Psicologia Jurídica, Teoria Geral do Processo, Direito Penal I, Direito Constitucional I, Direito Penal III, Direito Processual Penal II, Direito Penal VII, Direito Processual Civil VI, Direito Financeiro e Direito Internacional Público; b) há previsão do conteúdo Educação para os Direitos Humanos na disciplina Direitos Humanos. Ressalte-se que entendemos, na linha do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, que a IES tem uma responsabilidade imensa na formação de cidadãos éticos, comprometidos com a justiça, a paz, a cidadania e a defesa dos direitos humanos. Entendemos ainda que, para além dos conteúdos ensinados sobre o assunto, a prática é essencial, e por isso tentamos dar à instituição justamente essa dinâmica, em um viés democrático e tentando desconstruir a estratégia do “jeitinho brasileiro”, tão bem estudada pelos sociólogos. Alterar a dinâmica da instituição, construindo uma gestão que verdadeiramente respeita os direitos humanos, é já colaborar com a práxis

transformadora da sociedade. Para tanto, duas estratégias são fundamentais: dar as costas para privilégios de qualquer ordem e fomentar a participação de alunos e professores nas deliberações da instituição.

Através do Projeto de Extensão Interdisciplinar Gedor Silveira, a faculdade presta assessoria jurídica a internos hipossuficientes do Hospital Gedor Silveira, com a finalidade de fomentar seus direitos humanos. Ademais, a instituição de ensino tem participação ativa nos Conselhos Municipais de Educação, Meio Ambiente (CODEMA) e dos Direitos da Mulher. Por fim, a Coordenadora do Curso de Direito é pesquisadora do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos, ligado à Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Unesp. Duas alunas da instituição também integram o mesmo grupo.

2.1.4.8 – Planos das disciplinas

1º Semestre:

Disciplina: Antropologia Geral e Jurídica

Ementa: Grandes áreas da Antropologia. Antropologia cultural e jurídica. Objetos e métodos. Técnicas de pesquisa. Dinamismo, evolucionismo, difusionismo, funcionalismo e estruturalismo. Antropologia e ciência jurídica. Relativização, etnocentrismo e Direito. Operadores do direito e alteridade. Direito e interdisciplinariedade. Diversidade dos sistemas jurídicos e para-jurídicos. Reciprocidade entre Direito e cultura. Direito e mudança cultural. Direito, antropologia e meio ambiente. Família, trabalho, política, religião, meios de comunicação de massa, cultura erudita e cultura popular. Criminologia, violência e Direito.

Bibliografia Básica:

- CARNIO, Henrique Garbellini. *Direito e antropologia: reflexões sobre a origem do direito a partir de Kelsen e Nietzsche*. São Paulo: Saraiva, 2013. Livro eletrônico.
- MARCONI, M. de A., PRESOTTO, Z. M. N. *Antropologia: uma introdução*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ROCHA, J. M. de S. *Antropologia jurídica: para uma filosofia antropológica do Direito*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Bibliografia Complementar:

- FONSECA, C. et al. (Orgs). *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- HOEBEL, E. A. ; FROST, E. V. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix. São Paulo: 2006.
- LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. São Paulo: Zahar, 2012.

- WALDMAN, Maurício. *Meio ambiente e antropologia*. São Paulo: Senac, 2006.

Disciplina: Ciência Política

Ementa: Principais abordagens da Ciência Política: prisma filosófico, prisma sociológico, prisma jurídico. Ciência Política e interdisciplinariedade. Pensamento político e ambiente social; natureza humana e espírito gregário. Origem natural da sociedade: Aristóteles e São Tomás de Aquino. Origem contratual da sociedade: Thomas Hobbes, Montesquieu e Rousseau. Sociedade e Estado. Estado e Direito: Estado Social e Democrático de Direito. Exercício do poder político no Estado moderno: grupos de pressão e opinião pública. Estado e ordem jurídica internacional: Brasil e democracia na América Latina. Evolução do Estado no mundo globalizado.

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA FILHO, Agassiz; BARROS, Vinicius Soares de Campos. *Novo manual de ciência política*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- ESTEVÃO, José Carlos. *Manual de filosofia política*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MALUF, Sahid. *Teoria geral do Estado*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da teoria geral do Estado*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social: princípios de direitos políticos*. Tradução Antônio P. Machado. 17. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

Disciplina: Sociologia Geral

Ementa: Origem, objeto e método. Precursores: Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber. Divisão da sociologia: pura, prática e aplicada. Noções de sociologia jurídica.

Bibliografia Básica:

- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- LEMOS FILHO, Arnaldo et al (Orgs.). *Sociologia geral e do direito*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2008.
- SCURO NETO, Pedro. *Sociologia geral e jurídica*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- COSTA, M. C. C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- FALCÃO, J.; SOUTO, C. *Sociologia e direito*. São Paulo: Pioneira, 2002.
- MARTINS, Carlos Benedito. *O que é sociologia*. 63. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

- MIRANDA, Rosa F. A. de. *Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social*. 17. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- TREVES, Renato. *Sociologia do direito: origens, pesquisas e problemas*. Barueri: Manole, 2004.

Disciplina: Economia Aplicada ao Direito

Ementa: Introdução à Economia. Principais escolas do pensamento econômico. Noções de Microeconomia. Racionalidade e escolhas sob restrições. Comportamento do consumidor e curva de demanda. Fatores de produção e curva de oferta. Equilíbrio e estruturas de mercado: concorrência, monopólio e oligopólio. Análise Econômica do Direito: incentivos e punições; alocação de direitos, propriedade, contratos e Direito Civil e Empresarial; externalidades e Direito Ambiental; defesa da concorrência e regulação. Noções de macroeconomia. Políticas macroeconômicas: moeda, inflação, emprego, crescimento e desenvolvimento. Conjuntura econômica: economia internacional e brasileira.

Bibliografia Básica:

- FARIA, José Eduardo. *Direito e economia na democratização brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2013. (Série Clássicos Jurídicos). Livro eletrônico.
- MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. *Mercado financeiro e de capitais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MOCHÓN, F. e TROSTER, R. L. *Introdução à economia*. São Paulo: Makron Books, 2002.

Bibliografia Complementar:

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Nacional, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LACERDA, Antonio Correia D. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- TIMM, Luciano Benetti. *Direito e economia no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- VASCONCELOS, M. A. S. e GARCIA, M. E. *Fundamentos de economia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Disciplina: Filosofia Geral e Jurídica

Ementa: Filosofia: conceito e características. Direito e Justiça na Antiguidade. Movimento sofista. Pensamento de Sócrates, Platão e Aristóteles. Estoicismo. Filosofia jurídica na Idade Média e Renascença. Filosofia na Modernidade: superação da *lex aeterna*. Pensamento jurídico positivista: normativismo, princípio metodológico fundamental e requisitos da validade jurídica. Filosofia e contemporaneidade: pós-modernidade, pluralismo e pós-positivismo.

Bibliografia Básica:

- BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Curso de filosofia do direito*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999.

- REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 2002
- CICCIO, Cláudio de. *História do pensamento jurídico e da filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- IRWIN, William. *Matrix: bem vindo ao deserto real*. São Paulo: Madras, 2003.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito

Ementa: Ciência do Direito. Direito e interdisciplinariedade. Definição do direito. Elementos do direito. Direito objetivo. Direito subjetivo. Direito positivo. Direito natural. Direito e moral. Direito e religião. Fontes do Direito. Divisão do Direito. Normas jurídicas. Relação jurídica: definição e elementos. Justiça e equidade. Hermenêutica jurídica. Lei de introdução às normas do direito brasileiro.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- NUNES, Rizzatto. *Manual de introdução ao estudo do direito*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo: Atlas, 2005.
- MACHADO, Hugo de Brito. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo: Atlas, 2004.
- MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do direito*. São Paulo: RT, 2005
- REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo: Atlas, 2004.

Disciplina: Linguagem Jurídica

Ementa: Comunicação: componentes e tipos. Comunicação verbal, escrita, gestual e simbólica. Escuta do indizível. Língua e linguagem. Formas e níveis de linguagem. Linguagem jurídica. Vocabulário jurídico. Polissemia e homonímia. Sinonímia e paronímia. Verbo jurídico. Estrutura frásica. Arcaísmos, neologismos, estrangeirismos e latinismos. Campos: semânticos e léxicos. Discurso jurídico. Redação jurídica. Norma culta e prática forense. Adequação da linguagem jurídica e acesso à justiça. Competências e habilidades comunicacionais do operador do Direito e alteridade.

Bibliografia Básica:

- DAMIÃO, Toledo Regina; HENRIQUES, Antônio. *Curso de português jurídico*. São Paulo, Atlas, 2004.
- KASPARY, J. Adalberto. *O verbo na linguagem jurídica*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2006.
- NASCIMENTO, Dantes Edmundo. *Linguagem forense*. 11. ed. atual. São Paulo. Saraiva. 2007.

Bibliografia Complementar:

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Linguagem jurídica*. 3. ed. São Paulo. Saraiva. 2008.
- HENRIQUES, Antonio; TRUBILHANO, Fábio. *Linguagem jurídica e argumentação: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. *Português forense: língua portuguesa para curso de direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- NASCIMENTO, Edmundo Dantes. *Linguagem forense*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Metodologia de Pesquisa Científica

Ementa: Tipos de conhecimento. Conhecimentos empírico e científico. Ciência jurídica. Ideologia e ciência. Metodologia da pesquisa jurídica. Pesquisa científica: tipos, fases, métodos e técnicas. Projeto de pesquisa. Trabalhos e publicações científicas. Normas técnicas para apresentação de trabalhos e publicações científicas.

Bibliografia Básica:

- BARRAL, Welber Oliveira. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 5. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

- BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. 2. ed. 16. tir. São Paulo: Atlas, 1985.
- DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- ECO, Umberto, *Como se faz uma tese*. 20. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LIBERTAS FACULDADES INTEGRADAS. *Diretrizes para apresentação de trabalhos de conclusão de curso*. São Sebastião do Paraíso, 2010.

2º Semestre:

Disciplina: Direito Civil I

Ementa: Teoria geral do Direito Civil. Fontes do Direito Civil: interface e ênfase à Constituição Federal. Codificação do Direito Civil: aspectos históricos e sociais. Pessoas: naturais e jurídicas. Direitos da personalidade. Domicílio. Bens. Bens jurídicos: classificação.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. *Direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: parte geral*. V. 1. São Paulo: Saraiva: 2014. Livro eletrônico.
- PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil: parte geral*. V. 1. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: parte geral*. V. 1. 12 ed. São Paulo: Saraiva. 2014.
- FIUZA, César. *Direito civil: curso completo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: parte geral*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2007.
- REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: parte geral*. V. 1. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Direito Penal I

Ementa: Direito Penal: historicidade e ideologia. Evolução epistemológica do Direito Penal. Direito Penal Brasileiro e interface com a Criminologia. Interface e ênfase ao Direito Constitucional. Direito Penal: funções da pena e princípios limitadores do poder punitivo estatal no Estado Democrático de Direito. Teoria geral do delito. Conceito de Direito Penal. Norma penal. Lei penal no tempo e no espaço. Conceito de crime e classificação dos delitos. Bem jurídico: funções e delimitação constitucional. Fato típico. Tipicidade: formal e material.

Bibliografia Básica:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- GRECO, Rogério. *Curso de direito penal*. Niterói: Impetus, 2010. V. 1.
- PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes; CARVALHO, Gisele Mendes. *Curso de direito penal brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Manual de direito penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 2009. V. 1.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 2008. V. 1.
- JESUS, Damásio E. de. *Direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2009. V. 1.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de direito penal: parte geral*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009. V. 1.
- PRADO, Luiz Régis. *Curso de direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. V. 1.

Disciplina: História do Pensamento Jurídico

Ementa: Sistemas sociais, ordem econômica e cultural. Povos ágrafos e primórdios da organização jurídica. Direitos da Antiguidade: direito egípcio, direitos cuneiformes, direito hebraico, direito grego, direito romano. Sistemas jurídicos tradicionais não europeus: direito hindu, direito chinês, direito japonês, direito muçulmano. Direitos europeus medievais e modernos: direito canônico, direito celta, direitos germânicos, direito na Idade Média, direitos romanistas, *Common Law*, sistemas jurídicos comunistas. Sistemas jurídicos ocidentais contemporâneos e pluralidade jurídica. Introdução histórica ao direito brasileiro.

Bibliografia Básica:

- AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Introdução à história do direito*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- WOLKMER, Antonio Carlos. *Fundamentos de história do direito*. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

Bibliografia Complementar:

- ACCA, Thiago dos Santos; LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *Curso de história do direito*. São Paulo: Método, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 2006.
- GILISSEN, John. *Introdução histórica do direito*. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2003.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo: Editora Forense, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social: princípios de direito político*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Disciplina: Teoria Geral do Processo

Ementa: Direito Processual. Direito Processual Brasileiro: historicidade. Interface e ênfase ao Direito Constitucional. Direito Processual: princípios gerais. Conexão entre direito material e direito processual. Processo como instrumento de acesso à justiça. Apontamentos constitucionais acerca do direito de ação. Institutos fundamentais do direito processual: ação, exceção, jurisdição e processo. Norma processual. Aplicação do princípio da substanciação das formas e instrumentalidade. Relações existentes entre os diversos tipos de ritos processuais civis. Flexibilização da técnica processual: celeridade e garantias do devido processo legal. Perspectivas do processo moderno. Operadores do Direito e sujeitos processuais.

Bibliografia básica:

- ALVIM, José Eduardo Carreira. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Forense, 2012.
- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Malheiros, 2012.

Bibliografia complementar:

- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2011.
- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CAPELLETTI, Mauro. *Juízes irresponsáveis*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1989.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo curso de direito processual civil: teoria geral e processo de conhecimento*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

Disciplina: Psicologia Jurídica

Ementa: Psicologia Jurídica: conceito, objeto e contextualização. Aplicabilidade da Psicologia Jurídica ao Direito. Psicologia e Direito Empresarial. Psicologia e outras áreas do Direito. Psicologia e Criminologia. Psicologia Jurídica e operadores do Direito. Atuação profissional do psicólogo forense. Direitos humanos e cidadania. Família e sociedade. Desenvolvimento sob a ótica psicossocial. Psiquismo, psicopatologias e transtornos. Diagnóstico e Estatística da Associação Norte-Americana de Psiquiatria (DSM-IV). Imputabilidade penal. Estereótipos, violência e delinquência. Instituições totais e luta antimanicomial. Desinstitucionalização, empoderamento e tentativas de inclusão.

Bibliografia Básica:

- FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. *Psicologia jurídica*. São Paulo: Atlas, 2009.
- PINHEIRO, Carla. *Psicologia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção direito vivo). Livro eletrônico.
- TRINDADE, Jorge. *Manual de psicologia jurídica para operadores do direito*. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Bibliografia Complementar:

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM IV*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BARROS, Daniel Martins; RIGONATTI, Sérgio Paulo SERAFIM, Antonio de Pádua; (Orgs). *Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica I*. São Paulo: Vetor, 2006.
- CRUZ, Roberto Moraes; ROVINSKI, S. L. R. *Psicologia jurídica: perspectivas e processo de intervenção*. São Paulo: Vetor, 2009.
- GONÇALVES, Hebe S.; BRANDÃO, Eduardo Ponte. *Psicologia jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2008. (Coleção Ensino de psicologia)
- PAULO, Beatrice Marinho. *Psicologia na prática jurídica*. São Paulo: Impetus, 2009.

Disciplina: Teoria Geral do Estado

Ementa: Noção, objeto e método. Sociedade: elementos, teorias da ordem e poder. Sociedades políticas. Estado: origem e formação. Evolução histórica do Estado. Elementos do Estado. Bem Comum. Estado e Direito. Estado e Governo. Formas e sistemas de governo. Regimes políticos. Transformação do Estado e Revolução. Estado Moderno e democracia. Partidos políticos. Estado contemporâneo, realidade interna e ordem internacional. Neoliberalismo e democracias populares. Estado Democrático: inadequação do conceito tradicional de democracia. Flexibilidade do Estado democrático. Supremacia da vontade popular. Liberdade e igualdade do homem social.

Bibliografia Básica:

- AZAMBUJA, Darcy. *Teoria geral do Estado*. São Paulo: Globo, 2001.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia Complementar:

- ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral de política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. *Política e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1972. v. 2.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O futuro do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2001.

Disciplina: Sociologia Jurídica

Ementa: Síntese do surgimento e desenvolvimento da Sociologia, com ênfase à Sociologia Crítica. Sociologia Jurídica. Diferenciação: Sociologia Jurídica e Sociologia do Direito. Novos Direitos. Interdisciplinariedade. Direito e sociedade. Direito e cultura. Controle social e Direito. Gênese social do Direito. Pluralismo jurídico. Escolas criminológicas. Direito: eficácia e legitimidade. Direito e mudança social. Direito e sociedade. Políticas públicas e concretização dos direitos humanos. Família. Trabalho. Economia. Religião. Novos movimentos sociais. Metodologia e técnicas de pesquisa em Sociologia Jurídica.

Bibliografia Básica:

- LEMOS FILHO, Arnaldo et al (Orgs.). *Sociologia geral e do direito*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2008.
- SCURO NETO, Pedro. *Sociologia geral e jurídica: introdução ao estudo do direito, instituições jurídicas, evolução e controle social*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- TREVES, Renato. *Sociologia do direito: origens, pesquisas e problemas*. Barueri: Manole, 2004.

Bibliografia Complementar:

- CAMPILONGO, Celso F.; FARIA, José Eduardo. *A sociologia jurídica no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.
- MARTINS, Carlos Benedito. *O que é sociologia*. 63. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MIRANDA, Rosa F. A. de. *Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social*. 17. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

- SABADELL, Ana Lucia. *Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- SALDANHA, Nelson. *Sociologia do direito*. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: São Paulo: Renovar, 2003.

3º Semestre:

Disciplina: Direito Civil II

Ementa: Fatos jurídicos: teoria geral. Classificação dos fatos jurídicos. Negócios jurídicos: elementos; representação; condição, termo e encargo. Defeitos do negócio jurídico. Planos da existência, da validade e da eficácia do negócio jurídico. Atos jurídicos: lícitos e ilícitos. Prescrição e decadência. Prova dos fatos jurídicos.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil*. v. 1. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: parte geral*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: parte geral*. V. 1. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BITTAR, Carlos Alberto. *Teoria geral do direito civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BEVILACQUA, Clóvis. *Teoria geral do direito civil*. Campinas: Red, 2003.
- FARIA, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito civil: teoria geral*. 7 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: parte geral*. V. 1. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Direito Penal II

Ementa: Ilícitude e causas de justificação. Culpabilidade. Teorias da culpabilidade e causas de exclusão. Erro de tipo e erro de proibição. Consumação e tentativa. Concurso de pessoas. Consequências jurídicas do delito: penas e medidas de segurança. Direito Penal mínimo e contemporaneidade. Penas: privativas de liberdade, restritivas de direitos e pecuniárias. Penas restritivas de direito: relevância e viabilidade.

Bibliografia Básica:

- CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- GRECO, Rogério. *Curso de direito penal*. Niterói: Impetus, 2010. V. 1.
- PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes; CARVALHO, Gisele Mendes. *Curso de direito penal brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BECCARIA, Césare. *Dos delitos e das penas*. Tradução: Torneirei Guina Paes. São Paulo: Hemus, 1995.

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. V. I. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal*. V. I. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FULLER, Lon L. *O caso dos exploradores de caverna*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1993.
- PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. V. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Disciplina: Direito Constitucional I

Ementa: Constitucionalismo. Teoria da Constituição. Direito constitucional brasileiro. Teoria dos princípios. Hermenêutica constitucional. Poder constituinte. Princípios fundamentais estruturantes. Teoria geral dos direitos fundamentais.

Bibliografia Básica:

- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Tratado de direito constitucional*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Tratado de direito constitucional*. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- BONAVIDES, P. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2004.
- CHIMENTI, Ricardo Cunha *et alli*. *Curso de direito constitucional*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MORAES, Alexandre. *Direito constitucional*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SARMENTO, Daniel.; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. *Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho*. São Paulo: Fórum, 2012.

Disciplina: Direito Empresarial I

Ementa: Direito empresarial: conceito e historicidade. Fontes do direito empresarial. Aproximação do direito brasileiro ao sistema italiano. Ordem econômica e intervenção estatal. Atividade empresarial: características e elementos. Conceito de empresário. Formas de exercício e efeitos da atividade empresarial. Responsabilidade social e função social das empresas. Aspectos gerais da propriedade intelectual. Atividade empresarial e globalização.

Bibliografia Básica:

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Manual de Direito Comercial*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

- ALMEIDA, Amador Paes de. *Manual das sociedades comerciais*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BERTOLDI, Marcelo M; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. *Curso avançado de direito comercial*. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BULGARELLI, Waldirio. *Direito comercial*. São Paulo: Atlas, 2009.
- VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *Curso de direito comercial*. V. 1. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Ementa: Processo e procedimento. Processo de conhecimento: procedimentos ordinário e sumário. Procedimento ordinário. Fase postulatória: petição inicial, resposta do réu, intervenção de terceiros e revelia. Tutelas de urgência: possibilidades e cabimento. Fase saneadora: julgamento conforme o estado do processo e saneamento. Fase probatória: prova e audiência. Fase decisória: sentença e coisa julgada. Princípio da substanciação das formas nas sentenças judiciais. Função social do processo, interdisciplinariedade e discricionariedade jurídica. Efetividade da tutela judicial.

Bibliografia Básica:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum: ordinário e sumário*. V. 2. T. 1. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: teoria geral direito processual civil e processo de conhecimento*. V. 1. 51. ed. Rio de Janeiro :Forense, 2010.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de direito processual civil*. V. 1. 14 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum: ordinário e sumário*. V. 2. T. 1. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. V. 1. 15. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. V. 1. 11. ed. Salvador : Podivm, 2009.
- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. *Novo curso de direito processual civil: teoria geral e processo de conhecimento*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SANTOS, Moacyr Amaral dos. *Primeiras linhas de direito processual civil*. V. 1. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

4º Semestre:

Disciplina: Direito Civil III

Ementa: Teoria geral do direito das obrigações. Classificação das obrigações. Efeitos das obrigações. Obrigações: transmissão; adimplemento e extinção; inadimplemento. Teoria geral e elementos da responsabilidade civil. Obrigação de indenizar. Excludentes da responsabilidade civil. Espécies de responsabilidade civil. Aspectos processuais da responsabilidade civil. Responsabilidade civil da empresa. Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. v. 7. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: responsabilidade civil*. v. 3. 12. ed. São Paulo: Saraiva. 2014.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações*. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações*. V. 2. 27. ed. São Paulo. Saraiva, 2012.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: obrigações*. V. 2. 15. ed. São Paulo: Saraiva. 2014.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações*. V. 2. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.2.
- TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil*. v. 2. 8. ed. São Paulo: Método. 2013.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: responsabilidade civil*. v. 4. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Disciplina: Direito Penal III

Ementa: Aplicação da pena. Teoria das circunstâncias e dosimetria da pena. Aplicação da medida de segurança. Execução penal: princípios regulamentadores e estratégias de (re)inserção social. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Ação penal. Extinção da punibilidade.

Bibliografia Básica:

- GRECO, Rogério. *Curso de direito penal*. Niterói: Impetus, 2010. V. 1.
- MARCÃO, Renato. *Curso de execução penal*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes; CARVALHO, Gisele Mendes. *Curso de direito penal brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Manual de direito penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 2009. V. 1.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 2008. V. 1.
- CIA, Michele. *Medidas de segurança no direito penal brasileiro: a desinternação progressiva sob uma perspectiva político-criminal*. São Paulo: Unesp. 2011.

- MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de direito penal: parte geral*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009. V. 1.
- PRADO, Luiz Régis. *Curso de direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. V. 1.

Disciplina: Direito Constitucional II

Ementa: Espécies de direitos fundamentais. Direito de nacionalidade. Direitos políticos. Organização do Estado: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Organização dos poderes: poder legislativo, poder executivo, poder judiciário. Função, estrutura e órgãos dos poderes. Funções essenciais à justiça.

Bibliografia Básica:

- LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Roberto. *Curso de direito constitucional*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

Bibliografia Complementar:

- BONAVIDES, P. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2004.
- CHIMENTI, Ricardo Cunha *et alli*. *Curso de direito constitucional*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MORAES, Alexandre. *Direito constitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2004.
- TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Disciplina: Direito Empresarial II

Ementa: Teoria geral do direito societário. Personalidade jurídica: constituição e desconsideração. Sociedades empresárias não personalizadas: aspectos interdisciplinares da informalidade. Sociedades empresariais: espécies, regime jurídico e classificações. Contrato social. Direitos e deveres dos sócios. Estratégias societárias.

Bibliografia Básica:

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial: direito de empresa*. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de direito comercial*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Manual de direito comercial*. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

- BERTOLDI, Marcelo M; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. *Curso avançado de direito comercial*. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2011.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial: direito de empresa*. V. 2. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

- MAMEDE, Gladston. *Manual de direito empresarial*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- NEGRÃO, Ricardo. *Manual de direito comercial e de empresa*. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina: Direito Processual Civil II

Ementa: Processo de conhecimento. Relativização da coisa julgada. Processo nos tribunais: ênfase à ação rescisória. Sistema recursal. Princípios aplicáveis aos recursos. Teoria geral dos recursos. Requisitos e pressupostos de admissibilidade recursais. Recursos em espécie: apelação, agravo, embargos infringentes e declaratórios, recursos ordinário, especial e extraordinário, embargos de divergência. Reclamação. Análises jurisprudenciais. Aplicabilidade prática de referenciais teóricos em peças processuais.

Bibliografia Básica:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: teoria geral direito processual civil e processo de conhecimento*. V. 1. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de direito processual civil*. V. 1. 14 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum, ordinário e sumário*. V. 2. T. 1. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. V. 1. 15. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. V. 3. 7. ed. Salvador: Podivm, 2009.
- GONÇALVES, Marcos Vinícius Rios. *Novo curso de direito processual civil*. V. 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SANTOS, Moacyr Amaral dos. *Primeiras linhas de direito processual civil*. V. 3. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

5º Semestre:

Disciplina: Direito Civil IV

Ementa: Teoria geral dos contratos. Contratos: princípios, fases de formação e classificação. Princípios da eticidade, da socialidade e da operabilidade: boa-fé objetiva e função social do contrato. Efeitos dos contratos com relação a terceiros. Efeitos particulares dos contratos. Interpretação dos contratos na atualidade. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas contratuais: abordagem crítica. Causas da dissolução dos contratos.

Principais contratos nominados no Código Civil. Aplicabilidade prática de referenciais teóricos em peças contratuais.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais*. V. 3. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: contratos*. V. 4. 10. ed. São Paulo: Saraiva. 2014.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais*. V. 3. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- DINIZ, Maria Helena. *Tratado teórico e prático dos contratos*. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais*. V. 3. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- SILVA, Rodney Malveira. *Hermenêutica Contratual*. São Paulo: Atlas, 2010.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos*. V. 2. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Direito Penal IV

Ementa: Teoria geral dos delitos em espécie. Principiologia penal e vinculação com os delitos em espécie: ênfase nas vulnerações do princípio da proporcionalidade. Análise da aplicação dos tipos em espécie à luz da Criminologia: seletividade do sistema penal e etiquetamento. Análise da parte especial do Código Penal. Crimes contra a pessoa: crimes contra a vida, lesões corporais, periclitacão da vida e da saúde, rixa, crimes contra a honra, crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio.

Bibliografia Básica:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- GRECO, Rogério. *Curso de direito penal*. Niterói: Impetus, 2010. V. 2.
- PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes; CARVALHO, Gisele Mendes. *Curso de direito penal brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*. V. 3. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio García-Pablos de. *Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos, introdução às bases criminológicas da Lei 9099/95 – Lei dos Juizados Especiais Criminais*. 6. ed. reform., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de direito penal*. V. 2. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de direito penal: parte geral e parte especial*. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

- PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro*. V. 2.. 7^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Disciplina: Direito Constitucional III

Ementa: Teoria do controle de constitucionalidade. Ações e processo no controle de constitucionalidade. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Intervenção federal e estadual. Da ordem econômica, financeira e social. Interface do direito constitucional com o cenário empresarial local, regional e global.

Bibliografia Básica:

- LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Roberto. *Curso de direito constitucional*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva: 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- BONAVIDES, Paulo: *Curso de direito constitucional*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- BULOS, Uadi Lammêgo. *Direito constitucional ao alcance de todos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

Disciplina: Direito Empresarial III

Ementa: Contratos mercantis. Teoria geral dos contratos mercantis. Comércio eletrônico. Compra e venda mercantil. Outros contratos empresariais. Do crédito em geral. Teoria geral dos títulos de crédito: origem e evolução; noções gerais; função e importância; características; requisitos formais e nulidades. Espécies de títulos de crédito no direito brasileiro. Desmaterialização dos títulos de crédito.

Bibliografia Básica:

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial: direito de empresa*. V. 3. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de direito comercial*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Manual de direito comercial*. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

- BERTOLDI, Marcelo M; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. *Curso avançado de direito comercial*. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2011.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial: direito de empresa*. V. 3. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

- MAMEDE, Gladston. *Títulos de crédito*. São Paulo: Atlas, 2009.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.
- VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *Curso de direito comercial*. V. 2. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Disciplina: Direito Processual Civil III

Ementa: Processo de execução. Teoria geral. Princípios. Títulos executivos. Execução provisória. Cumprimento de sentença. Execução de título extrajudicial. Meios de defesa do devedor. Responsabilidade patrimonial. Espécies de execução. Especificidades da execução fiscal, da execução contra a fazenda pública, da execução de alimentos e da execução nos juizados especiais cíveis. Boa-fé e efetividade do processo executivo. Suspensão e extinção do processo de execução. Análises jurisprudenciais. Aplicabilidade prática de referenciais teóricos em peças processuais.

Bibliografia Básica:

- ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. 13. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva*. V. 3. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de direito processual civil*. V. 2. 13 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia Complementar:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva*. V. 3. 3. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil*. v. 5. 2. ed. São Paulo: Jus Podivm, 2010.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo curso de direito processual civil: execução e processo cautelar*. V. 3. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2009.
- MEDINA, José Miguel Garcia. *Código de processo civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento da sentença, processo cautelar e tutela de urgência*. V. 2. 45. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Disciplina: Direito Processual Penal I

Ementa: Estado Democrático de Direito, direitos fundamentais e processo penal. Princípios processuais penais. Sistemas de processo penal: inquisitivo, acusatório e misto. Análise do sistema processual penal brasileiro à luz da Constituição Federal. Aplicação da teoria geral do processo ao direito processual penal: limites e controvérsias. Fontes e interpretação da lei processual penal. Lei processual penal no tempo e no espaço. Investigação criminal: inquérito policial e outras formas de investigação. Ação penal: espécies, princípios e condições. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e competência.

Bibliografia Básica:

- BONFIM, Edilson Mougnot. *Curso de processo penal*. São Paulo:

Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

- DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. *Curso de processo penal*. 9. ed. São Paulo: GEN Forense. 2014.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BAJER, Paula. *Processo penal e cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BONFIM, Edilson Mougnot. *Curso de processo penal*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MACHADO, Antônio Alberto. *Curso de processo penal*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2012.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de processo penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

6º Semestre:

Disciplina: Direito Civil V

Ementa: Direitos reais: conceito e princípios. Distinção entre direitos reais e pessoais. Posse e propriedade. Posse: classificação, aquisição, perda, efeitos, manutenção e reintegração. Propriedade: classificação, aquisição e perda. Função social da propriedade: interfaces com o direito ambiental e direito empresarial. Direito de vizinhança: condomínio geral e edifício. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese. Enfitese e sua extinção pelo Código Civil.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. *Direito civil brasileiro: direito das coisas*. V. 4. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil: coisas*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito das coisas*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- FUIZA, César. *Direito civil: curso completo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito das coisas*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito das coisas*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2007.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: direito das coisas*. V. 5. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Direito Penal V

Ementa: Análise da parte especial do Código Penal. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade

sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.

Bibliografia Básica:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*. V. 3. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- GRECO, Rogério. *Curso de direito penal*. Niterói: Impetus, 2010. V. 2.
- PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes; CARVALHO, Gisele Mendes. *Curso de direito penal brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*. V. 4. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de direito penal*. V. 2. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de direito penal: parte geral e parte especial*. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro*. V. 2.. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Disciplina: Direito Empresarial IV

Ementa: Falência. Presunção de insolvência. Estado, pedido e declaração judicial de falência. Impactos sociais e econômicos da falência. Credores da sociedade falida. Administração, liquidação e encerramento da falência. Recuperação: condições gerais, modalidades e órgãos. Função social da empresa e recuperação. Processo de recuperação judicial. Pagamento e liquidação.

Bibliografia Básica:

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de direito comercial*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Manual de direito comercial*. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PERIN JÚNIOR, Écio. *Preservação da empresa na lei de falências*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- BERTOLDI, Marcelo M; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. *Curso avançado de direito comercial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- BEZERRA FILHO, Manoel Justino. *Lei de recuperação de empresas e falências comentada*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- COELHO, Fábio Ulhoa, *Comentários à nova lei de falência e recuperação de empresas*. 6.ed. São Paulo, Saraiva, 2009.
- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Lei de falência e recuperação de empresas*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *Curso de direito comercial*. V. 3. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

Disciplina: Direito Processual Civil IV

Ementa: Tutela cautelar. Teoria Geral. Princípios, pressupostos e características. Poder geral de cautela. Medidas cautelares típicas e atípicas. Fungibilidade e adequação das medidas cautelares. Procedimentos cautelares comuns e específicos. Tutela cautelar no processo coletivo. Tutelas de urgência nas tutelas satisfativas, cautelares e inibitórias. Análises jurisprudenciais. Aplicabilidade prática de referenciais teóricos em peças processuais. Tutela cautelar no Anteprojeto de Código de Processo Civil: medida cautelar antecedente; tutela de evidência e risco de dano frente à plausibilidade do Direito.

Bibliografia Básica:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: tutela antecipada, tutela cautelar, procedimentos cautelares específicos*. V. 4. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 45. ed. V. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de direito processual civil*. V. 3. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia Complementar:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: tutela antecipada, tutela cautelar, procedimentos cautelares específicos*. V. 4. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GONÇALVES, Marcos Vinícius Rios. *Novo curso de direito processual civil: execução e processo cautelar*. V. 3. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos especiais*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante*. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Curso de processo civil*. V. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Disciplina: Direito Processual Penal II

Ementa: Incidentes processuais. Teoria geral da prova e princípios constitucionais. Provas em espécie: declarações do ofendido, prova testemunhal, prova pericial, interrogatório, confissão, prova documental e outras provas. Interceptação telefônica. Vitimologia e reconstrução do papel da vítima no processo penal.

Bibliografia Básica:

- CAPEZ, Fernando. *Curso de processo penal*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- MAZZUTTI, Vanessa de Biassio. *Vitimologia e direitos humanos: o processo penal sob a perspectiva da vítima*. São Paulo: Curitiba, 2012.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. 11. ed. São Paulo: RT, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BONFIM, Edilson Mougnot. *Curso de processo penal*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

- CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do processo penal*. São Paulo: Pílares, 2006.
- DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. *Curso de processo penal*. 9. ed. São Paulo: GEN Forense. 2014.
- LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de processo penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina: Ética Profissional e Estatuto da OAB

Ementa: Ética e moral. Ética profissional. Ética do advogado: regras deontológicas fundamentais. Importância da advocacia no Estado Democrático de Direito e na consolidação da democracia. Estatuto da Advocacia, Regulamento Geral da Advocacia e Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. Advocacia pública e privada. Inviolabilidade no exercício da advocacia. Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. Sociedade de advogados. Incompatibilidades e impedimentos. Prestação de serviços advocatícios. Direitos e deveres do advogado. Infrações e sanções disciplinares. Processo administrativo e disciplinar. Ordem dos Advogados do Brasil: fins e organização. Ética profissional na atuação da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Magistratura.

Bibliografia Básica:

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Curso de ética jurídica: ética geral e profissional*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- LOBO NETO, Paulo Luiz. *Comentários ao Estatuto da Advocacia e OAB*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Bibliografia Complementar:

- AZEVEDO, Flávio Olímpio de. *Comentários às infrações disciplinares da advocacia*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- BARONI, Robson. *Cartilha de ética profissional do advogado*. São Paulo: LTr, 2002.
- BRASIL. *Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil*: acompanhado de legislação complementar, provimentos da OAB, Regimento Interno do Conselho Federal da OAB, Código de Ética e Disciplina. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CARDELLA, Haroldo; CREMASCO, José Antônio. *Manual de ética profissional do advogado*. São Paulo: Millenium, 2005.
- VALLS, Álvaro. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

7º Semestre:

Disciplina: Direito Civil VI

Ementa: Evolução do direito de família: conceito, princípios e ética do afeto. Casamento e direitos patrimoniais. Reconhecimento e proteção da pessoa dos filhos. Relações de parentesco. Filiação. Poder familiar. Paternidade sócioafetiva. Usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Adoção. Bem de família. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Espécies de

guarda: ênfase à guarda compartilhada. Alimentos. Abandono afetivo. Alienação parental. União estável. Entidade familiar fora do casamento. Tutela. Curatela.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. *Direito civil brasileiro: direito de família*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil: direito de família*. V. 6. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. V. 6. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- FUIZA, César. *Direito civil: curso completo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. V. 6. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito de família*. V. 6. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil: parte geral*. V. 1. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. V. 6. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Direito Penal VI

Ementa: Tutela penal dos interesses coletivos. Crimes contra a economia popular. Crimes contra a ordem tributária, contra a ordem econômica e contra as relações de consumo. Crimes ambientais. Lavagem de bens, direitos e valores. Crimes contra o sistema financeiro nacional. Crimes concorrenciais. Crimes falimentares.

Bibliografia Básica:

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. *Legislação penal especial*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- PRADO, Luiz Regis (Org.). *Leis penais especiais: parte I*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- PRADO, Luiz Regis (Org.). *Leis penais especiais: parte II*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Bibliografia Complementar:

- CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime tributário: um estudo da norma penal tributária*. 3. ed. São Paulo: IOB, 2010.
- DELMANTO JÚNIOR, Roberto. *Leis penais especiais comentadas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gôuvea de. *Crimes ambientais à luz do conceito de bem jurídico-penal*. São Paulo: Ibccrim, 2008.
- MENDRONI, Marcelo Bathouri. *Crime de lavagem de dinheiro*. São Paulo: Atlas, 2006.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis penais e processuais penais comentadas*. V. 1. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Disciplina: Direito Processual Civil V

Ementa: Teoria geral dos procedimentos especiais. Subsidiariedade e integratividade do procedimento comum ordinário aos procedimentos especiais.

Espécies de procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa na legislação codificada e extravagante. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária na legislação codificada e extravagante. Aplicabilidade prática de referenciais teóricos em peças processuais.

Bibliografia Básica:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimentos especiais do Código de Processo Civil, Juizados Especiais*. V. 2. T. 2. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. V. 3. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de direito processual civil*. V. 3. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia Complementar:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimentos especiais do Código de Processo Civil, Juizados Especiais*. V. 2. T. 2. São Paulo: Saraiva, 2011.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. V. 3. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, v.2. 2010.
- MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de processo civil comentado artigo por artigo*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante*. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Disciplina: Direito Processual Penal III

Ementa: Processo e procedimento. Sujeitos processuais penais. Atos e prazos processuais. Procedimento comum: ordinário, sumário e sumaríssimo. Procedimentos especiais: ênfase no procedimento do Tribunal do Júri. Prisão e medidas cautelares alternativas: conversibilidade e poder de cautela. Prisão cautelar: fundamento constitucional e espécies. Midialização do processo penal: tensões entre presunção de inocência e segurança pública. Liberdade provisória.

Bibliografia Básica:

- BONFIM, Edilson Mougnot. *Código de Processo Penal anotado*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. *Curso de processo penal*. 9. ed. São Paulo: GEN Forense. 2014.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. 11. ed. São Paulo: RT, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BONFIM, Edilson Mougnot. *Curso de processo penal*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. *Processo penal e mídia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

Disciplina: Direito Administrativo I

Ementa: Direito administrativo: conceito, evolução histórica, objeto e sujeitos. Administração pública e regime jurídico-administrativo. Princípios constitucionais no direito administrativo. Poderes administrativos. Organização estrutural da administração pública. Terceiro setor. Administração pública participativa e democracia.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- GASPARINI, Diogénes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Bibliografia Complementar:

- DI PIETRO, Maria Sylvia. *Direito administrativo*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

Disciplina: Direito do Trabalho I

Ementa: Direito do trabalho: teoria geral e historicidade. Direitos sociais e Constituição Federal. Relações e contratos de trabalho e de emprego. Relações atípicas de trabalho. Direito individual do trabalho. Empregado e empregador. Trabalho rural. Normas gerais e especiais de tutela do trabalho. Contrato individual de trabalho e extinção. Proteção do trabalho da mulher e do menor. Estabilidade. FGTS.

Bibliografia Básica:

- DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 9. ed. São Paulo: LTr, 2010.
- MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- CARRION, Valentin. *Comentários à CLT (legislação complementar e jurisprudência)*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

- DELBONI, Denise Poiani; JOÃO, Paulo Sérgio. *Direito empresarial do trabalho*: séria GVlaw. São Paulo: Sariava, 2012.
- DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego*. São Paulo: LTr, 2006.
- DELGADO, Mauricio Godinho. *Princípios de direito individual e coletivo do trabalho*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2013.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito do trabalho*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

8º Semestre:

Disciplina: Direito Civil VII

Ementa: Direito das sucessões na contemporaneidade. Princípios constitucionais. Sucessão em geral. Sucessão legítima: ordem da vocação hereditária e herdeiros necessários. Herança: administração, transmissão e renúncia. Direito de representação.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. *Direito civil brasileiro*: direito das sucessões. V. 9. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil*: direito das sucessões. V. 7. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*: direito das sucessões. V. 7. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- FUIZA, César. *Direito civil*: curso completo. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*: direito das sucessões. V. 7. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*: direito das sucessões. V. 7. São Paulo: Saraiva, 2007.
- PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil*: parte geral. V. 1. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*: direito das sucessões. V. 7. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Direito Penal VII

Ementa: Tutela penal dos interesses coletivos: crimes contra pessoas portadoras de deficiência, crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, crimes contra índios e cultura indígena, crimes contra crianças e adolescentes, crimes contra idosos, violência doméstica e familiar contra a mulher. Contravenções penais. Crimes hediondos. Lei de drogas. Crime organizado. Lei de tortura. Crimes de trânsito. Crimes do Estatuto do Desarmamento. Outros crimes definidos em leis especiais.

Bibliografia Básica:

- MARCÃO, Renato. *Tóxicos*: Lei 11343, de 23 de agosto de 2006. São Paulo: Sariava, 2014. Livro eletrônico.
- PRADO, Luiz Regis (Org.). *Leis penais especiais*: parte I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- PRADO, Luiz Regis (Org.). *Leis penais especiais*: parte II. São Paulo:

Revista dos Tribunais, 2009.

Bibliografia Complementar:

- CARVALHO, Paulo Roberto Galvão de; MENDONÇA, Andrey Borges de. *Lei de drogas: Lei 11343, de 23 de agosto de 2006, comentada artigo por artigo..* São Paulo: Método, 2008.
- DELMANTO JÚNIOR, Roberto. *Leis penais especiais comentadas.* Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- DIAS, Maria Berenice. *Lei Maria da Penha na justiça.* 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis penais e processuais penais comentadas.* V. 2. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Direitos humanos e as práticas de racismo.* Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

Disciplina: Direito Processual Civil VI

Ementa: Tendências e aspectos contemporâneos do direito processual civil. Propostas e projetos de alteração legislativa. Tópicos especiais: métodos extrajudiciais de solução de conflitos; judicialização das políticas públicas; súmula vinculante; repercussão geral; recursos repetitivos; incidente de deslocamento de competência e direitos humanos; processo sincrético; processo eletrônico; aspectos processuais do mandado de segurança. Legislação esparsa: ênfase à Lei dos Juizados Especiais.

Bibliografia Básica:

- FARIAS, Bianca Oliveira de; SOARES, Milton Delgado. *Tópicos de direito processual civil.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. *Manual de arbitragem, mediação e conciliação.* 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- TEIXEIRA, Tarcisio. *Curso de direito e processo eletrônico: doutrina, jurisprudência e prática.* São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- ABBOUD, Georges; STRECK, Lenio Luiz. *O que é isto – o precedente judicial e as súmulas vinculantes?* 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013 (O que é isto?, 3).
- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimentos especiais do Código de Processo Civil, Juizados Especiais.* V. 2. T. 2. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CARLINI, Angélica. *Judicialização da saúde pública e privada.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.
- CAZETTA, Ubiratan. *Direitos humanos e federalismo: o incidente de deslocamento de competência.* São Paulo: Atlas, 2009.
- MEIRELLES, Hely Lopes; MENDES, Gilmar Ferreira; WALD, Arnoldo. *Mandado de segurança e ações constitucionais.* 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Disciplina: Direito Processual Penal IV

Ementa: Sentença e outros atos jurisdicionais. Princípio da correlação e função do juiz no sistema acusatório. Coisa julgada. Nulidades no processo

penal. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Ações de impugnação. Aplicabilidade prática de referenciais teóricos em peças processuais.

Bibliografia Básica:

- DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. *Curso de processo penal*. 9. ed. São Paulo: GEN Forense, 2014.
- LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. 11. ed. São Paulo: RT, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BADARÓ, Gustavo Henrique Righy Ivahy. *Correlação entre acusação e sentença*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Trinuanis, 2013.
- BONFIM, Edilson Mougnot. *Curso de processo penal*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *A motivação das decisões penais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Direito Administrativo II

Ementa: Atos administrativos. Discricionariedade administrativa e judicialização de políticas públicas. Licitações e contratos administrativos. Parcerias público-privadas e reflexos no direito empresarial. Bens públicos.

Bibliografia Básica:

- ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de direito administrativo*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Bibliografia Complementar:

- DI PIETRO, Maria Sylvia. *Direito administrativo*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Disciplina: Direito do Trabalho II

Ementa: Decadência e prescrição. Meio ambiente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador. Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho. Comissões de conciliação prévia. Súmulas do

TST. Direito coletivo do trabalho. Liberdade e organização sindical. Conflitos coletivos de trabalho e formas de solução. Negociação coletiva: convenção e acordo coletivo. Direito de greve e lock-out. Poder normativo da Justiça do Trabalho. Flexibilização das normas trabalhistas à luz da jurisprudência. Direito internacional do trabalho e OIT.

Bibliografia Básica:

- DELGADO, Mauricio Godinho. *Princípios de direito individual e coletivo do trabalho*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2013.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ROMAR, Carla Teresa Martins. *Direito do trabalho esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- CARRION, Valentin. *Comentários à CLT (legislação complementar e jurisprudência)*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DELBONI, Denise Poiani; JOÃO, Paulo Sérgio. *Direito empresarial do trabalho: séria GVlaw*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego*. São Paulo: LTr, 2006.
- MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SOUZA, Josyanne Nazareth de. *Direito do trabalho e direito processual do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 (Estudos direcionados, 26).

Disciplina: Direito Financeiro

Ementa: Atuação do direito financeiro no Estado Democrático de Direito. Direito financeiro e interdisciplinariedade. Conceito, fontes e princípios do direito financeiro. Receita, despesa e orçamento públicos. Dívida pública e operações de crédito. Empréstimo público. Responsabilidade fiscal e parcerias público-privadas. Tribunal de Contas. Precatórios. Desvio de recursos públicos e violação dos direitos humanos.

Bibliografia Básica:

- HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de direito financeiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. *Curso de direito financeiro*. São Paulo: Saraiva, 2012. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. São Paulo: Saraiva 2008.
- MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio. *Manual de direito financeiro e tributário*. 20. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
- SANTI, Eurico Marcos Diniz de. *Curso de direito tributário e finanças públicas*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de direito financeiro e tributário*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Disciplina: Orientação de Monografia

Ementa: ABNT NBR 15287: projeto de pesquisa e estrutura. Elaboração e acompanhamento do projeto de pesquisa. ABNT NBR 14724: monografia e estrutura. ABNT NBR 10520: citações. ABNT NBR 6023: referências bibliográficas. Diretrizes da Libertas – Faculdades Integradas para elaboração e normatização do trabalho de curso. Elaboração e acompanhamento do trabalho de curso. Simulação de defesa do trabalho de curso perante banca examinadora. Fomento a publicações e participações em eventos científicos.

Bibliografia Básica:

- BARRAL, Welber Oliveira. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 5. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

- BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ECO, Umberto, *Como se faz uma tese*. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIBERTAS FACULDADES INTEGRADAS. *Diretrizes para apresentação de trabalhos de conclusão de curso*. São Sebastião do Paraíso, 2010.
- MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudio Sevilha. *Manual de metodologia da pesquisa no Direito*. 2. ed. rev. 2. tir. São Paulo: Saraiva, 2004.

9º Semestre:

Disciplina: Direito Civil VIII

Ementa: Sucessão testamentária: testamentos ordinários e especiais. Capacidade para testar e adquirir via testamento. Inventário: judicial, administrativo, arrolamento e partilha. Petição de herança. Herança jacente e vacante. Legados e codicilos.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Maria Helena. *Direito civil brasileiro: direito das sucessões*. V. 9. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil: direito das sucessões*. V. 7. São Paulo: Saraiva, 2014.
- LOBO, Paulo Luiz Neto. *Direito civil: sucessões*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- FUIZA, César. *Direito civil: curso completo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito das sucessões*. V. 7. São Paulo: Saraiva, 2014.

- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito das sucessões*. V. 7. São Paulo: Saraiva, 2007.
- PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil: parte geral*. V. 1. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: direito das sucessões*. V. 7. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Direito Processual Civil VII

Ementa: Processo coletivo: historicidade e *class actions*. Teoria geral: fundamentos constitucionais e princípios. Interesses metaindividuais: difusos, coletivos e individuais homogêneos. Particularidades do processo coletivo. Condições da ação. Representatividade adequada e pertinência temática. Coisa julgada. Ações coletivas em espécie: ação civil pública, ação popular, ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor, ação de improbidade administrativa e mandado de segurança coletivo. Relações entre processo coletivo e processo individual.

Bibliografia Básica:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: direito processual público e direito processual coletivo*. V. 2. T. 3. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie; ZANETI JÚNIOR, Hermes. *Curso de direito processual civil: processo coletivo*. V. 4. Salvador: Jus Podivm, 2009.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: direito processual público e direito processual coletivo*. V. 2. T. 3. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. *Curso de processo coletivo*. São Paulo: Atlas, 2010.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Direitos difusos e coletivos I: teoria geral do processo coletivo*. São Paulo: Saraiva, 2014 (Saberes do direito, 34).
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Direitos difusos e coletivos II: ações coletivas em espécie – ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo*. São Paulo: Saraiva, 2014 (Saberes do direito, 35).
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses difusos: conceito e legitimação para agir*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

Disciplina: Direito Administrativo III

Ementa: Agentes públicos. Serviços públicos. Intervenções estatais no domínio econômico e social. Poder de polícia. Responsabilidade do Estado. Controle da administração pública. Improbidade administrativa. Processo administrativo. Estatuto da cidade e políticas públicas ambientais preventivas.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
- MUKAI, Toshio. *O estatuto da cidade*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- DI PIETRO, Maria Sylvia. *Direito administrativo*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

Disciplina: Direito Tributário I

Ementa: Atividade financeira do Estado. Direito Tributário: conceito, historicidade e princípios constitucionais. Tributos e espécies tributárias. Funções do tributo e integração com outras áreas do direito. Fontes do direito tributário: interpretação, aplicação e integração da legislação tributária. Competência tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Obrigação tributária.

Bibliografia Básica:

- AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. São Paulo: Saraiva 2014. Livro eletrônico.
- MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SABBAG, Eduardo. *Manual de direito tributário*. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar:

- AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. São Paulo: Saraiva 2007.
- CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de direito constitucional tributário*. São Paulo: Malheiros, 2007.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Saraiva 2007.
- OLIVEIRA, José Jayme de Macedo. *Código Tributário Nacional: comentários, doutrina e jurisprudência*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio. *Manual de direito financeiro e tributário*. 20. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho

Ementa: Autonomia, fontes e princípios do direito processual do trabalho. Aplicação subsidiária de normas processuais comuns. Organização e competência da Justiça do Trabalho. Meios de solução de conflitos trabalhistas e suas conseqüências práticas. Jurisdição voluntária e transações extrajudiciais sob a ótica trabalhista. Dissídio individual e coletivo. Instrução processual, ônus da prova e sucumbência. Recursos. Competência originária. Execução trabalhista e liquidação de sentença. Ação de cumprimento. Procedimentos

especiais de jurisdição contenciosa. Aplicabilidade prática de referenciais teóricos em peças processuais.

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA, Amador Paes de. *Curso prático de processo do trabalho*. 20. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARTINS, Sergio Pinto. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense*. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- GIGLIO, Wagner D; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. *Direito processual do trabalho*. 16. ed. rev. ampl. atual. adaptada. São Paulo: Saraiva, 2007.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 7. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SARAIVA, Renato. *Curso de direito processual do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Método, 2008.
- SOUZA, Josyanne Nazareth de. *Direito do trabalho e direito processual do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 (Estudos direcionados, 26).

Disciplina: Direito Internacional Público

Ementa: Teoria geral dos tratados: princípios gerais, conceito, classificação, capacidade, competência, costumes, vigência e extinção. Domínio público internacional. Soberania e circulação de pessoas frente aos sistemas de proteção internacional dos direitos humanos. Celebração de tratados sob o enfoque constitucional brasileiro. Condição internacional dos Estados e das organizações internacionais. Responsabilidade internacional. Modos de solução de controvérsias pacíficas e direito de ingerência frente aos litígios internacionais. Tribunal Penal Internacional. Questões ambientais sob o enfoque internacional.

Bibliografia Básica:

- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de direito internacional público*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- PIOVESAN, Flavia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- FINKELSTEIN, Cláudio. *Direito internacional*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Coletânea de Direito Internacional/Constituição Federal*. 8.ed. rev., ampl e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010 (RT MiniCódigos).
- REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

- SILVA, G.E. do Nascimento e ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de direito internacional público*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

10º Semestre:

Disciplina: Direito Tributário II

Ementa: Crédito tributário: constituição, suspensão, extinção e exclusão. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária. Impostos na Constituição Federal: federais, estaduais e municipais. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Tributação ambiental e influências no direito empresarial. Tributação ambiental e direito comparado.

Bibliografia Básica:

- AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. São Paulo: Saraiva 2007.
- CAIS, Cleide Previtalli. *O processo tributário*. 6. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2009.
- SABBAG, Eduardo. *Manual de direito tributário*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- CAMPOS, Dejalma de. *Processo tributário*. 6. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2007.
- CASSONE, Maria Eugenia Teixeira; CASSONE, Vittorio. *Processo tributário*. 3. ed. São Paulo. Atlas. 2002.
- FERREIRA, Renata Marques; FIORILLO, Celso Pacheco. *Direito ambiental tributário*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SANTI, Eurico Marcos Diniz de; ZILVETI, Fernando Aurélio. *Direito tributário: tributação empresarial – série GVlaw*. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina: Direito Internacional Privado e Comércio Internacional

Ementa: Direito internacional privado: objeto, definição, fontes e codificações. Normas de direito internacional privado na Constituição Federal. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Aplicação da lei estrangeira nas relações privadas nacionais. Elementos de conexão. Colaboração jurídica internacional e homologação de sentenças estrangeiras. Comércio e relações internacionais: *lex mercatoria*, acordos, barreiras, Incoterms e transportes. Desempenho do comércio exterior brasileiro. Sociedade internacional econômica e circulação de mercadorias. Processos de integração regionais: zonas de livre comércio e mercados comuns. Contratos internacionais e atuação da Organização Mundial do Comércio.

Bibliografia Básica:

- CAPARROZ, Roberto. *Comércio internacional esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MAIA, Jayme de Mariz. *Economia internacional e comércio exterior*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito internacional privado: teoria e prática*. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- AMORIM, Edgar Carlos de. *Direito internacional privado*. 10. ed. ver e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- BASSO, Maristela; PRADO, Maurício Almeida; ZAITZ, Daniela. *Direito do comércio internacional: pragmática, diversidade e inovação*. Curitiba: Juruá, 2008.
- BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. *Economia internacional: teoria e experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- DEL´OMO, Florisbal de Souza. *Curso de direito internacional privado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- STRENGER, Irineu. *Direito internacional privado: parte geral*. 6.ed. São Paulo: LTr, 2005.

Disciplina: Direito do Agronegócio

Ementa: Introdução ao direito do agronegócio. Aspectos socioeconômicos brasileiros e mundiais. Institutos do direito agrário pertinentes ao direito do agronegócio. Constituição Federal, função social da propriedade e Estatuto da Terra. Questão fundiária e política agrícola brasileira. Intervenção do Estado na economia agrícola. Crédito e financiamento rural. Contratos agrários. Cooperativa rural. Agricultura familiar: desafios e meios de fomento. Agroindústria e suas interfaces com o direito empresarial. Agronegócio e relações de trabalho rural. Implicações do Código Florestal no exercício e no licenciamento da atividade rural.

Bibliografia Básica:

- ARAÚJO, Massilon. *Fundamentos de agronegócios*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BURANELLO, Renato. *Manual do direito do agronegócio*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- BURANELLO, Renato; PERIN JUNIOR, Ecio; SOUZA, André Ricardo Passos de. *Direito do agronegócio: mercado, regulação, tributação e meio ambiente*. V. 2. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

Bibliografia Complementar:

- BARROS, Wellington Pacheco de. 5. ed. *Curso de direito agrário*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- BURANELLO, Renato. *Manual do direito do agronegócio*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MARQUES, Benedito Ferreira. *Direito agrário brasileiro*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENDES, Judas Tadeu Grassi. *Agronegócio: uma abordagem econômica*. São Paulo: Pearson, 2007.
- OPITZ, Sílvia; OPITZ, Oswaldo. *Curso completo de direito agrário*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina: Direito Ambiental

Ementa: Teoria geral do direito ambiental: conceito, princípios, autonomia, fontes e interdisciplinariedade. Classificação contemporânea do meio ambiente: natural, artificial, do trabalho e cultural. Educação ambiental: cidadania e justiça ambiental. Visão antropocêntrica do direito ambiental e desenvolvimento

sustentável. Tutela constitucional do meio ambiente: direito subjetivo ao meio ambiente como direito fundamental. Política Nacional do Meio Ambiente e espaços ambientalmente protegidos. Instrumentos legais de proteção ao meio ambiente. Tutela administrativa: poder de polícia, competência, licenciamento (EIA/RIMA), responsabilidade administrativa. Responsabilidade civil ambiental. Direito penal ambiental. Tutela ambiental. Bioética ambiental.

Bibliografia Básica:

- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- SIRVINKAS, Paulo. *Manual de direito ambiental*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Bibliografia Complementar:

- BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SORRENTINO, Marcos. *Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências*. Curitiba: Appris, 2012.
- TRENNEPOHL, Terence Dorneles. *Direito ambiental empresarial*. São Paulo: Saraiva, 2010.

Disciplina: Direito Previdenciário

Ementa: Direito previdenciário: evolução legislativa, fontes e princípios. Organização e fontes de custeio da seguridade social: saúde, assistência social e previdência social. Competência para as ações previdenciárias. Requerimento administrativo junto ao INSS. Beneficiários: segurados e dependentes. Benefícios previdenciários: noções, espécies, impactos sociais e econômicos. Serviços previdenciários: serviço social; habilitação e reabilitação profissional. Prática previdenciária.

Bibliografia Básica:

- MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Curso de direito previdenciário*. 5. ed. São Paulo: LTr, 2013.
- MARTINS, Sergio Pinto. *Direito da seguridade social*. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- SANTOS, Marisa Ferreira dos. *Direito previdenciário esquematizado*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- AIELLO, Maria Lucia; BACHUR, Tiago Faggioni. *Teoria e prática do direito previdenciário*. 2. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2009.
- CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de direito previdenciário*. 10. ed. São Paulo: LTr, 2008.
- IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Curso de direito previdenciário: direito*

previdenciário procedimental. T. 3. 2. ed. São Paulo: LTr, 2007.

- SANTOS, Marisa Ferreira dos. *Direito previdenciário*. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009 (Sinopses jurídicas, 25).

Disciplina: Prática Processual Civil

Ementa: Prática processual civil: interface teórico-prática de atos processuais. Prática de peças processuais no processo de conhecimento: procuração, petição de juntada, petição inicial e respostas do réu. Prática de peças processuais no sistema recursal: apelação, agravo e embargos. Prática de peças processuais no cumprimento de sentença. Prática de peças processuais no processo de execução. Prática de peças processuais na execução fiscal e na execução de alimentos. Prática processual civil na Lei dos Juizados Especiais. Desenvolvimento de competências e habilidades para elaboração de peça prático-profissional do Exame de Ordem.

Bibliografia Básica:

- CASELLA, José Erasmo. *Manual de prática forense: processo civil*. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CHACON, Luis Fernando Rabelo. *Manual de prática forense civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SOUZA, Josyanne Nazareth de. *Prática forense civil*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- BEGALLI, Paulo Antonio. *Prática forense avançada*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil*. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. V. 1. 2. ed. Salvador: Podivm, 2009.
- NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. *Prática civil para o exame da OAB: modelos com base no exame da OAB*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento de sentença, processo cautelar e tutela de urgência*. V. 2. 45 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Disciplina: Prática Processual Penal

Ementa: Prática processual penal: interface teórico-prática de atos processuais. Prática de peças processuais penais. Relaxamento, medida cautelar e liberdade provisória. Queixa-crime. Resposta à acusação. Memoriais. Sentença. Recursos: apelação, recurso em sentido estrito, embargos infringentes, embargos de declaração, recursos para as instâncias especiais. Ações de impugnação: *habeas corpus*, mandado de segurança e revisão criminal. Manifestações processuais na execução penal. Desenvolvimento de competências e habilidades para elaboração de peça prático-profissional do Exame de Ordem.

Bibliografia Básica:

- DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. *Curso de processo penal*. 9. ed. São Paulo: GEN Forense. 2014.
- MESSA, Ana Flávia. *Prática penal para exame da OAB*. São Paulo:

Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

- NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. 11. ed. São Paulo: RT, 2014.

Bibliografia Complementar:

- CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. *Prática forense penal*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- CAPOBIANCO, Rodrigo Julio; SANTOS, Vauledir Ribeiro. *Como se preparar para o exame de ordem: penal*. V. 5. 11. ed. São Paulo: Método, 2014.
- DEZEM, Guilherme Madeira; FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini; JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; MACHADO, Angela Cangiano. *Prática penal*. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014 (Prática Forense, 6).
- ESCOBAR, Fernanda Maria Zichia; VANZOLINI, Maria Patrícia. *Exame de Ordem – como se preparar para a segunda fase: penal – teoria e prática*. 12. ed. São Paulo: Método, 2014.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Prática forense penal*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DISCIPLINA OPTATIVA I

Disciplina: Criminologia

Ementa: Criminologia: empirismo e interdisciplinariedade. Criminologia: conceito, objeto, método, e funções. Criminologia clássica. Criminologia positivista e paradigma etiológico. Criminologia contemporânea: modelos biologicistas, psicologistas e sociológicos. Teoria do etiquetamento e paradigma da reação social: punição dos pobres e papel do racismo na seleção pelas instâncias formais de controle. Criminologia crítica. Noções de Vitimologia.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Salo de. *Antimanual de criminologia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva Juris, 2013. Livro eletrônico.
- GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio García-Pablos de. *Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos, introdução às bases criminológicas da Lei 9099/95 – Lei dos Juizados Especiais Criminais*. 6. ed. reform., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002 (Pensamento Criminológico, 1).
- BECCARIA, Césare. *Dos delitos e das penas*. Tradução: Torneirei Guina Paes. São Paulo: Hemus, 1995.
- CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2005 (Pensamento Criminológico, 10).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 3. ed. rev. e ampl. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2007 (Pensamento Criminológico, 6).

Disciplina: Direito do Consumidor

Ementa: Teoria geral do direito do consumidor: princípios e conceitos fundamentais. Política nacional das relações de consumo. Proteção jurídica do consumidor frente às práticas comerciais abusivas. Responsabilidade civil dos fornecedores de produtos e serviços. Excludentes de responsabilidade civil. Infrações penais e sanções administrativas aplicáveis às relações de consumo. Proteção contratual do consumidor. Contrato de adesão. Decadência e prescrição. Interesses e tutela dos direitos coletivos dos consumidores em juízo.

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA, João Batista de. *Manual de direito do consumidor*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direitos do consumidor*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- NUNES, Luiz Antonio Rizzato. *Curso de direito do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.

Bibliografia Complementar:

- GRASSI NETO, Roberto. *Segurança alimentar: da produção agrária à proteção do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- LUCCA, Newton de. *Direito do consumidor: teoria geral da relação de consumo*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- MENDES, Laura Schertel. *Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- NUNES, Luiz Antonio Rizzato. *Curso de direito do consumidor*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SCHMITT, Cristiano Heineck. *Consumidores hipervulneráveis: a proteção do idoso no mercado de consumo*. São Paulo: Atlas, 2014.

Disciplina: Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos

Ementa: Crise do Poder Judiciário e importância social dos métodos extrajudiciais de solução de conflitos. Conciliação e mediação: princípios, elementos distintivos e aplicabilidade. Negociação. Conselho Nacional de Justiça e métodos consensuais de solução de conflitos. Arbitragem: teoria geral, procedimento arbitral, cláusula compromissória, compromisso, tutelas de urgência e decisão arbitral. Arbitragem empresarial. Arbitragem internacional e decisões da Organização Mundial do Comércio.

Bibliografia Básica:

- BICCA, Rafael Machado. *A arbitragem empresarial no Brasil: uma análise pela nova sociologia econômica do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

- GUILHERME, Luiz Fernando do Vale Almeida. *Manual de arbitragem*. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro eletrônico.
- SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. *Manual de arbitragem, mediação e conciliação*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Bibliografia Complementar:

- AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do; VIGGIANO, Letícia M.F. do Amaral. *A lei de arbitragem nos tribunais*. São Paulo: Lex, 2008.
- BERALDO, Leonardo de Faria. *Curso de arbitragem: nos termos da Lei 9307/96*. São Paulo: Atlas, 2014.
- CAHALI, Francisco José. *Curso de arbitragem, mediação, conciliação*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- MARTINS, Pedro Batista. *Arbitragem no direito societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- TIMM, Luciano Benetti. *Arbitragem nos contratos: empresariais, internacionais e governamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

DISCIPLINA OPTATIVA II

Disciplina: Novos Direitos

Ementa: Interesses difusos e coletivos. Mecanismos de amparo aos interesses metaindividuais. Improbidade administrativa. Direito sanitário. Direito dos portadores de necessidades especiais. Direito da criança e do adolescente. Direito do idoso. Direito urbanístico e da habitação. Direito educacional. Direitos da sociedade de informação. Direito econômico. Direito concorrencial.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Vinicius Marques de; CORDOVIL, Leonor; SCHAPIRO, Mario Gomes. *Direito econômico concorrencial: séria GVlaw direito econômico*. São Paulo: Saraiva, 2013. Livro eletrônico.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SERRANO, Vidal (Coord.) *Manual dos interesses difusos e coletivos*. 2. ed. São Paulo: Verbatim, 2013.

Bibliografia Complementar:

- NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Manual de improbidade administrativa: direito material e processual*. 2. ed. São Paulo: Método, 2014.
- PAESANI, Liliana Minardi. *O direito na sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2007.
- RAMIDOFF, Mario Luiz. *Direito difusos e coletivos IV: estatuto da criança e do adolescente*. São Paulo: Saraiva, 2012. (Saberes do direito, 37).
- SILVA, Ivan Luís Marques. *Direitos difusos e coletivos V: idosos e portadores de deficiência*. São Paulo: Saraiva, 2012. (Saberes do direito, 38).
- SOUZA, Motauri Ciocchetti de. *Direito educacional*. São Paulo: Verbatim, 2010.

Disciplina: Direitos Humanos

Ementa: Fundamentos históricos, filosóficos e sociais. Direitos humanos e suas dimensões. Educação em direitos humanos e mudança social. Dignidade da pessoa humana e mínimo existencial. Direitos humanos sob o enfoque internacional e ideário do cosmopolitismo. Universalização dos direitos humanos frente ao multiculturalismo e às externalidades predatórias. Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos internacionais. Efeitos da globalização na atuação do Estado brasileiro na proteção dos direitos humanos. Direitos humanos sob o prisma constitucional. Movimentos sociais, direitos humanos e políticas públicas no Brasil. Direitos humanos: relações étnico-raciais, gênero, economia solidária e segurança pública.

Bibliografia Básica:

- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- PIOVESAN, Flavia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Livro eletrônico.
- PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos*. Barueri: Manole, 2004.
- CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.
- PIOVESAN, Flavia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de direito internacional público*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

Disciplina: Tópicos Especiais de Direito

Ementa: Estudo de temas jurídicos contemporâneos não abordados em outras disciplinas.

Bibliografia Básica:

- CERQUEIRA, Camila Albuquerque; CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. *Direito eleitoral esquematizado*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MELO, Nehemias Domingos de. *Responsabilidade civil por erro médico: doutrina e jurisprudência*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- SANTOS, Manoel Pereira dos; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Responsabilidade civil na internet e nos demais meios de comunicação: série GVlaw*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

- ALFERES, Eduardo Henrique. *Manual de polícia judiciária militar: direito penal e processual penal militar*. São Paulo: Edipro, 2013.
- ANDRADE, Lédio Rosa. *Juiz alternativo e poder judiciário*. Florianópolis: Conceito, 2008.

- GHIRARDI, José Garcez (org.). *Metodologia de ensino em Direito: conceitos para um debate*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- OLIVEIRA, Flávio Luis de; SIQUEIRA, Dirceu Pereira (Org.). *Acesso à justiça e concretização de direitos*. Birigui: Boreal, 2014.
- RIOS, Arthur. *Manual de direito imobiliário*. 4. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010.

DISCIPLINA OPCIONAL

Disciplina: Libras

Ementa: Conceitos básicos sobre deficiência auditiva (surdez). Línguas de sinais e a Língua Brasileira de Sinais – Libras. A forma e a estruturação da gramática da Libras e seu vocabulário. Técnicas de desenvolvimento da linguagem corporal.

Bibliografia Básica:

- FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. *Material de apoio para o aprendizado de Libras*. São Paulo: Phorte, 2011.
- MOURA, Maria Cecília de et al. *Educação para surdos: práticas e perspectivas*. São Paulo: Santos, 2011.
- PEREIRA, Maria Cristina da C. *Libras*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografia Complementar:

- ALBRES, Neiva de Aquino. *Surdos & inclusão educacional*. Petrópolis: Arara Azul, 2010.
- ALMEIDA, Elizabeth C. de; DUARTE, Patricia M. *Atividades ilustradas em sinais da Libras*. São Paulo: Revinter, 2004.
- CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkiria Duarte. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: Sinais de M a Z*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos: aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- STRNADOVÁ, Vera. *Como é ser surdo*. Petrópolis: Arara Azul, 2000.

2.1.4.9 – Estágio Supervisionado

A prática profissional, sob a forma de estágio supervisionado, é parte integrante dos currículos da graduação, na forma identificada em cada estrutura curricular, e tem por finalidade familiarizar o estudante com a atividade para a qual se encaminha e treiná-lo no exercício direto dessa atividade. O estágio supervisionado curricular do curso de Direito obedece a regulamento próprio (em anexo), organizando-se e desenvolvendo-se, segundo as necessidades da

formação profissional específica e de acordo com a legislação disciplinadora da espécie.

2.1.4.10 – Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso tem como princípios e finalidades: contribuir para a transformação da Instituição em um centro de produção científica e tecnológica, voltado para a democratização do saber e do fazer integrados em prol da sociedade; ser parte da criação de conhecimentos, de soluções tecnológicas e de informações voltadas para o desenvolvimento da Instituição e de toda a região de abrangência da Libertas – Faculdades Integradas.

O Trabalho de Curso atende aos seguintes objetivos: levar o aluno a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso; propiciar ao aluno o contato com o processo de investigação científica; contribuir para o enriquecimento das diferentes temáticas de estudo dos cursos; estimular a produção científica articulada com as necessidades da comunidade local, nacional e internacional. O Trabalho de Curso do Direito obedece a regulamento próprio (em anexo).

2.1.4.11 – Atividades Complementares

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. As atividades complementares do curso de Direito obedecem a regulamento próprio (em anexo).

3. – CORPO DOCENTE

3.1 – POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO

O Corpo Docente da instituição é composto por profissionais qualificados, tendo a titulação como fator preponderante para sua ascensão profissional. Estabelece relação direta com o nível de remuneração e com as funções acadêmicas delegadas pela administração/coordenação do curso.

Leva-se, também, em consideração a experiência profissional não acadêmica, na área aplicada, que, além da capacidade magisterial comprovada, estejam no dia-a-dia da atividade cujos fundamentos e aplicações ministrem.

Aliado a esse propósito pretende-se que a maioria dos docentes atue nas disciplinas com estreita vinculação às áreas de conhecimento de sua qualificação e experiência profissional.

3.2 - PLANO DE CARREIRA

No Plano de Carreira do Docente está prevista a qualificação e adequação da remuneração na instituição. Nele, a experiência e a competência profissional do docente, desde que mantenham relações com as áreas dos cursos, serão reconhecidas e valorizadas, da mesma forma em que abre amplas possibilidades de aprimoramento constante.

3.3 - POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO

A instituição tem adotada uma política de qualificação que propicie aos seus docentes um processo permanente de melhoria contínua, visando sua constante atualização e ampliação de seu leque de conhecimento e titulação, através da participação em congressos, seminários, eventos, cursos e palestras.

A mantenedora disponibiliza o custeio parcial (bolsas de estudo) para qualificação de seu corpo docente, priorizando os interesses institucionais e as respectivas áreas de afinidade das disciplinas, avaliados pela coordenação de cada curso e direção acadêmica, dentro dos parâmetros estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (SINPRO/MG), no mínimo.

Independentemente do alto nível do perfil já identificado, em índices de titulação, a Instituição de ensino continuará cuidando para melhoria qualitativa desse componente escolar, procurando, sob todos os meios e aspectos, oferecer aos cursos um quadro docente cada vez mais qualificado, mais titulado, com

mais tempo para dedicar-se às suas atividades de ensino e com maiores recursos de sustentação técnica de sua atividade, em sala de aula e nos vários aspectos que integram a atividade docente.

A preocupação com a qualificação pós-graduada, ***stricto sensu***, permeará particularmente, o campo de formação básica e de formação geral do currículo pleno, procurando-se oferecer aos futuros profissionais uma sólida formação científica nas atividades que desenvolverão. Na área aplicada, será preocupação prioritária a contratação de professores profissionais, que, além da capacidade magisterial comprovada, estejam no dia-a-dia da atividade cujos fundamentos e aplicações ministrem.

A Instituição procurará oferecer aos docentes o apoio necessário ao desenvolvimento qualificado do ensino, em cada área específica, tanto no aspecto bibliográfico como nos de informática e recursos outros que possam contribuir para facilitar o aprendizado.

O Corpo Docente pretendido e a titulação desejada estão especificados no Plano de Carreira Docente. Nenhum docente pode ministrar mais de três disciplinas, mesmo que afins.

Para os cursos propostos, o Corpo Docente deverá apresentar habilitação específica para as disciplinas indicadas e especialização na área ou áreas afins, além de experiência docente.

O Corpo Docente dos cursos propostos será composto de professores Titulares, Assistentes e Auxiliares de Ensino.

3.4 – CORPO DOCENTE DO CURSO: FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA

PROFESSOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
André de Paiva Bonillo Fernandes	Direito – Faculdade de Direito de Franca	Mestrado em Filosofia - USP	Centro Universitário da Fundação Educativa Guaxupé, UNIFEG	Professor universitário	2012 - atualmente

			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professor universitário	2016 - atualmente
		Doutorado em Filosofia – UNIFESP (em andamento)			
PROFESSOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Daniela Aparecida Barbosa Rodrigues Moreira	Direito – Faculdade de Direito de Franca	Especialização em Direito e Processo do Trabalho - Faculdades Anhanguera-LFG	Escritório de Advocacia	Advogado	2009 - atualmente
			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professora universitária	2010 - atualmente
		Mestrado em Direito – UNESP	Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Coordenadora do Departamento de Assistência Judiciária (DAJ)	2012 - atualmente
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Darlan Einstein do Livramento	Engenheiro Agrônomo - Universidade Federal de Lavras	Mestre em Agronomia / Fisiologia Vegetal – Universidade Federal de Lavras	UNINCOR	Professor	2003 – 2010
			UNINCOR	Coordenador e Diretor de Instituto	2005 – 2008
			Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	Gerente nível IV	2008 – 2010
			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso	Professor Técnico	2009 – 2012

			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professor e Coordenador	2009 - atualmente
			Fundação de Ensino Superior de Passos, MG	Professor: Graduação	2013 a - atualmente
		Doutor em Agronomia / Fisiologia Vegetal – Universidade Federal de Lavras	Fundação de Ensino Superior de Passos, MG	Professor: Pós-Graduação Mestrado Profissional	2014 a - atualmente
		Estágio de Pós-Doutoramento - Fisiologia Vegetal – Universidade Federal de Lavras	Livramento Consultoria e Assessoria Agropecuária: Empresa Parceira: AGRICHEM SA	Proprietário	2011 - atualmente
PROFESSOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Júlio Cesar Machado	Letras - Universidade de Franca	Mestrado em Linguística - Universidade Federal de São Carlos	Universidade do Estado de Minas Gerais	Professor universitário	2015 - atualmente
			Universidade Federal de Lavras	Professor orientador de Trabalho de Curso	2015 - atualmente
		Doutorado em Estudos da Linguagem - Linguística - UFSCar	Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professor universitário	2017 - atualmente
			Fundação de Ensino Superior de Passos	Professor universitário	2010 - 2014
PROFESSOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira	Direito – Universidade de Ribeirão Preto	Mestrado em Direito – Universidade Estadual de Maringá	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais	Defensor Público	2008 - atualmente
			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professor universitário	2011 - atualmente
		Doutorado em Direito – Universidade de Granada (em andamento)	Universidade do Estado de Minas Gerais	Professor universitário	2010 - 2010

			Maretti Sgrilli Advocacia e Consultoria Jurídica	Advogado	2004 - 2007
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Humberto Luis Versola	Direito – UNESP	Especialização em Direito Penal e Processual Penal – Universidade de Franca	Fundação Educativa Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professor universitário	2007 - atualmente
			Centro Universitário da Fundação Educativa Guaxupé (UNIFEG)	Professor universitário	2008 - atualmente
		Mestrado - UNESP	Centro Universitário da Fundação Educativa Guaxupé (UNIFEG)	Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica	2011 - atualmente
			Escritório de Advocacia	Advogado	1989 - atualmente
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Luís Alberto Teixeira	Direito – Libertas – Faculdades Integradas História – UNESP	Especialização em História, Cultura e Sociedade - Centro Universitário Barão de Mauá	Advogado		2015 - atualmente
			Escola Estadual Coronel José Cândido	Professor	2006 - 2012
		Mestrado em Direito - Universidade de Ribeirão Preto	Escola Estadual Professora Inês Miranda Almeida	Professor	2011 - 2013
			Fundação Educativa Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professor universitário	2017 - atualmente
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Luiz Fernando Pimenta Gil	Direito – Universidade de Alfenas	Especialização em Direito Civil e Processual Civil – Universidade de Franca	Advogado		1998 - atualmente

			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professor universitário	1999 - atualmente
		Mestrado em Direito – Universidade de Franca	Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Diretor Pedagógico	2002 - 2006
			Universidade de Franca	Professor universitário	2001 - 2006
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Marcelo José de Pádua	Direito UNIFENAS	Especialização em Direito Público - Universidade Anhanguera Uniderp	Grupo Controle - Consultoria e Engenharia Ambiental	Sócio	2017 - atualmente
			BioNatura - Consultoria e Engenharia Ambiental	Sócio	2011-2016
		Mestrado em Tecnologia Ambiental – Universidade de Ribeirão Preto	Tribunal de justiça de Minas Gerais	Oficial de Apoio Judicial	2006 - atualmente
			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professor universitário	2017 - atualmente
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Marco Aurélio Pieri Zeferino	Direito Universidade de Ribeirão Preto	Mestrado em Direitos Coletivos e Cidadania - Universidade de Ribeirão Preto	Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professor Universitário	2013 - atualmente
			Escritórios Reunidos Orivaldo Zeferino	Advogado	2002 - atualmente
		Doutorado em Tecnologia Ambiental – Universidade de Ribeirão Preto (em	Sabino & Puccia Consultoria em Educação Ltda-ME	Professor	2005-2012

		andamento)	Letras e Números	Professor	2005-2007
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Marco César de Carvalho	Direito – Faculdade de Direito de Franca Ciências Contábeis – Libertas Faculdades Integradas	Pós-graduado em Direito Processual Civil – Fundação Armando Álvares Penteadó – FAAP	Advogado		2003 a atualmente
			Carvalho, Dowe e Oliveira Advogados Associados	Sócio	2005 a atualmente
		Mestrando em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos – Instituição Toledo de Ensino – ITE	Fundação Educativa Comunitária de São Sebastião do Paraíso - FECOM	Professor	2008 a atualmente
			Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São Sebastião do Paraíso - INPAR	Assessor e consultor jurídico	2009 a atualmente
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Maria do Carmo Lopes Toffanetto Rossitto Bassetto	Direito – Faculdade da Amazônia Occidental Administração - Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina	Especialização em Direito Tributário - Universidade Anhanguera-Uniderp	Advogada		2011 - atualmente
			Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Sebastião do Paraíso	Membro	2015 - atualmente
		Mestrado em Direito - Faculdade de Direito do Sul de Minas	Banco do Brasil	Assistente de operações	1993-2012
			Fundação Educativa Comunitária de São Sebastião do Paraíso - FECOM	Professora universitária	2017 - atualmente
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Michele Cia	Direito - UNESP	Mestrado em Direito – UNESP	Advogada		2005 - atualmente

			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professora universitária	2007 – atualmente
		Doutorado em Direito – PUC/SP (em andamento)	Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Coordenadora do Curso de Direito	2010 – atualmente
			UNESP	Professora universitária substituta	2010-2011
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Silvana Marques	Direito - Universidade de Ribeirão Preto	Especialização em Contabilidade e Finanças - Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de São Sebastião do Paraíso	Advogada		1991 - atualmente
			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professora universitária	1988 - atualmente
			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica	2007 - atualmente
			Universidade de Alfenas	Professora universitária	1993 - 2007
	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Tânia Mara Sousa Doro	Direito – Universidade de Franca Administração de Empresas – Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca	Especialização em Finanças, Auditoria e Marketing - Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca	Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professora universitária	2008 - atualmente
			Centro Universitário Claretiano de Batatais	Professora universitária	2012 - atualmente
		Mestrado em Desenvolvimento Regional – Centro Universitário de Franca (UNI-FACEF)	Instituto Educacional Profissionalizante	Professora	2009 – 2009
			Banco Sudameris Brasil S/A	Encarregada administrativa de câmbio	1986-1993

3.4.1. Seleção de docentes

A seleção dos docentes se dá por meio cadastro de currículo e posterior processo de seleção através de avaliação da aula expositiva (oral) por banca examinadora instituída por memorando da Diretoria Executiva da Entidade Mantenedora.

Caso haja uma nova oportunidade na Instituição, o docente não precisará passar novamente pela banca. Porém, essa documentação somente será válida num intervalo de dois anos, a contar da data de sua exposição junto à banca examinadora.

3.4.2. Relação docentes/disciplinas

Variável em cada semestre letivo.

3.5 – CONDIÇÕES DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O contrato de trabalho dos docentes é celebrado segundo a legislação trabalhista (C.L.T. – Consolidação das Leis do Trabalho), na forma atinente às entidades privadas, de conformidade com as especificidades de cada área ou curso.

Adota-se, como especificado no Plano de Carreira Docente e como mediador das relações trabalhistas, o sistema de remuneração por hora-aula ministrada, respeitando as condições constantes na CCT – Convenção Coletiva de Trabalho, firmada entre os sindicatos das categorias, ou seja, SINPRO – Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais e o SINEP – Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais.

3.6 – CORPO DOCENTE DO CURSO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

Daniela Aparecida Barbosa Rodrigues Moreira
Capítulos de livros publicados

RODRIGUES, D. A. B. . A Possibilidade Jurídica de Responsabilização da Indústria Agrotóxicas por Danos Ambientais. In: Maria Amália de Figueiredo Pererira Alvarenga. (Org.). Os Novos Parâmetros da Responsabilidade Civil e as Relações Sociais. 1ed.Franca: Unesp, 2012, v. 1, p. 39-64.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

ALVARENGA, F. ; **RODRIGUES, D. A. B.** . A Defensoria Pública e o acesso à justiça pelo cidadão brasileiro hipossuficiente. In: V Colóquio Interamericano de Educação em Direitos Humanos e IV Seminário Pensar os Direitos Humanos, 2013, Goiânia. Anais do V Colóquio Interamericano de Educação em Direitos Humanos e IV Seminário Pensar os Direitos Humanos, 2013. v. V.1.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

RODRIGUES, D. A. B. . O DIREITO À SAÚDE E A CONTAMINAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS POR AGROTÓXICOS. In: VI Seminário Brasileiro sobre o Pensamento de Jacques Ellul, 2013, Passos-MG. Anais do VI Seminário Brasileiro sobre o Pensamento de Jacques Ellul: Ecologia e meio ambiente no pensamento de Jacques Ellul, 2013. v. VI.

RODRIGUES, D. A. B. . CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROLETARIADO CONTEMPORÂNEO SOB A LUZ DO PENSAMENTO DE JACQUES ELLUL. In: IV Seminário Brasileiro sobre o Pensamento de Jacques Ellul, 2011, Rio de Janeiro. Anais do IV Seminário Brasileiro sobre o Pensamento de Jacques Ellul, 2011.

Resumos publicados em anais de congressos

RODRIGUES, D. A. B. ; COSTA NETO, I. . Aspects of de relaxation of labor laws and Brazilian competitiveness in internacional markets. In: 2nd ISA Forum of Sociology-Social Justice & Democratization, 2012, Buenos Aires. Aspects of the relaxation of labor laws and Brazilian competitive- ness in internacional markets, 2012. p. 46-47.

Apresentações de Trabalho

ALVARENGA, F. ; **RODRIGUES, D. A. B.** . A Defensoria Pública e o acesso à justiça pelo cidadão brasileiro hipossuficiente. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

RODRIGUES, D. A. B. . O DIREITO À SAÚDE E A CONTAMINAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS POR AGROTÓXICOS. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

RODRIGUES, D. A. B. . Os 10 anos do Estatuto do Idoso. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

RODRIGUES, D. A. B. . Aspects of de relaxation of labor laws and Brazilian competitiveness in internacional markets. 2012. (Apresentação de Trabalho/Outra).

RODRIGUES, D. A. B. . AS EMOCÕES E A TÉCNICA: UM DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO DE JACQUES ELLUL E BERTRAND RUSSEL. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Darlan Einstein do Livramento

Artigos completos publicados em periódicos

CAMILO, J. S. ; **LIVRAMENTO, D. E.** . Responsabilidade Social no Agronegócio. REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA LIBERTAS, v. 02, p. 01-12, 2012.

COSTA, A. O. ; SOUZA, R. T. ; **LIVRAMENTO, D. E.** . VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR. REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA LIBERTAS, v. 3, p. 42-55, 2012.

ALVES, José Donizeti ; Paglis ; **LIVRAMENTO, D. E.** ; Linhares ; Becker ; Alessandro Carlos Mesquita . SOURCE-SINK MANIPULATIONS IN Coffea arabica L. AND ITS EFFECT ON GROWTH OF SHOOTS AND ROOT SYSTEM. Ciência e Agrotecnologia (UFLA) **JCR**, v. 35, p. 956-964, 2011.

Henrique, P.C. ; ALVES, José Donizeti ; Deuner ; GOULART, Patrícia de Fátima Pereira ; **LIVRAMENTO, D. E.** . Aspectos fisiológicos do desenvolvimento de mudas de café cultivadas sob telas de diferentes colorações. Pesquisa Agropecuária Brasileira (1977. Impressa) **JCR**, v. 46, p. 458-465, 2011.

Textos em jornais de notícias/revistas

LIVRAMENTO, D. E. . Agronegócio Brasileiro. Jornal Sudoeste / Edição Especial, São Sebastião do Paraíso, p. 7 - 7, 19 maio 2012.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

MACIEIRA, G. ; POZZAN, F. ; SAHARA, M. ; **LIVRAMENTO, D. E.** ; YABASE, L. . Manejo da nutrição mineral nitrogenada via solo e folha em cafeeiros (Coffea arabica L.) com produtos de alto desempenho: efeitos na produtividade. In: 38ª edição do Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, 2012, Caxambu. Boas tecnologias difundir, pro café bem florir.. Varginha: Procafé, 2012. v. 38.

MACIEIRA, G. ; POZZAN, F. ; SAHARA, M. ; YABASE, L. ; **LIVRAMENTO, D. E.** . Efeitos da aplicação de Zinco e Molibdênio em características reprodutivas de cafeeiros (Coffea arabica L.).. In: 38ª edição do Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, 2012, Caxambu. Boas tecnologias difundir, pro café bem florir.. Varginha: Procafé, 2012. v. 38.

Silveira, H.R.O. ; Souza, K.R.D. ; Santos, M.O. ; Andrade, C.A. ; **LIVRAMENTO, D. E.** ; Nascimento, P.H.C. ; ALVES, José Donizeti . Efeito do excesso de água no desenvolvimento foliar de mudas de café. In: Feira Nacional de Irrigação em Cafeicultura, 2011, Araguari, MG. XIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada, 2011.

Silveira, H.R.O. ; Santos, M.O. ; Souza, K.R.D. ; Andrade, C.A. ; **LIVRAMENTO, D. E.** ; Nascimento, P.H.C. ; ALVES, José Donizeti . Excesso de água em mudas de café (Coffea arabica L.): reflexos no crescimento das estruturas de sustentação. In: Feira Nacional de Irrigação em Cafeicultura, 2011, Araguari, MG. XIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada, 2011.

Silveira, H.R.O. ; Souza, K.R.D. ; Santos, M.O. ; **LIVRAMENTO, D. E.** ; Andrade, C.A. ; Nascimento, P.H.C. ; ALVES, José Donizeti . Desenvolvimento do Sistema Radicular de Mudas de Coffea arabica L. Sob Excesso de Água no Substrato. In: Feira Nacional de Irrigação em Cafeicultura, 2011, Araguari, MG. XIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada, 2011.

LIVRAMENTO, D. E. ; G. Neto ; ALVES, José Donizeti ; Silveira, H.R.O. ; Souza, K.R.D. ; Santos, M.O. ; Andrade, C.A. . Distribuição de assimilados e acúmulo de massa seca raízes e parte aérea de cultivares de cafeeiros. In: Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, 2011, Araxá, MG. VII Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, 2011.

Resumos publicados em anais de congressos

GARCIA, F. H. S. ; ALVES, R. G. M. ; Santos, M.O. ; Silveira, H.R.O. ; **LIVRAMENTO, D. E.** ; ALVES, José Donizeti . Desenvolvimento de frutos de cafeeiros cultivados em três diferentes altitudes na região da serra da Mantiqueira. In: XXIV CIUFLA - Programas de Iniciação Científica, 2011, Lavras. XXIV CIUFLA - Programas de Iniciação Científica, 2011.

LIVRAMENTO, D. E. ; G. Neto ; ALVES, José Donizeti ; Silveira, H.R.O. ; Souza, K.R.D. ; Santos, M.O. ; Andrade, C.A. . Aspectos da partição de assimilados e acúmulo de matéria seca em raízes e parte aérea de cafeeiros (*Coffea arabica* L.). In: XIII Congresso Brasileiro de Fisiologia vegetal, 2011, Búzios, RJ. Mudanças climáticas globais: do gene a planta, 2011. v. 23. p. 73-73.

Silveira, H.R.O. ; Souza, K.R.D. ; Santos, M.O. ; Andrade, C.A. ; **LIVRAMENTO, D. E.** ; ALVES, José Donizeti . Pigmentos foliares e anatomia de folhas e raízes de mudas de café (*Coffea arabica* L.) submetidas ao excesso de água. In: XIII Congresso Brasileiro de Fisiologia vegetal, 2011, Búzios, RJ. Mudanças climáticas globais: do gene a planta, 2011. v. 23. p. 198-198.

Apresentações de Trabalho

LIVRAMENTO, D. E. . Aspectos da partição de assimilados e acúmulo de matéria seca em raízes e parte aérea de cafeeiros (*Coffea arabica* L.). 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira

Artigos completos publicados em periódicos

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti Sgrilli . A LEI Nº 12.850/13 E A CRIMINALIDADE ORGANIZADA - IMPRESSÕES INICIAIS DE SEUS ASPECTOS PENAIIS. Prática Jurídica, v. unico, p. 10/19-19, 2013.

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti Sgrilli . O delito de estupro na reforma dos delitos contra a dignidade sexual. Diritto & Diritti, v. 1, p. 1-2, 2011.

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti Sgrilli ; MORAES, A.C.C . Procedimento Operacional Padrão no Tratamento Penitenciário de Minas Gerais: Violação Institucionalizada dos Direitos Humanos. Diritto & Diritti, v. 1, p. 1-2, 2011.

Resumos publicados em anais de congressos

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti Sgrilli ; ESPINAR, J. M. Z. . A Autolavagem de Capitais no Direito Penal brasileiro: Delito ou Inexigibilidade de Conduta Diversa?. In: 14º CONIC - Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Unaerp, 2013, Ribeirão Preto. Anais de Iniciação Científica e Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Unaerp, 2013. v. 1. p. 314-314.

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti Sgrilli ; TEIXEIRA, L.A . A Judicialização da Saúde Pública: Aspectos referentes a tutela à saúde no Sistema Único de Saúde. In: 14º CONIC - Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Unaerp, 2013, Ribeirão Preto.

Anais de Iniciação Científica e Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Unaerp, 2013. v. 1. p. 318-319.

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti Sgrilli ; ESPINAR, J. M. Z. . Direito Penal Econômico: Lavagem de Capitais, Compliance e a Ação Penal 470. In: 14º CONIC - Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Unaerp, 2013, Ribeirão Preto. Anais de Iniciação Científica e Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Unaerp, 2013. v. 1. p. 328-329.

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti Sgrilli ; MORAES, A.C.C . A Anti-política criminal em prol dos vulneráveis nos delitos contra a dignidade sexual. In: Seminário Internacional Marcadores Sociais da Diferença e Repressão Penal, 2011, Franca. I Seminário Internacional de Tutela Penal dos Direitos Humanos. Franca: Unesp, 2011.

Apresentações de Trabalho

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti Sgrilli ; MORAES, A.C.C . A Anti-política criminal em prol dos vulneráveis nos delitos contra a dignidade sexual.. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Humberto Luis Versola

Artigos completos publicados em periódicos

SANTOS, Fabiano Francisco dos ; **VERSOLA, Humberto L.** . O princípio da publicidade processual no processo judicial eletrônico. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, v. 3, p. 1-1, 2013.

SANTOS, Fabiano Francisco dos ; **VERSOLA, Humberto L.** . Aplicabilidade dos princípios processuais constitucionais no processo judicial eletrônico. Expressão (Guaxupé), v. 1, p. 81-93, 2013.

VERSOLA, Humberto L. ; NANJI, Thiago Dias . O reexame necessário no anteprojeto do novo CPC e aplicabilidade do devido processo legal no processo civil constitucional. Expressão (Guaxupé), v. 13, p. 75, 2012.

VERSOLA, Humberto L. . Política criminal e dogmática jurídico-penal econômica. LIBERTAS - Revista Jurídica, v. 1, p. 1-1, 2011.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

VERSOLA, Humberto L. ; SANTOS, Bruna Angelini dos . Reflexões sobre a descriminalização da eutanásia a partir de princípios éticos e constitucionais. In: Seminário Internacional - Marcadores sociais da diferença e repressão penal, 2011, Franca. Tutela Penal dos Direitos Humanos. Franca/SP, 2011. v. 1.

Apresentações de Trabalho

VERSOLA, Humberto L. . 13º Encontro de Profissionais. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

VERSOLA, Humberto L. . Responsabilidade ambiental compartilhada na dimensão preventiva do pós consumo de resíduos sólidos. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

VERSOLA, Humberto L. ; SANTOS, Bruna Angelini dos . Reflexões sobre a descriminalização da eutanásia a partir de princípios éticos e constitucionais. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

VERSOLA, Humberto L. . Órgãos públicos terão obrigatoriedade em oferecer estágios para alunos de direito. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica
VERSOLA, Humberto L. . Planejamento Tributário. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

VERSOLA, Humberto L. . Recursos no Direito Processual Civil. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

VERSOLA, Humberto L. . XIII Encontro de Profissionais. 2013. (Palestra).

VERSOLA, Humberto L. . Recursos no Direito Processual Civil. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

VERSOLA, Humberto L. . XII Encontro de Profissionais. 2012. (Apresentação de Palestra).

VERSOLA, Humberto L. . Formação de Guarda Municipal e Agente de Trânsito I. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

VERSOLA, Humberto L. . XI Encontro de Profissionais. 2011. (Apresentação de Palestra).

Luiz Fernando Pimenta Gil

GIL, L. F. P. Reconhecimento de Paternidade a posteriori: efeitos nos contratos onerosos entre ascendentes e descendentes. Revista Jurídica da Libertas – Faculdades Integradas, v.3, n.1, p. 1-15, 2013.

Marco Aurélio Pieri Zeferino

Artigos completos publicados em periódicos

CALEIRO, M. M. ; **ZEFERINO, M. A. P.** ; SILVA, S. M. C. ; GERAIGE NETO, Z. . Os Alimentos Transgênicos e Suas Consequências na Sociedade de Risco: Apontamentos materiais e processuais frente ao direito Coletivo à informação.. Revista Internacional de Direito Ambiental, v. 04, p. 207-224, 2013.

ZEFERINO, M. A. P. . Os direitos da coletividade laboral frente à lei falimentar.. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, v. 1, p. 01, 2013.

ZEFERINO, M. A. P. . Sigilo Bancário: Breves considerações sobre a integração ao ordenamento constitucional ou à norma tributária?. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas., v. 1, p. 01-00, 2013.

ZEFERINO, M. A. P. ; AGUADO, Juventino de Castro . Globalização e Soberania: A exclusão dos direitos humanos dos estrangeiros pelo Estado. Direito e Justiça (URI), v. 13, p. 117-138, 2013.

ZEFERINO, M. A. P. ; AGUADO, Juventino de Castro . Os deslocamentos ambientais de haitianos para o Brasil.. Revista da SJRJ, v. 19, p. 213-230, 2012.

ZEFERINO, M. A. P. ; SILVA, J. B. . Os impactos da globalização e do poder econômico frente à implementação de políticas públicas.. Revista Paradigma, v. 21, p. 157-174, 2012.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

ZEFERINO, M. A. P. ; SILVEIRA, S. S. . LIVRE CONCORRÊNCIA: A FUNÇÃO SOCIAL DO CADE PERANTE FUSÕES E AQUISIÇÕES COMO PROCESSOS CONCENTRACIONISTAS EMPRESARIAIS. In: XXI Congresso Nacional do Conpedi, 2012, Niterói. Anais do XXI Congresso Nacional do Conpedi - Direito e Economia. Florianópolis: Funjab, 2012. v. V. 598. p. 371-390.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

ZEFERINO, M. A. P. ; CARVALHO, S. A. . O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a erradicação da pobreza através da empresa social. In: 14º Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto, 2013, Ribeirão Preto. 14º Conic - Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Unaerp, 2013. p. 333-333.

ZEFERINO, M. A. P. ; LAURINDO, J. A. ; MACRIANI, M. L. G. . O instituto Jurídico da Penhora On Line como Garantia da Prestação Jurisdicional. In: 14º Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto, 2013, Ribeirão Preto. 14º Congresso de Iniciação e Pesquisa da Unaerp, 2013. p. 332-333.

ZEFERINO, M. A. P. ; FREITAS, C. N. ; CAMARGO, R. M. F. . A adoção de políticas públicas de fomento ao microcrédito social como forma de combate a pobreza. In: 14º Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto, 2013, Ribeirão Preto. 14º Conic - Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto, 2013. p. 324-325.

ZEFERINO, M. A. P. ; COSTA, N. S. ; SANTOS, J. L. . Esquema de Pirâmide frente ao direito empresarial. In: 14º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Ribeirão Preto, 2013, Ribeirão Preto. 14º Conic - Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Ribeirão Preto, 2013. p. 329-330.

ZEFERINO, M. A. P. ; PIMENTA, P. S. . Críticas à Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. In: 14º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Ribeirão Preto, 2013, Ribeirão Preto. Anais de Pesquisa da Universidade de Ribeirão Preto, 2013. p. 326-326.

ZEFERINO, M. A. P. ; AGUADO, Juventino de Castro . A contemporaneidade dos direitos humanos e seus desafios no plano internacional. In: II Congresso Nacional da Federação de Pós-Graduandos em Direito -Fepodi, 2013, São Paulo. Anais do II Congresso Nacional da Federação de Pós-Graduandos em Direito - Fepodi, 2013. p. 602-608.

ZEFERINO, M. A. P. . Considerações Jurídicas acerca da Imigração Haitiana no Brasil: Da aplicação do Princípio Non Refoulement à Concessão de Refúgio Ambiental. In: 1 Congresso Nacional da FEPODI, 2012, São Paulo. Anais dos Eventos Fepodi, 2012. p. 28-32.

Apresentações de Trabalho

ZEFERINO, M. A. P. . Garantias do Crédito Tributário. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

ZEFERINO, M. A. P. ; AGUADO, Juventino de Castro . A Contemporaneidade dos direitos humanos e seus desafios no plano internacional. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

ZEFERINO, M. A. P. . A atual ordem global e a submissão de políticas públicas ao poder econômico.. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

ZEFERINO, M. A. P. ; COSTA, N. S. ; SANTOS, J. L. . Esquema de pirâmide frente ao direito empresarial. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

ZEFERINO, M. A. P. . Considerações Jurídicas acerca da Imigração Haitiana no Brasil: Da aplicação do Princípio Non Refoulement à Concessão de Refúgio Ambiental. 2012. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

ZEFERINO, M. A. P. ; SILVEIRA, Sebastião Sérgio da . Direito Coletivo à Livre Concorrência: A Função Social do CADE perante fusões e aquisições como processos concentracionistas empresariais.. 2012. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Marco César de Carvalho

Artigos completos publicados em periódicos

CARVALHO, M. C. A extensão da assistência permanente aos demais benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Revista de Direito do Trabalho (São Paulo). , v.154, p.249 - 270, 2013.

CARVALHO, M. C. Seguridade Social: proteção da concepção à morte. Revista de Direito do Trabalho (São Paulo). , v.150, p.289 - 327, 2013.

CARVALHO, M. C., VIEIRA, J. G. O impacto social da renda per capita na concessão do benefício de prestação continuada. Revista de Direito do Trabalho (São Paulo). , v.144, p.389 - 423, 2011.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

SOUZA, A. P. ; PESSONI, G. D. ; **CARVALHO, M. C.** . A TUTELA EXECUTIVA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA. In: 14o Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da UNAERP, 2013, Ribeirão Preto. 14º CONIC - Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa, 2013.

Apresentações de Trabalho

LAURINDO, J. A. ; MACRIANI, M. L. G. ; **CARVALHO, M. C.** . O INSTITUTO JURÍDICO DA PENHORA ON LINE COMO GARANTIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. In: 14o Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da UNAERP, 2013, Ribeirão Preto. 14º CONIC - Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa, 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

ZANIN, F. A. ; SILVA, J. C. A. ; **CARVALHO, M. C.** . A Inversão na Titularidade do Depositário do Bem Penhorado. In: 14o Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da UNAERP, 2013, Ribeirão Preto. 14º CONIC - Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa, 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Outras produções bibliográficas

CARVALHO, M. C. . A penhora sobre o faturamento da empresa e a busca de efetividade no processo trabalhista. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013 (Jurisprudência comentada).

Michele Cia

Artigos completos publicados em periódicos

CIA, M. . Interpretação constitucional das medidas de segurança: as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal. Revista Jurídica da Libertas – Faculdades Integradas, v.1, n.1, p. 1-15, 2011.

CIA, M. . A reincidência penal e o princípio da co-culpabilidade. Revista Jurídica da Libertas – Faculdades Integradas, v.1, n.3, p. 1-4, 2013.

Livros publicados/organizados ou edições

CIA, M. . Medidas de segurança no Direito Penal brasileiro: a desinternação progressiva sob uma perspectiva político-criminal. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

CIA, M. ; ANTLOGA, A. A. O. . A Ineficácia das Sanções Penais Aplicadas aos Psicopatas enquanto Violação de Direitos Humanos. In: Seminário Internacional - Marcadores Sociais da Diferença e Repressão Penal, 2011, Franca - SP. Marcadores Sociais da Diferença e Repressão Penal. Franca - SP: Unesp, 2011.

CIA, M. . Repensando o Currículo no Curso de Direito no Brasil: entre as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Contexto. In: VI Encontro Iberoamericano de Educação, 2011, Araraquara - SP. Anais do VI Encontro Iberoamericano de Educação. Araraquara: Unesp, 2011.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

CIA, M. ; COSTA NETO, I. ; RAFIH, R. E. . A Duração das Medidas de Segurança Aplicadas a Inimputáveis que Cometem Fatos Descritos como Crime e as Decisões do STF. In: XXII Semana Jurídica - Limites do Estado: a Efetividade dos Direitos Humanos, 2011, Franca - SP. Anais da XXII Semana Jurídica, 2011.

CIA, M. ; ELIAS, M. A. O. ; SOUZA, F. A. . A Reincidência Penal e o Princípio da Co-Culpabilidade. In: XXII Semana Jurídica - Limites do Estado: a Efetividade dos Direitos Humanos, 2011, Franca - SP. Anais da XXII Semana Jurídica, 2011.

Resumos publicados em anais de congressos

ZAGUE, L. A. O. ; ANDRÉ, R. P. ; **CIA, M.** . A eficácia da Lei Maria da Penha. In: 14o Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Unaerp, 2013. Anais do 14o Congresso de Iniciação Científica e Pesquisa da Unaerp, 2013.

FONSECA, D. C. ; SILVA, H. A. ; **CIA, M.** . Mulheres Inseridas no Universo do Crime. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

JORGE, H. F. ; CAMPOS, T. R. ; **CIA, M.** . O Trabalho Escravo na Sociedade Contemporânea. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

FURTADO, V. G. T. ; **CIA, M.** . Acidentes de Trânsito e suas Punições. In: VIII Jornada

Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

SILVA, V. F. ; **CIA, M.** . Internação Compulsória Lei n. 10.216/2001. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

ANTLOGA, A. A. O. ; **CIA, M.** . A Prevenção Especial das Sanções Penais nos Casos de Assassinos Seriais. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

LEÃO, T. B. ; **CIA, M.** . A Utilização Massiva da Criminologia como Alternativa para a Conscientização de Cidadãos e Legisladores acerca da Melhor Aplicabilidade do Direito Penal. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

RICCI, J. A. M. ; **CIA, M.** . A Prisão Preventiva e a Lei 12.403/11. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

BICEGO, J. L. F. ; **CIA, M.** . Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC). In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

ROBERTO NETO, L. ; **CIA, M.** . Decisão do STF sobre o Aborto do Feto Anencefálico: Afronta Princípios Constitucionais, Penais, Cíveis e Legais. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

PIMENTA, P. S. ; **CIA, M.** . Aplicação Analógica da Lei Maria da Penha a Vítimas Hipossuficientes. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

LEITE. B. P. M. ; **CIA, M.** . A Assistente Social Atuando com Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

FARIA, A. P. G. ; **CIA, M.** . Menores sem Justiça ou Falha no País?. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

MORAIS, P. R. ; **CIA, M.** . Escolas de Direito Penal. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

SOUZA, L. A. ; NEVES, T. T. ; **CIA, M.** . A Cultura e o Direito. In: VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate, 2012, São Sebastião do Paraíso - MG. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, 2012. v. 2.

ALVARENGA, F. C. S. ; ANTLOGA, A. A. O. ; **CIA, M.** . Art. 313-A e 313-B: Crimes Contra a Administração Pública. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo:

Delineamentos e Perspectivas, 2011, São Sebastião do Paraíso - MG. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

SOUZA, F. H. ; ALVES, V. J. ; **CIA, M.** . Até Onde a Raça Influencia na Persecução Penal?. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011, São Sebastião do Paraíso. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

OLIVEIRA, A. C. ; SOUZA, F. A. ; **CIA, M.** . Vamos Fazer um Acordo? A Cifra Negra do Estelionato na Modalidade de Recebimento Indevido do Seguro-Desemprego. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011, São Sebastião do Paraíso - MG. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

COSTA NETO, I. ; **CIA, M.** . Medidas de Segurança Aplicadas a Inimputáveis. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011, São Sebastião do Paraíso - MG. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

MORALIS, S. A. L. ; **CIA, M.** . Transtornos de Personalidade, Serial Killers e a Relação com o Direito Penal. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011, São Sebastião do Paraíso - MG. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

MORAIS, P. R. ; **CIA, M.** . Castração Química: Proteção a Crianças e Adolescentes. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011, São Sebastião do Paraíso - MG. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

BUENO, B. P. ; NASCIMENTO, D. F. R. ; ALVES, R. T. ; **CIA, M.** . Descriminalização da Eutanásia no Ordenamento Jurídico Brasileiro. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011, São Sebastião do Paraíso - MG. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

LADEIRA, G. G. ; SANTOS, J. P. R. ; OLIVEIRA, R. A. ; **CIA, M.** . A Unificação dos Artigos 213 e 214 do Código Penal com Advento da Lei 12015/09. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011, São Sebastião do Paraíso - MG. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

CIA, M. ; COSTA NETO, I. ; RAFIH, R. E. . Das controvérsias jurídicas acerca da duração das medidas de segurança aplicadas a inimputáveis criminosos. In: XIX Seminário de Iniciação Científica da UFOP, 2011, Ouro Preto. Anais do XIX Seminário de Iniciação Científica da UFOP, 2011.

LATARO, K. G. P. ; **CIA, M.** . A legislação brasileira ultrapassada e a dificuldade para sua renovação. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

SOUZA, A. R. ; RIBEIRO, F. B. ; **CIA, M.** . Empregado portador do vírus HIV. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

BRANDÃO, J. F. ; **CIA, M.** . Os novos caminhos da união estável homossexual. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

FURTADO, V. G. T. ; **CIA, M.** . Os portadores de deficiências frente ao descumprimento da lei de acessibilidade. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

RAMÓN, T. ; **CIA, M.** . O interesse estatal. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

GONÇALVES, K. M. ; SILVA, P. M. ; **CIA, M.** . A necessidade do Exame da OAB. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

SILVA, W. F. N. ; MACHADO, J. L. ; **CIA, M.** . Aplicação do princípio da insignificância nos delitos de pequena monta. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

OLIVEIRA, M. C. V. W. ; CARVALHO, P. S. ; **CIA, M.** . Artigo 13 do Código Penal e o método hipotético supressivo de Von Thyrén no contexto da sociedade moderna. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

MORAIS, L. H. A. ; QUEIROZ, V. L. C. ; CARVALHO, W. B. ; **CIA, M.** . Revisão Criminal. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

ZAGUE, L. A. O. ; BUGANÇA, R. ; ANDRÉ, R. P. ; **CIA, M.** . Das teorias a respeito do conceito analítico do crime. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

SOUTO, K. G. ; **CIA, M.** . Prática do aborto na sociedade contemporânea: perspectivas jurídicas, morais, econômicas e religiosas. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

OIKAWA, J. C. ; **CIA, M.** . O problema da tipificação penal dos crimes cibernéticos. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

SILVA, J. C. A. ; NAVES, A. C. S. ; **CIA, M.** . A vítima do crime de estupro. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

COSTA, D. M. ; CASSEMIRO, M. L. ; **CIA, M.** . Nova lei de estupro dá margem a penas desproporcionais devido à subjetividade. In: VII Jornada Jurídica - Direito Contemporâneo: Delineamentos e Perspectivas, 2011. Anais da VII Jornada Jurídica, 2011.

Apresentações de Trabalho

LIMA, M. A. O. ; GOMES, S. F. L. ; DIAS, S. S. ; **CIA, M.** . Dos crimes contra a dignidade sexual face a nova redação da Lei 12015/09. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

PESSONI, G. D. ; **CIA, M.** ; VALENCIANO, M. C. M. . Vitimologia. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

ZANIN, J. F. ; COSTA, N. S. ; SANTOS, J. A. ; **CIA, M.** ; VALENCIANO, M. C. M. . O direito de preferência no concurso de credores na execução por quantia certa contra devedor solvente. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

FERNANDES, N. C. G. ; SANTOS, P. A. ; BEZERRA, T. O. A. ; **CIA, M.** . Nova Lei Seca errará de novo. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

FREITAS, C. N. C. ; ARANTES, L. ; BEZERRA, T. O. A. ; **CIA, M.** . Lei Maria da Penha: aplicação à violência de gênero praticada por irmão contra irmã. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

RIBEIRO, M. C. N. ; **CIA, M.** . Autonomia científica da vitimologia. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

PEDROSO JÚNIOR, R. T. ; **CIA, M.** . Limites de provas em processo penal. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

HIPÓLITO, A. S. L. ; SANTOS, J. L. ; YONEZAWA, R. C. ; **CIA, M.** . Impostos dos municípios. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Tânia Mara Sousa Doro

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

DORO, T. M. S. ; MACHADO NETO, P. D. A. J. . Cisnes Negros e Saltos Altos: Prospecção de Cenários para a Indústria de Calçados Femininos de Franca-SP.. In: XV SEMEAD Seminários em Administração FEA/USP, 2012, São Paulo. XV SEMEAD Seminários em Administração FEA/USP . São, 2012.

DORO, T. M. S. ; MACHADO NETO, P. D. A. J. . Cenários prospectivos e inteligência competitiva: uma breve abordagem. In: XIII Encontro de Pesquisadores - VI Fórum de Estudos Multidisciplinares, 2012, Franca. VI Fórum de Estudos Multidisciplinares, 2012.

DORO, T. M. S. ; MACHADO NETO, P. D. A. J. . CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA O SETOR CALÇADISTA DE FRANCA EM 2015. In: V FÓRUM DE ESTUDOS MULTIDICIPLINARES - XII ENCONTRO DE PESQUISADORES -, 2011, FRANCA. XII ENCONTRO DE PESQUISADORES. FRANCA: UNI-FACEF, 2011. v. I. p. 20-20.

Apresentações de Trabalho

DORO, T. M. S. ; MACHADO NETO, P. D. A. J. ; ALMEIDA, P. D. F. C. . Cisnes Negros e Saltos Altos: Prospecção de Cenários para a Indústria de Calçados Femininos de Franca-SP.. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

DORO, T. M. S. ; MACHADO NETO, P. D. A. J. . CISNES NEGROS E SALTOS ALTOS: Prospecção de Cenários para a Indústria de Calçados Femininos de Franca-SP. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

DORO, T. M. S. ; MACHADO NETO, P. D. A. J. . Cenários prospectivos e inteligência competitiva: uma breve abordagem. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

Siqueira, Flávio Augusto Maretti Sgrilli ; Valenciano, Maria Cristina Menezes ; **DORO, T. M. S.** . 1o. Simpósio de Iniciação Científica da VIII Jornada Jurídica: Ciências Criminais em Debate.. 2012. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

Demais tipos de produção técnica

DORO, T. M. S. . Administração da Qualidade. 2013. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático instrucional).

DORO, T. M. S. . Administração da Qualidade. 2013. (Vídeo-aula).

3.7 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DO CURSO

Da Secretaria Geral

A Secretaria Geral é o órgão central de desempenho das atividades administrativas e obedece a regulamento próprio, aprovado pelo Diretor Acadêmico. A Secretaria Geral é dirigida pela Secretária Geral, compreendendo um Setor de Expediente e uma Divisão de Registro e Controle Acadêmico. São funcionárias que compõem a Secretária:

Sra. Marta Sonia Dib Bicego – Secretária Geral

Srta. Edna Souza – Auxiliar de Secretaria

Da Tesouraria e da Contadoria

Os encargos de Tesouraria e de Contadoria são exercidos através da Entidade Mantenedora, a quem compete à arrecadação dos rendimentos financeiros das atividades desenvolvidas e a cobertura das despesas realizadas, de acordo com o orçamento aprovado para a instituição de ensino. A Tesoureira é a Srta. Maria Ignêz Moura Almeida, a Contadora é a Srta. Sandra Lia dos Santos. São funcionárias que compõem a Tesouraria e Contadoria:

Srta. Maria Ignêz Moura Almeida – Tesoureira

Srta. Sandra Lia dos Santos – Contadora

Sra. Andyara de Andrade Fernandes Grilo – Auxiliar de Tesouraria

Srta. Fabiana de Carvalho Marçal – Auxiliar de Contadoria

Sra. Nilda Pereira da Silva Gonçalves – Auxiliar de Tesouraria

Sra. Paula Helena de Lima Marques – Auxiliar de Contadoria

Da Biblioteca

A Biblioteca, destinada aos professores e alunos, é organizada de modo a atender aos objetivos da instituição e obedece a regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Superior e Acadêmico.

A Biblioteca é dirigida por profissional devidamente habilitado, Srta. Lucimar de Souza Menezes.

A Biblioteca funciona durante os períodos de trabalho escolar e no decorrer das férias, nos horários estabelecidos em seu regulamento.

São dois bibliotecários Sr. Fabrício Rodrigues Ferraz e Srta. Lucimar de Souza Menezes.

Da Coordenadoria de Estágios

A Coordenadoria de Estágios, diretamente vinculada à Diretoria Acadêmica, é órgão destinado a coordenar, acompanhar e fiscalizar a realização dos estágios curriculares dos cursos de graduação, competindo-lhe o desenvolvimento de todas as atividades relativas à sua função, desde o entendimento com as Coordenações dos Cursos e com os Colegiados de Curso, até o relacionamento com as estruturas de realização das atividades dos estagiários, celebração de acordos, convênios, contratos, culminando com a avaliação dos trabalhos de treinamento desenvolvidos pelos alunos. Coordenador de estágio é o Sr. Fabiano Siqueira dos Prazeres e pela Sra. Jane Borges Gonçalves Caramori.

Da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão

A Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, diretamente vinculada à Diretoria Acadêmica, é órgão destinado a coordenar a realização de pesquisas e estudos nos domínios da cultura, da ciência e da técnica por ela abrangidos, relacionando essas atividades com as necessidades do desenvolvimento econômico e social da sua região de influência. O Coordenador é o Sr. Júlio Henrique Machado.

Do Departamento de Tecnologia da Informação

O Departamento de TI responde pelas principais atividades desempenhadas na TICs da Libertas – Faculdades Integradas, que são: Desenvolvimento de Sistemas, Administração de Dados, Administração de Banco de Dados, Suporte a Servidores, Atendimento aos Usuários e à Rede Local.

Escopo de atuação das áreas:

Recursos Humanos – responde pelas questões inerentes aos sistemas de pagamentos e de gestão de recursos humanos;

Administrativo – trata dos sistemas de apoio à administração central, nas áreas financeira, patrimônio, materiais e protocolo;

Acadêmico – responde pelos sistemas acadêmicos que gerenciam os cursos da Libertas – Faculdades Integradas agendamento dos laboratórios e distribuição de recursos multimídias;

Institucional – responde por questões inerentes a outros sistemas da instituição, principalmente àquelas ligadas às áreas de pesquisa, comunicação e da Secretaria Geral;

Infraestrutura – administra a rede de dados, servidores e bancos de dados corporativos e presta atendimento técnico de hardware e software para os funcionários da Libertas – Faculdades Integradas.

A Analista de Sistemas é a Sra. Renata Rodrigues de Oliveira e o auxiliar de sistema é o Sr. Júlio César Naves Fernandes.

4 – INFRAESTRUTURA

Toda infraestrutura da Libertas – Faculdades Integradas, compreendendo suas áreas acadêmicas e administrativas está incorporada em uma única área, com 15.401,98 m² de propriedade da mantenedora, na Av. Wenceslau Brás, 1.018 – Bairro Lagoinha, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis de São Sebastião do Paraíso – MG, Livro 2, Fichas 01 e 02, Matrícula nº 41.562, distribuídas nas seguintes edificações:

- Unidade 1 (Prédio Histórico):

Ocupa uma área de 856,59 m², construção com dois pavimentos, contendo 12 salas de aulas, Anfiteatro com capacidade para 250 pessoas sentadas, Sala para o Juizado de Conciliação (Direito), Sala dos Professores, Sala de Empresa Simulada, Sala para Coordenação de Estágios, Sala do Núcleo de Práticas Jurídicas e Estágio, Hall de entrada, 2 Sanitários (masculino/feminino) por pavimento e elevador para portadores de necessidades especiais.

- Unidade 2 (Prédio Ceduc):

Ocupa uma área de 733,50 m², com área construída de 2.567,20 m², construção com quatro pavimentos, contendo Hall de Entrada, Secretaria dos Cursos Superiores, Tesouraria, Secretaria para Cursos Técnicos e Profissionalizantes, Sala para Contabilidade, Direção Acadêmica, Direção Executiva, Sala dos Coordenadores, Cozinha, Boulevard, Laboratório de Prática de Enfermagem, Laboratório de Anatomia, Sala de Tecnologia da Informação (Manutenção e Informática), 5 (cinco) Laboratórios de Informática, Laboratório de Meio Ambiente, Almoxxarifados em todos os pavimentos, Anfiteatro para 125 lugares, 11 salas de aula distribuídas em todos os pavimentos, Elevador para portadores de necessidades especiais, rampas e escadarias e Sanitários (2 por andar).

- Unidade 3 (Anexo 1):

Ocupa uma área de 877,63 m², construção térrea, com 8 (oito) salas de aula, Sala de Apoio com sanitário, Sala dos Professores, Cozinha, 2 (dois) amplos Sanitários, Área de Integração Social com jardinagem.

- Unidade 4 (Anexo Cultural):

Ocupa uma área de 760,56 m² e abriga: Biblioteca, Sanitários, Sala de Conferência, Sala de Apoio e Pesquisa, Espaço de Leitura, Cantina, Praça de Alimentação, Diretório Acadêmico, Quadra Poliesportiva, e área livre para estacionamento.

- Observações:

Toda infraestrutura acadêmica e administrativa está equipada com tecnologia para acesso à internet via wireless; todas as salas de aula foram projetadas exclusivamente para essa finalidade, dotadas de equipamentos multimídia, lousas brancas, DVD's, telas de projeção, projetores e equipamentos de som. Todos os laboratórios de informática estão qualificados com configurações e equipamentos atualizados, com manutenção permanente. Os laboratórios de Prática de Enfermagem e Anatomia estão dotados com os equipamentos específicos e necessários para o desenvolvimento das aulas teórico-prático que o curso requer. Todos os sanitários, de todas as unidades (masculinos e femininos), são estruturados com armários, pias, vasos, espelhos, duchas e completamente adaptados para portadores de necessidades especiais. As áreas de circulação também possibilitam o livre transito dos portadores de necessidades especiais.

4.1.3 – Laboratórios

Os alunos do curso de Direito utilizam os laboratórios de informática disponíveis na Unidade 2 (Prédio Ceduc). Além disso, são dois os laboratórios específicos do curso de Direito: Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e Departamento de Assistência Judiciária (DAJ).

O Núcleo de Prática Jurídica é responsável pelo acompanhamento das atividades de estágio, e funciona nos seguintes horários: segunda-feira a sexta-feira: das 8h00min às 11h00min; das 13h00min às 19h00min; sábados: 12h00min às 17h00min. O Núcleo é coordenado pela Profa. Silvana Marques. Além das atividades de estágio, atualmente o Núcleo também é responsável por verificar o cumprimento dos componentes curriculares relativos às atividades complementares. O Núcleo de Prática Jurídica conta com o apoio de uma secretária, Sra. Mônica de Pádua Carvalhaes, que também secretaria a Coordenação do Curso.

O Departamento de Assistência Judiciária cuida especificamente dos componentes curriculares relativos ao Estágio VII a Estágio X, e funciona às segundas-feiras e terças-feiras, das 14h00 as 19h00. O Departamento é coordenado pela Profa. Daniela Aparecida Barbosa Rodrigues Moreira (OAB/MG 140.770; OAB/SP 288.179).

O Núcleo de Prática Jurídica oferece atividades simuladas e reais de estágio, conforme descrito no item 7.1 – Regulamento do Estágio Supervisionado do curso de Direito, objetivando contribuir para a formação de profissionais na área do Direito, habilitando-os para inserção nos setores profissionais locais e regionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, através do desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo. As atividades de estágio tem por objetivos: desenvolver a leitura, a compreensão e a elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a utilização adequada das normas técnico-jurídicas; desenvolver a pesquisa e a utilização de legislação, de jurisprudência, de doutrina e de outras fontes do Direito; fomentar adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; desenvolver a capacidade de adequado julgamento e de tomada de decisões; propagar o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

4.2. BIBLIOTECA

4.2.1 – SERVIÇOS PRESTADOS

Os valores dos serviços educacionais serão objeto de reajuste, com periodicidade anual, levando-se em consideração as alterações dos custos e nas políticas econômicas, salarial, acordo, convenção ou dissídio coletivo, dentro dos parâmetros legais, bem como pela incidência de tributos e/ou contribuição previdenciária advindos de normas jurídicas, ou por autorização dada por medidas legais pertinentes à matéria.

Será preservado o equilíbrio contratual, caso qualquer mudança legislativa ou normativa altere a equação econômico-financeira do referido contrato, como forma de preservar a capacidade de manutenção e investimentos da instituição mantenedora, e o devido respeito ao poder aquisitivo de seus discentes.

4.2.2 – POLÍTICA DE RENOVAÇÃO DO ACERVO

No Plano de Expansão, os recursos previstos destinam-se não apenas à qualificação dos serviços prestados e à aquisição de livros e periódicos, mas também à possibilidade do uso de vídeos, mapas, recursos de interligação teleinformatizada e tudo mais que caracterize um moderno e eficiente processo informativo, disponível para os seus usuários.

Os recursos para a expansão, em todos os seus aspectos, encontram-se identificados no planejamento econômico-financeiro e serão garantidos pela mantenedora.

4.2.3 – INFRAESTRUTURA FÍSICA DA BIBLIOTECA

A biblioteca das faculdades tem como objetivo apoiar, estimular e facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para uso do Corpo Docente, Discente, Técnico-Administrativo e comunidade, desenvolvendo nos usuários o hábito da leitura, a capacidade de pesquisa, enriquecimento das experiências pessoais, a cultura e o entretenimento.

A biblioteca está organizada de forma a atender as atividades meios e fins. São atividades meios aquelas relativas aos processos de tratamento da informação e fins aquelas de atendimento ao usuário.

São competências da biblioteca :

Adquirir o material bibliográfico necessário e adequado, organizá-lo e torná-lo acessível;

Propiciar a utilização dos recursos informacionais existentes;

Viabilizar o acesso a outros sistemas e redes de informação.

A Biblioteca ocupa hoje uma área de 597,10m², assim distribuídos:

- Repartições: 04
- Sala de atendimento: 66,50m²
- Sala de computadores: 66,50m²
- Sala de acervo: 171,12m²
- Sala de estudos individuais e grupos: 68,95m²
- Almojarifado: 6,90m²
- Sanitário feminino: 6,16m²
- Sanitário masculino: 10,61m²
- Sanitário para PNE: 4,14m²

A biblioteca conta com espaço devidamente especificado no layout do prédio da faculdade, específico para leitura, trabalho em grupo, processamento do acervo, em um lugar com adequada ventilação e amplamente iluminada, natural e artificialmente.

Sala de atendimento com área de 66,50m², equipada com balcões – um para área de atendimento, outro servindo de guarda volumes; mesas e cadeiras e para estudos; mesas e cadeiras para funcionários, bancadas para computadores, computadores de uso dos funcionários; máquina de escrever com mesa e cadeira; impressoras, de uso exclusivo dos funcionários; estantes de periódicos; quadro de avisos e arquivos com gavetas, relógios de parede e ainda disponibiliza calculadoras eletrônicas.

Sala de computadores equipada com 10 computadores distribuídos em bancadas,

Sala de estudos individuais e grupos com uma área de 68,95m², equipada com mesas de 8 lugares e 3 mesas com 4 lugares, televisor de 42 polegadas, retro projetor, vídeo cassete, gravador de DVD, mesa para retoprojetor, mesa para professor, quadro branco, telas de retro projetor e

bebedouros. A sala em questão é utilizada pelos alunos, e com prévio agendamento, para outros fins.

Sala com uma área de 171,12m² e equipada com estantes destinadas ao acervo; estantes para periódicos, armários de duas portas para videoteca , arquivos para CD e DVD.

O almoxarifado de 11,38m² é equipado com estantes, mesa, escadas, filtro de água e balcão.

4.3 – LABORATÓRIOS

A Libertas - Faculdades Integradas possui seis laboratórios de informática que estão à disposição do curso de Administração mediante o agendamento e prévia quantidade de alunos que utilizarão. Os professores solicitam com antecedência, caso necessário, a instalação de software específico para sua disciplina. Há sempre manutenção preventiva nos laboratórios para uma melhor otimização das aulas. O e-mail para qualquer solicitação é o suporte@fecom.edu.br.

Caso o professor queira, há sinal de internet de excelente qualidade em todo o campus que auxiliará no processo ensino-aprendizagem.

5. - ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

5.1. APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE

A Libertas Faculdades Integradas oferece aos seus discentes o Núcleo de Apoio ao Estudante - NAE. O núcleo tem o propósito de constituir-se como um espaço de acolhida ao estudante durante o período em que o mesmo realiza o curso, a contar do seu ingresso.

É um serviço de orientação, apoio e escuta direcionado a alunos, que pode ser estendido a professores e coordenadores de curso e à Libertas Faculdades Integradas como um todo.

O NAE tem como objetivo geral contribuir para a implementação de uma política de assistência aos estudantes, voltada para o acolhimento e para políticas e ações que promovam a permanência dos alunos na vida acadêmica, assim como a conclusão no curso escolhido.

Os objetivos específicos do NAE são:

- Oferecer atendimento psicológico individual e/ou coletivo, a alunos que apresentam dificuldades emocionais e psíquicas que possam interferir no processo de aprendizagem e a integração à vida acadêmica;
- Analisar as demandas discentes e sistematizá-las a partir da política de assistência estudantil;
- Acolher os alunos ingressantes pelo vestibular ou por transferências viabilizando a sua integração no espaço acadêmico;
- Desenvolver estratégias individuais e/ou coletivas que favoreçam o desenvolvimento psicológico, físico, acadêmico e social dos discentes;
- Desenvolver ações que favoreçam a formação acadêmica em aderência com a política pedagógica da faculdade;
- Executar, acompanhar, problematizar e avaliar os programas de suporte sócio-econômico como os financiamentos estudantis;
- Desenvolver um programa de acompanhamento de egressos;

- Promover a saúde e a qualidade de vida dos estudantes da faculdade, a partir de ações preventivas e consultas clínicas;
- Orientar os alunos quanto a atitudes, técnicas e planejamento de estudo;
- Orientar os alunos de final de curso sobre educação continuada, pós-graduações especializações dentre outras;
- Estimular os acadêmicos a participarem do projeto de monitoria e dos programas de nivelamento.

Nos atendimentos realizados pelo NAE são identificados os problemas de origem pedagógica como: relacionamento professor/aluno, avaliação, reprovação etc. Tais questões são levadas ao conhecimento da coordenação de curso, que junto com o NAE, faz um trabalho de identificação e intervenção quando necessário.

É também objetivo do NAE, assim como de toda a instituição, a formação do aluno como um cidadão consciente dos problemas sociais. Para isso são oferecidas palestras com o objetivo de informar e discutir com os alunos temáticas referentes ao uso de drogas, ao meio ambiente, à violência, questões étnico raciais e de inclusão social, dentre outras. Nesse contexto, há também o envolvimento dos coordenadores de curso, corpo docente e representantes da comunidade diretamente ligados à temática.

O NAE conta com um regulamento próprio que orienta suas atividades e também possui espaço físico apropriado ao atendimento psicológico e psicopedagógico e o profissional responsável pelo mesmo possui formação específica para o desempenho das funções inerentes ao trabalho desenvolvido no NAE.

O NAE funciona semanalmente no horário de 18:00 às 19:00 horas.

5.2 – POLÍTICA DE BOLSA

O Programa de Bolsa de Estudos, criado com a finalidade de atender e dar suporte aos alunos mais carentes, dentro do senso de responsabilidade social e cumprimento de sua missão, a mantenedora procura direcionar 10% (dez por cento) de sua receita, ao programa de bolsas parciais de 25% (vinte e cinco por cento), requeridos em formulário próprio, com juntada de documentação que comprove sua condição carente, apreciados por uma

assistente social designada exclusivamente para esse fim, que após selecionados, são encaminhados aos Conselhos Diretor e Curador para aprovação final. Uma vez concluído o processo de seleção, o resultado é apresentado em relatório encaminhado ao Diretório Acadêmico e ao Ministério Público, através da Curadoria de Fundações, para ciência e acompanhamento, podendo, em caso de discordância, manifestar suas opiniões.

A concessão das bolsas segue periodicidade anual, com possibilidade de renovação contínua, caso não ocorra nenhum fato contrário, estando condicionada sua renovação aos seguintes critérios: frequência, aproveitamento e pontualidade nos pagamentos das mensalidades.

5.3. – PROGRAMA DE MONITORIA

A monitoria é uma atividade de ensino que tem por objetivo contribuir no desenvolvimento da competência pedagógica para o magistério da educação superior. A Monitoria da Libertas Faculdades Integradas é estabelecida e operacionalizada por um Regulamento próprio.

5.4. – PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Referenciado no instrumento de verificação *in loco* das condições institucionais, mecanismos de nivelamento são: “previstas ações sistemáticas para a recuperação das deficiências de formação do ingressante”. Baseado no PDI institucional é corrente que essa situação inevitável faz com que todo o planejamento e organização didático-pedagógicos da instituição sejam feitos com parcimônia, tendo em vista as diferentes habilidades e competências dos alunos ingressantes e a necessidade de um período de nivelamento dos mesmos. Essa situação tem motivado o corpo docente da instituição para criar soluções para o contexto; não podendo haver um modelo pronto, para as concepções didático-pedagógicas que possam aparecer.

Dentro dessa abordagem, ações facilitadoras que possibilitam o nivelamento dos alunos ingressantes são criadas com intuito de promover uma melhoria no conhecimento básico de leitura e produção de textos em língua portuguesa e também em matemática básica e noções de informática. Para tanto

são utilizados professores das disciplinas referidas ou contratados professores para a realização das atividades de nivelamento. Os serviços oferecidos pelo nivelamento ocorrem aos sábados.

Assim a IES busca criar mecanismos de nivelamento de seus alunos, utilizando-se de instrumentos que foram criados para detectar a necessidade de nivelamento tais como:

- dados obtidos através de questionário socioeconômico, aplicados aos vestibulandos;
- levantamento das dificuldades dos alunos iniciantes, pelos docentes;
- análise dos resultados dos candidatos aprovados e matriculados;
- encontros periódicos dos professores, de períodos comuns ou disciplinas afins.

Dessa forma na busca de diminuir as dificuldades próprias da transição do ensino médio para o ensino superior, ou mesmo daqueles que estão a algum tempo longe das salas de aula, a IES propicia em todos os cursos, nivelamento em matemática e português, para os alunos do 1º período.

6 – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

6.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA E EXTERNA

A Libertas – Faculdades Integradas adota como política de avaliação todas as formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES:

Seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei 10861/2004, agindo de forma clara e objetiva, com total liberdade, independência e autonomia, uma vez que a maior busca é a essência do pensamento coletivo, que norteia o planejamento estratégico da instituição e em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. A Comissão Própria de Avaliação – CPA é composta por representantes dos seguintes segmentos: Representantes da comunidade (2), Representantes do Corpo Docente (2), Representantes do Corpo Técnico-Administrativo (2) e Representantes do Corpo Discente (2).

Os representantes de cada segmento são indicados espontaneamente pelos seus pares e no caso dos representantes da comunidade são convidados aqueles com identificação da causa educacional com espírito crítico construtivo.

A avaliação institucional é realizada em ambiente eletrônico, o que permitiu a comunidade acadêmica (alunos professores e pessoal técnico-administrativo) participar do processo de uma forma mais segura e rápida, a partir da disponibilização dos instrumentos de pesquisa (questionários) no 'site' da faculdade.

Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações:

A avaliação é um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, passíveis de

correção, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de resolução das deficiências.

A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição de Ensino Superior.

A adequada implementação e os bons resultados de um processo de autoavaliação pressupõem algumas condições fundamentais, a saber:

- Equipe de coordenação, para planejar e organizar as atividades, manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da Instituição de Ensino Superior, e refletir sobre o processo;

- Participação dos integrantes da instituição, pois o envolvimento dos atores – por diferentes que sejam entre si, auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação;

- Compromisso explícito dos dirigentes da instituição em relação ao processo avaliativo. É importante ficar evidenciado que há um apoio institucional para que o processo ocorra com a profundidade e seriedade necessárias;

- Informações válidas e confiáveis, nesse sentido, a coleta, o processamento, a análise e a interpretação de informações são essenciais para alimentar as dimensões que a autoavaliação quer indagar;

- Uso efetivo dos resultados para planejar ações destinadas ao aprimoramento institucional. Para isso, é importante priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer metas.

As decisões para o desenvolvimento institucional têm como base as pesquisas da Comissão Própria de Avaliação – CPA, quando reúnem-se os representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada para a definição do planejamento contendo as etapas de sensibilização, desenvolvimento e consolidação. A etapa de sensibilização aconteceu com a participação dos representantes da Comissão Própria de Avaliação – CPA, por meio de divulgação no Portal da Libertas – Faculdades Integradas, através dos Coordenadores de Curso, visita da Comissão em sala de aula. Na etapa de desenvolvimento foi realizada avaliação de egressos, docentes, análise sobre evasão, entre outras atividades. Ainda nessa etapa,

foram revisados os instrumentos de coleta de dados (questionários), aplicadas as metodologias de análise e interpretação de dados e, disponibilizadas as condições materiais e de recursos humanos para o desenvolvimento do trabalho. Na terceira e última etapa, a de consolidação, elaborou-se o relatório final a partir da definição de seu formato e da discussão dos resultados encontrados no processo de coleta de dados, direcionado para um balanço crítico do processo avaliativo com a comunidade acadêmica.

A estrutura do relatório compreendeu as 10 (dez) dimensões descritas no documento denominado “Roteiro de Auto Avaliação Institucional 2004” (SINAES), em que se buscou identificar as fragilidades e as potencialidades da Instituição, sendo elas:

Dimensão 1 – Planejamento Institucional; Dimensão 2 – A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização; Dimensão 3 – A Responsabilidade Social da Instituição (Inclusão Social, Desenvolvimento Econômico e Social) defesa do meio ambiente; melhoria cultural; produção artística e patrimônio cultural; Dimensão 4 – A Comunicação com a Sociedade; Dimensão 5 – As Políticas de Pessoal, de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico – Administrativo; Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição; Dimensão 7 – Infraestrutura Física e Recursos de Apoio; Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação / Resultado e Eficácia da Autoavaliação Institucional; Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Estudantes e Egressos; Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira.

6.2 – AVALIAÇÕES DO CURSO JÁ REALIZADAS PELO MEC OU OUTROS ÓRGÃOS REGULADORES

O curso de Direito foi implantado em 2004. O Parecer do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais n. 88 de 17 de fevereiro de 2004 foi homologado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em 03 de março de 2004. O curso de Direito foi credenciado através do Decreto de 22 de abril de 2004 do Governo do Estado de Minas Gerais, publicado em 23 de abril de 2004.

O curso recebeu visita *in loco* da Comissão de Avaliação do Ministério da Educação para reconhecimento do curso nas datas de 01 a 04 de dezembro de 2010, obtendo o conceito final 3, conforme Parecer nº 5143, de 06 de junho de 2011. A Portaria n. 403, de 22 de julho de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, reconheceu o curso de Direito da Libertas – Faculdades Integradas, com 90 vagas anuais. Referida portaria foi publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 2014 (DOU n. 140, p. 389).

O curso foi avaliado duas vezes pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em 2009 e em 2012, obtendo nas duas avaliações o conceito 3.

7 – ANEXOS

7.1 – Regulamento do Estágio Supervisionado do curso de Direito

Art. 1º. O estágio supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando.

§ 1º. O estágio será estruturado e operacionalizado, através do Núcleo de Prática Jurídica, nos termos deste regulamento.

§ 2º. O Núcleo de Prática Jurídica manterá convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; com serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que serão encaminhados ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, para a avaliação pertinente.

§ 3º. A realização do estágio supervisionado não se confunde com a das atividades complementares ou com a do trabalho de curso.

Art. 2º. O estágio supervisionado divide-se em dez componentes curriculares, com as seguintes cargas horárias:

Estágio I – 20h

Estágio II – 20h

Estágio III – 30h

Estágio IV – 30h

Estágio V – 30h

Estágio VI – 30h

Estágio VII – 50h

Estágio VIII – 50h

Estágio IX – 60h

Estágio X – 60h

Art. 3º. Em cada semestre, o aluno deve cumprir um componente curricular correspondente ao estágio supervisionado.

§ 1º. Considera-se cumprido o componente curricular quando o aluno realiza todas as atividades de estágio listadas, comprovando-as na forma estabelecida.

§ 2º. Considera-se não cumprido o componente curricular quando o aluno deixa de realizar uma ou mais atividades de estágio listadas, independente do motivo. Para cumprimento posterior do componente curricular o aluno deve realizar as atividades faltantes, sendo aproveitadas as atividades já cumpridas, ressalvada a hipótese de mudança da lista de atividades.

§ 3º. É vedado ao aluno adiantar o cumprimento dos componentes curriculares relativos ao estágio supervisionado.

§ 4º. O aluno pode acumular, no máximo, três componentes curriculares relativos ao estágio supervisionado. No caso de ultrapassar esse máximo, ser-lhe-á indeferida a matrícula no semestre subsequente, nos termos do art. 79 do Regimento Interno da Libertas – Faculdades Integradas.

Art. 4º. As listas de atividades do estágio supervisionado serão disponibilizadas semestralmente, com a relação de atividades exigidas para complementação de cada componente curricular (E I a X), e com prazo máximo para serem realizadas.

§ 1º. Para cada atividade de estágio listada será atribuída uma carga horária específica e os meios para sua comprovação, a critério da instituição.

§ 2º. Os Estágios I a VI contemplam atividades simuladas de estágio, e abrangem: visita orientada a órgãos, repartições e instituições que desenvolvam atividades jurídicas; questões teórico-práticas, com o objetivo de levar o aluno à reflexão a respeito das controvérsias e peculiaridades da solução de conflitos, mediadas ou não pelo Poder Judiciário; relatórios de audiências; análises de autos findos; relatórios críticos de autos findos; processos simulados; outras atividades semelhantes.

§ 3º. Os Estágios VII a X contemplam preferencialmente atividades reais de estágio, e serão cumpridos na forma dos artigos 5º e 6º.

§ 4º. As listas de atividades do estágio supervisionado serão disponibilizadas pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.

§ 5º. Os alunos podem sugerir a inclusão ou a exclusão de determinada atividade, apresentando justificativas, sendo a questão analisada pelo Núcleo Docente Estruturante e homologada pelo Colegiado do Curso.

Art. 5º. O Departamento de Assistência Judiciária, vinculado ao Núcleo de Prática Jurídica, destina-se ao acompanhamento das atividades desenvolvidas nos Estágios VII a X.

Parágrafo único. As atividades do Departamento de Assistência Judiciária submetem-se à Lei 8906/94, à Resolução 15/98 do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais e a convênio celebrado entre a instituição de ensino e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 6º. Os Estágios VII a X poderão ser cumpridos através de atividades de estágio desenvolvidas no Departamento de Assistência Judiciária, fora do Departamento de Assistência Judiciária ou através de atividades práticas suplementares.

§ 1º. O estágio realizado no Departamento de Assistência Judiciária, sob a coordenação do professor responsável, abrange a prática real da advocacia decorrente do atendimento jurídico da população hipossuficiente.

§ 2º. O estágio realizado fora das dependências do Departamento de Assistência Judiciária terá a supervisão do mesmo, não dispensando a supervisão direta por profissional habilitado no local de sua realização, e poderá ser realizado nos seguintes locais:

- I - Escritórios de advocacia conveniados com a OAB para oferecimento de estágio profissional, com a interveniência da instituição de ensino;
- II - Departamentos jurídicos de empresas conveniados com a OAB, mediante interveniência da instituição de ensino;
- III - Defensoria Pública, mediante convênios celebrados;
- IV - Promotoria, mediante convênios celebrados;
- V - Magistratura, mediante convênios celebrados;
- VI - Juizado Especial Cível, atuando o aluno enquanto conciliador, mediante convênios celebrados.

§ 3º. Não estão incluídas nos termos do parágrafo anterior as funções de escrevente, escrivão, oficial de justiça, analista judiciário, técnico judiciário,

estágio em delegacias ou qualquer outra atividade não enumerada no parágrafo anterior.

§ 4º. As atividades práticas suplementares abrangerão relatórios de audiências, análises de autos findos e relatórios críticos de autos findos.

§ 5º. O detalhamento das atividades relativas aos Estágios VII a X, assim como os documentos necessários para sua comprovação, encontram-se descritos no Regulamento do Departamento de Assistência Judiciária.

Art. 7º. Qualquer outra atividade não descrita neste regulamento, nem nas listas de estágio disponibilizadas semestralmente, não pode ser aproveitada nos Estágios I a X, caracterizando estágio extracurricular.

Parágrafo único. Será dispensado da visita orientada o aluno que trabalhar ou realizar estágio extracurricular na repartição visitada, sendo atribuídas ao aluno as horas relativas à visita.

Art. 8º. A orientação e a verificação do cumprimento das atividades de estágio supervisionado serão feitas pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, com relação aos Estágios I a VI, e pelo Coordenador do Departamento de Assistência Judiciária, com relação aos Estágios VII a X.

Parágrafo único. Serão atribuídos os seguintes conceitos, conforme o aluno tenha ou não cumprido satisfatoriamente com todas as atividades: C (cumprido) e NC (não cumprido), sendo que a divulgação dos resultados será feita da mesma forma com que se divulgam os resultados das disciplinas.

Art. 9º. Em caso de aluno transferido de outra instituição de ensino, as atividades de estágio supervisionado já cumpridas poderão ser aproveitadas, cabendo a decisão ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, ouvido o Colegiado de Curso, caso necessário.

Art. 10. Casos omissos serão decididos pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, ouvido o Colegiado de Curso, caso necessário.

7.1.1 – Regulamento do Departamento de Assistência Judiciária

A Coordenação do Curso de Direito da Libertas Faculdades Integradas e a Coordenação do Departamento de Assistência Judiciária (DAJ) regulamentam sobre as opções de atividades para cumprimento do Estágio VII, VIII, IX e X:

- 1) Privilegiam-se o cumprimento de atividades reais de estágio, na medida em que essas verdadeiramente possibilitem a formação profissional do bacharel em direito e colaborem com sua inserção no mercado de trabalho. Assim, o aluno, preferencialmente, poderá cumpri-las das seguintes formas:
 - Atividades cumpridas no DAJ;
 - Atividades cumpridas fora do DAJ, conforme regras estabelecidas no item 3, desse regulamento;
- 1.1) Como alternativa de cumprimento, o aluno poderá optar pelas atividades práticas suplementares, conforme regras ora estabelecidas.

2) DAS ATIVIDADES REAIS CUMPRIDAS NO DAJ:

2.1) O estágio real poderá ser realizado no Departamento de Assistência Judiciária, sob a coordenação do Professor responsável, abrangendo a prática real da advocacia decorrente do atendimento jurídico da população hipossuficiente;

2.2) O aluno deverá cumprir a carga horária mínima especificada na TABELA DE CARGA HORÁRIA (anexo IX) de seu respectivo período;

2.4) Uma vez tendo optado por cumprir o componente curricular respectivo no DAJ, ao final de cada período, o estagiário deverá ter satisfeito todas as atividades a ele atribuídas e comprovadas mediante a entrega dos relatórios (anexos II e III), sob pena de não ser aprovado no componente curricular respectivo, o que lhe acarretará dependência.

3) DAS ATIVIDADES REAIS CUMPRIDAS FORA DO DAJ

3.1) Os alunos poderão cumprir atividades reais em outros locais, nas seguintes condições:

- a)** Escritórios de advocacia conveniados com a OAB para oferecimento de estágio profissional (art. 9º, parágrafo primeiro estatuto da OAB), com a interveniência da instituição de ensino;
- b)** Departamento jurídico de empresas conveniadas com a OAB, mediante interveniência da instituição de ensino.
- c)** Defensoria Pública, mediante convênios celebrados;
- d)** Promotoria, mediante convênios celebrados;

- e) Magistratura, mediante convênios celebrados;
- f) Conciliadores no Juizado Especial Cível, mediante convênios celebrados;

3.2) Os alunos que trabalharem nas funções de escrevente, escrivão, oficial de justiça, analista judiciário, técnico judiciário, exercerem estágio em delegacias ou qualquer atividade não enumerada anteriormente não estão incluídos nos termos desse item e deverão optar pelas demais alternativas;

3.3) O exercício das condições estabelecidas no item 3.1 será comprovado através de certidão ou declaração devidamente assinada pela unidade concedente, sendo necessária apresentação de relatório final detalhado de estágio (anexo V) constando as seguintes atividades:

- Petições iniciais efetivamente distribuídas;
- Contestações, efetivamente apresentadas no processo;
- Elaboração dos seguintes recursos efetivamente interpostos: Razões e contra razões (Recurso ordinário, recurso de revista/apelação, recurso em sentido estrito, agravo instrumento, agravo de petição, recurso inominado);
- Oposição efetiva de embargos (declaração, execução, terceiros, etc.);
- Participação na elaboração de Denúncias, no caso de estágio realizado juntamente ao MP; e auxílio nas sentenças ou despachos no caso de estágio realizado juntamente à Magistratura;
- Processos em que atuou como conciliador.

3.4) Para comprovar o cumprimento das atividades acima enumeradas, o aluno deverá anexar no relatório final detalhado de estágio (anexo V) os seguintes documentos:

- Cópia das petições iniciais distribuídas, com a devida omissão dos nomes das partes em caso de segredo de justiça e assinada pelo profissional supervisor direto do estágio;
- Cópia das contestações protocolizadas ou entregues em audiência acompanhadas da ata, com a devida omissão dos nomes das partes em caso de segredo de justiça e assinada pelo profissional supervisor direto do estágio;
- Cópia dos recursos efetivamente interpostos e protocolizados com a devida omissão dos nomes das partes em caso de segredo de justiça e assinada pelo profissional supervisor direto do estágio;
- Cópia dos embargos opostos devidamente protocolizada, com a devida omissão dos nomes das partes em caso de segredo de justiça e assinada pelo profissional supervisor direto do estágio;
- Cópia da denúncia na qual teve participação, (no caso de estágio realizado juntamente ao MP), com a devida omissão dos nomes das partes em caso de segredo de justiça e assinada pelo profissional supervisor direto do estágio;
- Certidão emitida pelo Juiz responsável pelo estágio do aluno, atestando o efetivo cumprimento das atividades descritas no artigo anterior;
- Cópia dos processos em que atuou como conciliador.

3.5) Uma vez tendo optado por cumprir o componente curricular respectivo na forma desse item, ao final de cada período, o estagiário deverá comprovar todas as exigências, sob pena de não ser aprovado no componente curricular respectivo, o que lhe acarretará dependência.

4) DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPLEMENTARES: Os alunos poderão ainda cumprir o estágio VII, VIII, IX e X mediante a entrega das atividades previstas no anexo VII, sem qualquer dispensa ou redução da carga horária, mesmo que o aluno exerça alguma das atividades enumeradas nos itens 3.1 e 3.2 desse regulamento.

4.1) Uma vez tendo optado por cumprir o componente curricular respectivo na forma desse item, ao final de cada período, o aluno deverá comprovar todas as exigências, sob pena de não ser aprovado no componente curricular respectivo, o que lhe acarretará dependência.

5) PRAZOS E PROCEDIMENTOS: Até a data que será disponibilizada semestralmente TODOS alunos deverão OPTAR por uma das formas possíveis de cumprimento do estágio, devendo preencher e entregar mediante protocolo ao Núcleo de Prática Jurídica - NPJ o requerimento preliminar para indicação da forma de cumprimento das atividades de estágio (anexo I);

5.1) PARA O ALUNO QUE OPTAR PELO DAJ

O aluno que optar pelo DAJ:

- a) Deverá cumprir a carga horária estabelecida nas tabelas (anexo IX);
- b) Deverá preencher os relatórios (anexos II e III) e entregar ao coordenador do DAJ ao final de cada atividade cumprida, mediante visto do mesmo.

O aluno que faz estágio ou trabalha em instituição que não se enquadre no caput do item 3.1, e que optar pelo DAJ, poderá ter aproveitamento das atividades descritas na primeira e quarta linha na tabela de carga horária do DAJ, devendo cumprir as demais. Nesse caso, o aluno deverá apresentar a certidão ou comprovante de suas atividades juntamente com a entrega do requerimento preliminar para indicação da forma de cumprimento das atividades de estágio (anexo I).

5.2) PARA O ALUNO QUE OPTAR PELO CUMPRIMENTO DE ATIVIDADES FORA DAJ

- a) O aluno que optar pelo cumprimento de atividades fora do DAJ deverá entregar até a data disponibilizada semestralmente o DETALHAMENTO PRELIMINAR PARA CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES REAIS FORA DO DAJ (anexo IV), juntamente com o comprovante do exercício das funções enumeradas no item 3.1, assumindo a responsabilidade pelo estrito cumprimento das regras de entrega do relatório final de estágio, sob pena de incidir em dependência do componente curricular respectivo.
- b) Até a data disponibilizada semestralmente o aluno deverá apresentar o relatório final detalhado de estágio (anexo V) devidamente instruído e coerente

com o requerimento detalhamento preliminar para cumprimento das atividades reais fora do DAJ (anexo IV), que será apreciado pelo coordenador do DAJ mediante deferimento ou indeferimento do pleito.

5.3) PARA O ALUNO QUE OPTAR PELO CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPLEMENTARES

O aluno que optar pelo cumprimento das atividades práticas suplementares:

- a) Deverá entregar cada atividade elaborada nos formulários fornecidos pelo NPJ (relatório de audiência, relatório de autos findos e relatório crítico de autos findos);
- b) Deverá entregar, impreterivelmente, todas as atividades cumpridas até a data disponibilizada semestralmente.

6) DA DEPENDÊNCIA DO ESTÁGIO VII, VIII, IX E X

Os alunos que não cumpriram o Estágio VII, VIII, IX e X no período regular, terão as seguintes opções para cumprimento da dependência:

- a) Atividades a serem realizadas no DAJ a critério da coordenação, sendo as atividades parciais já cumpridas pelo aluno anteriormente serão aproveitadas;
- b) Atividades práticas suplementares (dependência) descritas no anexo VIII;

7) Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pelo Coordenador do DAJ e pela Coordenação do Curso, cabendo recurso para o Colegiado de Curso.

9) Esse Regulamento entra em vigor na data de sua divulgação através do portal acadêmico, e terá vigência a partir do primeiro semestre de 2014.



Av. Wenceslau Braz, 1.018 - Fone: (35) 3531-1998
São Sebastião do Paraíso - MG

LibERTAS
FACULDADES INTEGRADAS

REQUERIMENTO PRELIMINAR PARA INDICAÇÃO DA FORMA DE CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Requerimento preliminar para indicação da forma de cumprimento de atividades no componente curricular do **Estágio** _____, **ano** _____, apresentado ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade de Direito da Libertas - Faculdades Integradas;

Opções:

- () Atividades cumpridas no DAJ
- () Atividades cumpridas fora do DAJ, conforme regras estabelecidas no item 3, desse regulamento
- () Atividades práticas suplementares

Nome e Assinatura do Aluno

DATA DE RECEBIMENTO:

___/___/___

Assinatura do Responsável

São Sebastião do Paraíso

Ano

FORMULÁRIOS PARA CUMPRIMENTO DE ATIVIDADES NO DAJ

ANEXO II

Relatório de Diligência I

Nome do aluno:
Período:

Acompanhamento de Processo

- Tipo de Ação

Vara: **Processo nº:**

Partes:

Andamento/Informações:

- Tipo de Ação

Vara: **Processo nº:**

Partes:

Andamento/Informações:

Data e Assinatura do Estagiário	Carga horária	Visto do professor
--	----------------------	---------------------------



Relatório de Diligência II

Nome do aluno:

Período:

Distribuição de inicial

Protocolo de peças

Tipo de ação/peça

Vara:

Processo nº:

Partes:

Distribuição de inicial

Protocolo de peças

Tipo de ação/peça

Vara:

Processo nº:

Partes:

Distribuição de inicial

Protocolo de peças

Tipo de ação/peça

Vara:

Processo nº:

Partes:

Outras diligências de caráter jurídico

Descrição da diligência (com assinatura do Coordenador):

Data e Assinatura do Estagiário	Carga horária	Visto do professor

ANEXO III



Av. Wenceslau Braz, 1.018 - Fone: (35) 3531-1998
São Sebastião do Paraíso - MG

LIBERTAS
FACULDADES INTEGRADAS

Relatório de Plantão

Nome do aluno:
Período:

TRIAGENS:

- Tipo de Ação/ orientação

Partes:

Relatório:

- Tipo de Ação/ orientação

Partes:

Relatório:

Outras Atividades de caráter jurídico

Data e Assinatura do Estagiário	Carga horária	Visto do professor
---------------------------------	---------------	--------------------

FORMULÁRIOS PARA ATIVIDADES CUMPRIDAS FORA DO DAJ

ANEXO IV



Av. Wenceslau Braz, 1.018 - Fone: (35) 3531-1998
São Sebastião do Paraíso - MG

LibERTAS
FACULDADES INTEGRADAS

LIBERTAS – FACULDADES INTEGRADAS
FACULDADE DE DIREITO

NOME DO ALUNO

**DETALHAMENTO PRELIMINAR PARA CUMPRIMENTO DAS
ATIVIDADES REAIS FORA DO DAJ**

Detalhamento preliminar das atividades
realizadas fora do DAJ, Estágio _____, ano
_____.

São Sebastião do Paraíso

Ano

1 Dados da unidade concedente

Instituição em que as atividades serão desenvolvidas: -

Endereço:

Telefone:

Responsável pela supervisão das atividades:

Datas e horários de realização das atividades:

2 Descrição das atividades a serem desenvolvidas ao longo do semestre

Descrever, de forma contextualizada, o estágio que será realizado. Analisar o local, o público envolvido, os serviços prestados, os materiais utilizados, as funções e atividades exercidas e a importância do estágio para sua formação profissional. Descrever as atividades que serão desenvolvidas no estágio, os procedimentos e os instrumentos que serão adotados e o material bibliográfico a ser usado.

3 O aluno declara estar ciente da necessidade de cumprir estritamente as regras relativas à entrega do relatório final de estágio, sob pena incidir em dependência do componente curricular respectivo.

Assinatura do Aluno

ANEXO V



NOME DO ALUNO

Relatório Final Detalhado de Estágio

Relatório final de estágio apresentado ao Departamento de Assistência Judiciária (DAJ) da Faculdade de Direito da Libertas - Faculdades Integradas, para cumprimento do Estágio____, ano _____.

São Sebastião do Paraíso

Ano

1 Dados da unidade concedente

Instituição em que as atividades foram desenvolvidas:

Endereço:

Telefone:

Responsável pela supervisão das atividades:

Datas e horários de realização das atividades:

2 Descrição das atividades desenvolvidas

Descrever, de forma contextualizada, o estágio realizado. Analisar o local, o público envolvido, os serviços prestados, os materiais utilizados, as funções e atividades exercidas e a importância do estágio para sua formação profissional. Descrever as atividades desenvolvidas no estágio, os procedimentos, os instrumentos adotados e o material bibliográfico usado.

4 Sugestões

Apresentar sugestões para o aperfeiçoamento do estágio no curso de Direito.

5 Orientações finais

Anexar ao presente relatório:

- declaração de responsabilidade da instituição em que as atividades foram desenvolvidas (anexo III);
- declaração da instituição que supervisionou as atividades, detalhando-as e atestando as datas e horários em que foram desenvolvidas (anexo III);
- cópia das peças processuais redigidas com a participação do aluno ou declaração expedida pelo responsável quando se tratar de estágio junto à Magistratura.

Assinatura do Aluno

**PARECER DO COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA
JUDICIÁRIA**

DEFERIMENTO ___

INDEFERIMENTO ___

FUNDAMENTAÇÃO _____

DATA ___/___/___

COORDENADOR DO DAJ

ANEXO VI



Av. Wenceslau Braz, 1.018 - Fone: (35) 3531-1998
São Sebastião do Paraíso - MG

LibERTAS
FACULDADES INTEGRADAS

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE CONCEDENTE E
DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

Declaro para os devidos fins que o aluno _____ matriculado no _____ semestre do ano letivo de _____ do curso de graduação em direito da Libertas Faculdades Integradas exerce atividade de estágio real sob minha supervisão, tendo participado da elaboração das seguintes atividades práticas, cujos comprovantes seguem em anexo:

DATA	TIPO DE PETIÇÃO	NÚMERO DO PROCESSO	NOME DAS PARTES (ou iniciais em caso de segredo de justiça)	NÚMERO DO PROTOCOLO/ DISTRIBUIÇÃO

São Sebastião do Paraíso, ____ de ____ de _____

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL (carimbo, nome, endereço,
OAB, etc)
(Reconhecimento de firma)

ANEXO VII

Lista das atividades práticas suplementares

Estágio VII

- 1) relatórios de 2 audiências do Juizado Especial Criminal
- 2) relatórios de 2 audiências de tentativa de conciliação (juízo cível)
- 3) relatórios de 3 audiências da Justiça Criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 4) relatórios de 2 audiências da Justiça Criminal (Tribunal do Júri)
- 5) relatórios de 3 audiências cíveis de instrução e julgamento (procedimento ordinário)
- 6) Análise de autos findos, com relatório: 2 processos criminais (procedimento comum ordinário ou sumário); 2 processos criminais (Tribunal do Júri); 2 processos cíveis (procedimento ordinário)
- 7) análise de autos findos, com relatório: 2 processos cíveis (procedimento sumário); 2 processos criminais (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 8) relatório crítico de um auto findo (indicado pela IES), fazendo uma análise jurídico-social do caso. **Orientações:** analisar se a solução jurídica foi adequada/justa, com base em pesquisa doutrinária e jurisprudencial; analisar o impacto social da decisão; indicar as fontes consultadas; a crítica pode ser positiva ou negativa, desde que com embasamento doutrinário e jurisprudencial; seguir formulário específico para este tipo de relatório.

Estágio VIII

- 1) relatórios de 2 audiências do Juizado Especial Criminal
- 2) relatórios de 2 audiências de tentativa de conciliação (juízo cível)
- 3) relatórios de 3 audiências da Justiça Criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 4) relatórios de 2 audiências da Justiça Criminal (Tribunal do Júri)
- 5) relatórios de 3 audiências cíveis de instrução e julgamento (procedimento ordinário)
- 6) Análise de autos findos, com relatório: 2 processos criminais (procedimento comum ordinário ou sumário); 2 processos criminais (Tribunal do Júri); 2 processos cíveis (procedimento ordinário)
- 7) análise de autos findos, com relatório: 2 processos cíveis (procedimento sumário); 2 processos criminais (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 8) relatório crítico de um auto findo (indicado pela IES), fazendo uma análise jurídico-social do caso. **Orientações:** analisar se a solução jurídica foi adequada/justa, com base em pesquisa doutrinária e jurisprudencial; analisar o impacto social da decisão; indicar as fontes consultadas; a crítica pode ser positiva ou negativa, desde que com embasamento doutrinário e jurisprudencial; seguir formulário específico para este tipo de relatório.

Estágio IX

- 1) relatórios de 4 audiências cíveis de instrução e julgamento (procedimento ordinário)
- 2) relatórios de 2 audiências da Justiça Criminal (Tribunal do Júri)
- 3) relatórios de 3 audiências da Justiça Criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)

- 4) relatórios de 4 audiências na Justiça Federal (vara ou juizado federal)
- 5) relatórios de 4 audiências Justiça do Trabalho (sendo 2 audiências de instrução e julgamento e 2 de conciliação)
- 6) análise de autos findos, com relatório: 2 processos cíveis (procedimento sumário); 2 processos criminais (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 7) análise de autos findos, com relatório: 3 da justiça federal; 3 da justiça do trabalho
- 8) relatório crítico de um auto findo (indicado pela IES), fazendo uma análise jurídico-social do caso. **Orientações:** analisar se a solução jurídica foi adequada/justa, com base em pesquisa doutrinária e jurisprudencial; analisar o impacto social da decisão; indicar as fontes consultadas; a crítica pode ser positiva ou negativa, desde que com embasamento doutrinário e jurisprudencial; seguir formulário específico para este tipo de relatório.

Estágio X

- 1) relatórios de 4 audiências cíveis de instrução e julgamento (procedimento ordinário)
- 2) relatórios de 2 audiências da Justiça Criminal (Tribunal do Júri)
- 3) relatórios de 3 audiências da Justiça Criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 4) relatórios de 4 audiências na Justiça Federal (vara ou juizado federal)
- 5) relatórios de 4 audiências Justiça do Trabalho (sendo 2 audiências de instrução e julgamento e 2 de conciliação)
- 6) análise de autos findos, com relatório: 2 processos cíveis (procedimento sumário); 2 processos criminais (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 7) análise de autos findos, com relatório: 3 da justiça federal; 3 da justiça do trabalho
- 8) relatório crítico de um auto findo (indicado pela IES), fazendo uma análise jurídico-social do caso. **Orientações:** analisar se a solução jurídica foi adequada/justa, com base em pesquisa doutrinária e jurisprudencial; analisar o impacto social da decisão; indicar as fontes consultadas; a crítica pode ser positiva ou negativa, desde que com embasamento doutrinário e jurisprudencial; seguir formulário específico para este tipo de relatório.

ANEXO VIII

Lista das atividades práticas suplementares (dependência)

Estágio VII

- 1) relatório de 1 audiência do Juizado Especial Criminal
- 2) relatório de 1 audiência de tentativa de conciliação (juízo cível)
- 3) relatórios de 2 audiência da Justiça Criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 4) relatório de 1 audiência da Justiça Criminal (Tribunal do Júri)
- 5) relatórios de 2 audiências cíveis de instrução e julgamento (procedimento ordinário)
- 6) análise de autos findos, com relatório: 1 processo criminal (procedimento comum ordinário ou sumário); 1 processo criminal (Tribunal do Júri); 1 processo cível (procedimento ordinário)
- 7) análise de autos findos, com relatório: 1 processo cível (procedimento sumário); 1 processo criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)

Estágio VIII

- 1) relatório de 1 audiência do Juizado Especial Criminal
- 2) relatório de 1 audiência de tentativa de conciliação (juízo cível)
- 3) relatórios de 2 audiência da Justiça Criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 4) relatório de 1 audiência da Justiça Criminal (Tribunal do Júri)
- 5) relatórios de 2 audiências cíveis de instrução e julgamento (procedimento ordinário)
- 6) Análise de autos findos, com relatório: 1 processo criminal (procedimento comum ordinário ou sumário); 1 processo criminal (Tribunal do Júri); 1 processo cível (procedimento ordinário)
- 7) análise de autos findos, com relatório: 1 processo cível (procedimento sumário); 1 processo criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)

Estágio IX

- 1) relatórios de 2 audiências cíveis de instrução e julgamento (procedimento ordinário)
- 2) relatório de 1 audiência da Justiça Criminal (Tribunal do Júri)
- 3) relatórios de 2 audiência da Justiça Criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 4) relatórios de 2 audiências na Justiça Federal (vara ou juizado federal)
- 5) relatórios de 2 audiências Justiça do Trabalho (sendo 1 audiência de instrução e julgamento e 1 de conciliação)
- 6) análise de autos findos, com relatório: 1 processo cível (procedimento sumário); 1 processo criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 7) análise de autos findos, com relatório: 3 da justiça federal; 3 da justiça do trabalho

Estágio X

- 1) relatórios de 2 audiências cíveis de instrução e julgamento (procedimento ordinário)
- 2) relatório de 1 audiência da Justiça Criminal (Tribunal do Júri)
- 3) relatórios de 2 audiências da Justiça Criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 4) relatórios de 2 audiências na Justiça Federal (vara ou juizado federal)
- 5) relatórios de 2 audiências Justiça do Trabalho (sendo 1 audiência de instrução e julgamento e 1 de conciliação)
- 6) análise de autos findos, com relatório: 1 processo cível (procedimento sumário); 1 processo criminal (procedimento comum ordinário ou sumário)
- 7) análise de autos findos, com relatório: 3 da justiça federal; 3 da justiça do trabalho

Anexo IX**TABELA DE CARGA HORÁRIA ESTÁGIO VII - 50 HORAS**

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	LIMITE MÁXIMO	COMPROVANTE
Elaboração de peças processuais em casos reais, sob supervisão do DAJ: petição inicial, contestação, recursos, contra- razões, etc; Elaboração de peças processuais em casos reais, sob supervisão do DAJ: petição de juntada, impugnações, manifestações, petições de andamento, etc.	10 horas cada peça	40 horas	Cópia da petição com visto do professor ou com protocolo de recebimento no prazo estabelecido
Plantão no DAJ: triagens, pesquisa jurisprudencial, organização do escritório, tarefas forenses: acompanhamento de processos, com a discriminação do respectivo andamento, idas ao fórum para distribuição e protocolo de petições;	10 horas	10 horas, no dia definido na escala elaborada pela coordenação do DAJ;	Relatório de plantão com visto do professor (ANEXO V) Relatório de diligência com visto do professor (ANEXO IV)

TABELA DE CARGA HORÁRIA ESTÁGIO VIII - 50 HORAS

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	LIMITE MÁXIMO	COMPROVANTE
Elaboração de peças processuais em casos reais, sob supervisão do DAJ: petição inicial, contestação, recursos, contra- razões, etc; Elaboração de peças processuais em casos reais, sob supervisão do DAJ: petição de juntada, impugnações, manifestações, petições de andamento, etc.	10 horas cada peça	30 horas	Cópia da petição com visto do professor ou com protocolo de recebimento no prazo estabelecido
Plantão no DAJ: triagens, pesquisa jurisprudencial, organização do escritório, tarefas forenses: acompanhamento de processos, com a	10 horas	10 horas, no dia definido na escala elaborada pela coordenação do DAJ;	Relatório de plantão com visto do professor (ANEXO V) Relatório de diligência com

discriminação do respectivo andamento, idas ao fórum para distribuição e protocolo de petições;			visto do professor (ANEXO IV)
Participação no evento da Responsabilidade Social, realizado pela Faculdade.	10 horas	10 horas, no dia definido na escala elaborada pela coordenação do DAJ;	Relatório de plantão com visto do professor (ANEXO V)

TABELA DE CARGA HORÁRIA ESTÁGIO IX - 60 HORAS

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	LIMITE MÁXIMO	COMPROVANTE
Elaboração de peças processuais em casos reais, sob supervisão do DAJ: petição inicial, contestação, recursos, contra- razões, etc; Elaboração de peças processuais em casos reais, sob supervisão do DAJ: petição de juntada, impugnações, manifestações, petições de andamento, etc;	10 horas cada peça	50 horas	Cópia do trabalho com visto do professor ou com protocolo de recebimento no prazo estabelecido
Plantão no DAJ: triagens, pesquisa jurisprudencial, organização do escritório, etc; Tarefas forenses: acompanhamento de processos, com a discriminação do respectivo andamento, idas ao fórum para distribuição e protocolo de petições	10 horas	10 horas, no dia definido na escala elaborada pela coordenação do DAJ;	Relatório de plantão com visto do professor (ANEXO V)

TABELA DE CARGA HORÁRIA ESTÁGIO X - 60 HORAS

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	LIMITE MÁXIMO	COMPROVANTE
Elaboração de peças processuais em casos reais, sob supervisão do DAJ: petição inicial, contestação, recursos, contra- razões, etc;	10 horas cada peça	40 horas	Cópia do trabalho com visto do professor ou com protocolo de recebimento no prazo estabelecido

Elaboração de peças processuais em casos reais, sob supervisão do DAJ: petição de juntada, impugnações, manifestações, petições de andamento, etc.			
Plantão no DAJ: triagens, pesquisa jurisprudencial, organização do escritório, etc; Tarefas forenses: acompanhamento de processos, com a discriminação do respectivo andamento, idas ao fórum para distribuição e protocolo de petições;	10 horas	10 horas, no dias definido pela escala	Relatório de plantão com visto do professor (ANEXO V)
Participação no evento da Responsabilidade Social, realizado pela Faculdade.	10 horas	10 horas, no dia definido na escala elaborada pela coordenação do DAJ;	Relatório de plantão com visto do professor (ANEXO V)

7.2 – Regulamento do Trabalho de Curso do curso de Direito

Art. 1º. O Trabalho de Curso rege-se pelo presente regulamento, respeitadas as normas do Ministério da Educação e dos órgãos de deliberação da Libertas – Faculdades Integradas.

Art. 2º. O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente, com conteúdo escolhido dentro de uma das seguintes linhas de pesquisa:

- I - Ordem econômica e iniciativa privada;
- II - Direitos fundamentais e cidadania;
- III - Direito, Estado e Sociedade.

Parágrafo único: O Trabalho de Curso enseja ao aluno a oportunidade de revelar a sua apropriação, ao longo do curso, do domínio da linguagem científica na ciência do direito, com a indispensável precisão terminológica.

Art. 3º. O Trabalho de Curso tem como princípios e finalidades:

- I - Contribuir para a transformação da Instituição em um centro de produção científica e tecnológica, voltado para a democratização do saber e do fazer integrados em prol da sociedade;
- II - Ser parte da criação de conhecimentos, de soluções tecnológicas e de informações voltadas para o desenvolvimento da Instituição e de toda a região de abrangência da Libertas – Faculdades Integradas.

Art. 4º. O Trabalho de Curso atende a objetivos determinados:

- I - Levar o aluno a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso;
- II - Propiciar ao aluno o contato com o processo de investigação científica;
- III - Contribuir para o enriquecimento das diferentes temáticas de estudo dos cursos;
- IV - Estimular a produção científica articulada com as necessidades da comunidade local, nacional e internacional.

Art. 5º. O Trabalho de Curso consistirá na elaboração e defesa de monografia.

§ 1º. A monografia deve ter no mínimo 40 laudas e, preferencialmente, abordagem interdisciplinar.

§ 2º. A monografia deve seguir as Diretrizes para Apresentação de Trabalhos de Curso, disponibilizadas anualmente pela Coordenação de Pesquisa e Extensão.

§ 3º. Com relação às citações, devem ser utilizadas as notas de rodapé de referência, ao invés do sistema autor-data.

§ 4º. No que o presente regulamento e as Diretrizes para Apresentação de Trabalhos de Curso forem omissos, aplicam-se as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 6º. As atividades administrativas e didáticas do Trabalho de Curso são de responsabilidade do Coordenador de Pesquisa e Extensão.

Art. 7º. Compete ao Coordenador de Pesquisa e Extensão:

I - Articular-se com a Coordenação dos Cursos para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;

II - Orientar os alunos na escolha dos docentes orientadores, divulgar os temas de estudo e o número de vagas dos docentes orientadores;

III - Emitir parecer nos casos excepcionais de mudança de orientadores e orientandos, se necessário;

IV - Analisar as infrações e o descumprimento das normas de Trabalho de Curso por qualquer uma das partes envolvidas;

V - Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do Trabalho de Curso;

VI - Coordenar, quando for o caso, o processo de substituição de orientadores, ouvindo a Coordenação dos Cursos, se necessário;

VII - Elaborar e atualizar a ficha de acompanhamento de desempenho geral do orientando;

VIII - Coordenar o processo de constituição de bancas examinadoras e definir o cronograma de apresentação dos trabalhos a cada ano letivo, com a homologação do Colegiado de Cursos.

Art. 8º. Todos os docentes efetivos da Libertas – Faculdades Integradas, com titulação mínima de especialista, que não estejam em afastamento, são orientadores em potencial e podem ser solicitados a participar do Trabalho de Curso dentro de sua área de especialidade.

Parágrafo único: Não serão admitidas como orientadores quaisquer pessoas fora da situação prevista no *caput*.

Art. 9º. Compete ao orientador de Trabalho de Curso:

I - Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;

II - Opinar pelo número ideal de orientandos sob sua responsabilidade, podendo assumir até quatro orientandos por curso;

III - Estabelecer o plano e cronograma do trabalho junto com o orientando, prevendo encontros, se possível, a cada quinze dias;

IV - Informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação;

V - Comparecer às reuniões convocadas pelo Coordenador de Pesquisa e Extensão, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos trabalhos;

VI - Comunicar ao Coordenador de Pesquisa e Extensão quando ocorrerem problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação;

VII - Presidir a banca examinadora do trabalho por ele orientado;

VIII - Preencher adequadamente as fichas de acompanhamento das orientações e ata da apresentação pública, arquivando-as para entregá-las à Coordenação de Pesquisa e Extensão;

IX - Sugerir os nomes dos dois docentes que comporão a banca examinadora e, caso aprovados pela Coordenação de Pesquisa e Extensão, convidá-los para a mesma;

X - Marcar com antecedência local, hora e assunto que irá tratar na orientação;

XI - Avisar ao orientando, diretamente, ou através da Coordenação de Pesquisa e Extensão, qualquer impedimento para o comparecimento a um encontro de orientação.

Art. 10. Compete ao orientando:

- I - Cumprir as normas e regulamento do Trabalho de Curso;
- II - Cumprir as etapas estabelecidas no cronograma do Trabalho de Curso;
- III - Sugerir o seu orientador à Coordenação de Pesquisa e Extensão para a devida formalização dos documentos;
- IV - Definir a temática do trabalho, juntamente com o orientador, e apresentar, nas datas definidas com o orientador, os trabalhos desenvolvidos;
- V - Submeter-se à realização de pré-banca, em data definida pela Coordenação de Pesquisa e Extensão;
- VI - Entregar o trabalho definitivo, em quatro cópias espiraladas e uma cópia em CD-ROM, à Coordenação de Pesquisa e Extensão, vinte dias antes da apresentação pública, junto com a carta de autorização de entrega assinada pelo orientador;
- VII - Cumprir o prazo determinado para entrega do Trabalho de Curso, cuja não observância gera automática reprovação do aluno;
- VIII - Apresentar oralmente o trabalho final à banca examinadora conforme o tempo previsto para as apresentações;
- IX - Corrigir ou reformular o trabalho, caso a banca aponte a necessidade, no prazo de cinco dias úteis posteriores.

Art. 11. A qualquer momento, o orientador poderá, motivadamente, requerer desligamento da orientação, assim como o orientando poderá, a qualquer momento e motivadamente, requerer a substituição do orientador.

§ 1º. O Coordenador de Pesquisa e Extensão decidirá a respeito dos referidos requerimentos.

§ 2º. Caso os requerimentos sejam feitos com menos de trinta dias de antecedência da banca definitiva, a nova designação de orientador apenas poderá ser realizada no semestre letivo seguinte.

Art. 12. Para submissão à pré-banca, o aluno deve apresentar, no mínimo, vinte laudas de elementos textuais, apresentadas em duas vias.

§ 1º. A pré-banca será composta por dois professores.

§ 2º. Os objetivos da pré-banca são:

- I - Verificar o desenvolvimento do Trabalho de Curso, analisando se o cronograma está sendo cumprido;

II - Colaborar para o desenvolvimento da pesquisa;

III - Apontar deficiências e formar de solucioná-las;

IV - Verificar a qualidade dos elementos textuais;

IV - Verificar o desempenho do aluno quanto à apresentação oral.

§ 3º. Apenas o aluno que submeter-se à pré-banca poderá submeter-se à banca definitiva.

§ 4º. A aprovação na pré-banca não gera expectativa de aprovação na banca definitiva.

§ 5º. As pré-bancas ocorrerão a portas fechadas. As bancas definitivas são públicas.

Art. 13. A apresentação do Trabalho de Curso deve ser escrita e oral à banca examinadora:

I - O Trabalho de Curso será avaliado por banca examinadora composta por três docentes da faculdade, cujo presidente deverá ser, obrigatoriamente, o orientador;

II - Excepcionalmente e a critério do Colegiado, poderá integrar a banca examinadora um docente não atuante na faculdade ou profissional considerado autoridade na área do Trabalho de Curso;

III - A apresentação do Trabalho de Curso deverá durar no máximo quinze minutos; os examinadores, exceto o orientador, tem no máximo quinze minutos cada para fazer a arguição; e o aluno cinco minutos para responder a cada examinador.

Art. 14. A avaliação do Trabalho de Curso, realizada conjuntamente pelos três membros da banca examinadora, obedece aos seguintes critérios:

I – Quanto à análise do conteúdo:

a) título: reflete o conteúdo do trabalho;

b) resumo: descreve objetivo(s), breve descrição da metodologia e resultados;

c) palavras-chave: estão de acordo com o conteúdo do trabalho;

d) introdução: estabelece a importância do tema e justifica a pesquisa;

e) objetivo(s): foi(foram) bem definido(s);

- f) citações: são oportunas, esclarecedoras e fundamentam o trabalho; referencial teórico: condiz com o objetivo do trabalho;
- g) referências: são pertinentes, atualizadas e suficientes;
- h) revisão ortográfica: correta utilização da linguagem e clareza na escrita;
- i) metodologia: foi descrita de forma clara; foi apropriada para atingir os objetivos;
- j) dados: foram suficientes para a análise;
- k) ilustrações (tabelas, quadros, figuras, etc): estão adequadas;
- l) resultados: foram apresentados de forma clara; os principais foram interpretados; foram discutidos e comparados com a literatura;
- m) conclusão: tem coerência entre o(s) objetivo(s) proposto(s) e os resultados;
- n) apresentação escrita do trabalho atende às normas técnicas exigidas.

II – Quanto à análise da apresentação oral: clareza na apresentação e coerência nas argumentações; domínio do assunto durante a arguição; domínio da norma culta; uso adequado do tempo.

Art. 15. A banca examinadora emitirá os seguintes conceitos: aprovado ou reprovado. É vedada a aprovação condicionada do Trabalho de Curso.

§ 1º: A concessão de cinco dias para realização de correções, prevista no art. 12, inciso VIII, tem tão-somente o objetivo de aprimorar o trabalho, sendo que a não realização das correções apontadas não implica, em hipótese alguma, em reprovação.

§ 2º: Ocorrendo reprovação, nova apresentação do Trabalho de Curso só será possível no semestre letivo seguinte, em data estabelecida pela Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Art. 16. A reprovação será automática, caso o aluno cometa uma das seguintes irregularidades: plágio, compra de trabalhos ou falsificação de documentos.

Art. 17 Os custos da elaboração do Trabalho de Curso ficarão a cargo do aluno.

Art. 18. Os recursos e os casos omissos serão analisados e julgados pela Coordenação de Pesquisa e Extensão, ouvido o Colegiado de Curso se necessário.

7.3 – Regulamento das Atividades Complementares do curso de Direito

Art. 1º. As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. A realização de atividades complementares não se confunde com a do estágio supervisionado ou com a do trabalho de curso.

Art. 2º. Através das atividades complementares o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso.

Parágrafo único. As atividades complementares contribuem para a flexibilização e para a atualização curriculares.

Art. 3º. As atividades complementares são divididas em dez componentes curriculares, com as seguintes cargas horárias:

Atividades Complementares I – 20h

Atividades Complementares II – 20h

Atividades Complementares III – 20h

Atividades Complementares IV – 20h

Atividades Complementares V – 30h

Atividades Complementares VI – 30h

Atividades Complementares VII – 30h

Atividades Complementares VIII – 30h

Atividades Complementares IX – 40h

Atividades Complementares X – 40h

Art. 4º. Em cada semestre, o aluno deve cumprir um componente curricular correspondente às atividades complementares.

§ 1º. Considera-se cumprido o componente curricular quando o aluno realiza todas as atividades listadas, comprovando-as na forma estabelecida.

§ 2º. Considera-se não cumprido o componente curricular quando o aluno deixa de realizar uma ou mais atividades listadas, independente do motivo, sendo que para o cumprimento posterior do componente curricular o aluno deve realizar as atividades faltantes, sendo aproveitadas as atividades já cumpridas.

§ 3º. É vedado ao aluno adiantar o cumprimento dos componentes curriculares relativos às atividades complementares.

§ 4º. O aluno pode acumular, no máximo, três componentes curriculares relativos às atividades complementares. No caso de ultrapassar esse máximo, ser-lhe-á indeferida a matrícula no semestre subsequente, nos termos do art. 79 do Regimento Interno da Libertas – Faculdades Integradas.

Art. 5º. As listas de atividades complementares serão disponibilizadas semestralmente, com a relação de atividades possíveis para complementação de cada componente curricular (AC I a X), e com prazo máximo para serem realizadas.

§ 1º. Para cada atividade listada será atribuída uma carga horária específica e os meios para sua comprovação, a critério da instituição.

§ 2º. As listas de atividades complementares conterão atividades obrigatórias, correspondentes a cerca de um terço da carga horária respectiva, que não poderão ser substituídas por atividades semelhantes. O restante da carga horária poderá ser cumprido através de outras atividades, mencionadas expressamente nas listas de atividades complementares, a critério do aluno.

§ 3º. As atividades complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos e conferências, além de outras atividades.

§ 4º. Privilegiar-se-ão projetos de extensão que impactem positivamente na vida cotidiana da comunidade e nos diversos órgãos e instituições relacionadas com a administração da justiça e com as atividades jurídicas.

§ 5º. As listas de atividades complementares serão disponibilizadas pelo Coordenador do Curso, aprovadas pelo Colegiado de Curso.

§ 6º. Os alunos podem sugerir a inclusão ou a exclusão de determinada atividade, sendo a questão decidida pelo Colegiado de Curso.

Art. 6º. A análise do cumprimento das atividades complementares será feita pelo Coordenador do Curso ou por órgão por ele indicado.

Parágrafo único. Serão atribuídos os seguintes conceitos, conforme o aluno tenha ou não cumprido satisfatoriamente com todas as atividades: C (cumprido) e NC (não cumprido). A divulgação dos resultados será feita da mesma forma com que se divulgam os resultados das disciplinas.

Art. 7º. Em caso de aluno transferido de outra instituição de ensino, as atividades complementares já cumpridas poderão ser aproveitadas, cabendo a decisão ao Coordenador do Curso, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.

Art. 8º. Casos omissos serão decididos pelo Coordenador do Curso, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.